INOVAÇÃO E LIDERANÇA AO SERVIÇO DO AMBIENTE

SUMA
GRUPO MOTA-ENGIL · URBASER

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS

2021

Marca Confiança Ambiente
6 anos · 2017 a 2022

2019 BUSINESS EXCELLENCE WINNER
SUMA
Best Waste Management & Collection Company · Portugal

Best Waste Management
& Collection Company · Portugal · 2019

apcer CERTIFICAÇÃO
ISO 9001
ISO 14001
ISO 45001
IQNET RECOGNIZED CERTIFICATION

Sede e Centro
de Serviços de Aveiro

DGERT ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

Serviços
de Formação

Edição: outubro 2022

Relatório & Contas

Consolidadas

2021

SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
R. Mário Dionísio 2, Linda-a-Velha, 2799-557 Lisboa
Matrícula na C.R.C. de Lisboa / NIPC: 503 210 560
Capital Social: 12.500.000,00 EUR
www.suma.pt

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

ÍNDICE

Relatório Consolidado de Gestão 11
Perfil 13
Missão, Valores e Visão 13
Política de gestão 13
Empresas 14
Organograma 15
Percurso 16
Serviços 19
Principais Indicadores 21
Atividade 2021 23
Enquadramento conjuntural do exercício 23
Enquadramento macroeconómico 23
Enquadramento do Setor dos Resíduos 24
Análise da Atividade 25
Recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana 29
Tratamento de resíduos sólidos urbanos 36
Recolha e tratamento de resíduos industriais 42
Área internacional 45
Laboratório 48
Educação e Sensibilização Ambiental 49
Recursos Humanos 52
Equipamentos e Aprovisionamento 53
Formação 54
Qualidade, Ambiente e Segurança 57
Qualidade e Certificação 57
Ambiente 58
Segurança 58
Sistemas de Informação 59
Planeamento e Controlo 60
Imagem e Comunicação Institucional 61
Análise Económico-Financeira 62
Notas Diversas 64
Acontecimentos após a data do Balanço 64
Perspetivas 67
Nota Final 68
Demonstrações Financeiras Consolidadas 71
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 81
Pareceres e Certificações 143
Ata da Assembleia Geral 157

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

Senhores Acionistas,

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias a que se encontra sujeito, vem o Conselho de Administração da **SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.** ("SUMA" ou "Empresa") submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2021.

Mensagem da Administração

Exmos. Senhores,

2021 foi um ano de avanços e recuos, quer em termos de pandemia – vacinação e novas estirpes –, quer no que concerne às flutuações da economia, do investimento e inflação.

No entanto, o propósito da SUMA de serviço às comunidades em que intervém manteve-se inalterado.

Para além das atividades core, na área da limpeza urbana e da recolha e tratamento de resíduos – continuamente essenciais, mas catapultadas, em adaptação e reconhecimento, devido à covid-19 –, a SUMA tem vindo a apostar em projetos que geram impacto positivo para o país, respondendo a metas nacionais e comunitárias.

Refiro-me, por exemplo, às inúmeras campanhas de comunicação, sensibilização e implementação de sistemas de recolha de biorresíduos, cuja obrigatoriedade, em todo o território nacional, até 31 de dezembro de 2023, implica a necessidade de transição de modelos de funcionamento de gestão de resíduos, por parte dos municípios, e de comportamento das populações.

Neste, como noutros campos, estamos a alterar o paradigma, com vista ao desenvolvimento sustentável; expressão de uso crescente na arena pública, mas que, enquanto entidade quadro de referência na área do ambiente, é, desde há muito, um dos nossos pilares de atuação, merecendo, o seu primeiro relatório anual dedicado, relativo a 2021.

O "novo normal" é agora no plural e, mais do que nunca, obriga a resiliência e a adaptação. No entanto, a nossa cultura organizacional, os sólidos alicerces e acionistas, e a dedicação de todos os que "vestem a camisola" SUMA, em cinco dezenas de empresas, disseminadas por quatro continentes, são o fator essencial da nossa estratégia de diferenciação e do sucesso presente e futuro da organização.

Manuel Costa
Presidente · Chief Executive Officer (CEO)

Corpos Sociais

PRESIDENTE

Chief Executive Officer (CEO)
Eng.º José Manuel Mota Neves da Costa

VICE-PRESIDENTE

Chief Financial Officer (CFO)
Dr. Pablo Barreiro

ADMINISTRADOR

Chief Operating Officer (COO)
Eng.º Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

ADMINISTRADOR

Chief Commercial Officer (CCO)
Eng.º Nuno Jorge Sêco da Costa

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL

Presidente
Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos

Vogal
Dra. Inês Maria Vaz Ramos da Silva Cunha Leão

Vogal
Dr. Pedro Miguel Pereira Gonçalves

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.
Representada por: Dr. Hugo Miguel Patrício Dias

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Perfil

A SUMA possui mais de duas décadas e meia de experiência ao serviço do ambiente e das populações, assumindo, desde 1996, a posição cimeira no setor nacional dos resíduos. Apoiada pelos alicerces sólidos do seu corpo acionista – grupos Mota-Engil e Urbaser -, tem vindo a trilhar um percurso de liderança e empreendedorismo, constituindo-se como referência em Portugal e nos mercados internacionais em que opera.

Estruturada nas melhores práticas ambientais e de governação, a política organizacional da Empresa integra requisitos emergentes do setor, expetativas das partes interessadas, necessidades dos clientes, soluções de eficiência e investimentos em sistemas de última geração.

A capacidade permanente de adaptação e de inovação, assim como a aposta na capacidade técnica do seu capital humano, forjam uma credibilidade publicamente reconhecida e atestada, quer pelas certificações do sistema de gestão, quer pela atribuição de distinções ao longo dos anos de atividade.

A SUMA dedica-se à gestão global do ciclo de vida dos resíduos, tendo como permanentes aliadas a inovação e a tecnologia, na antecipação a tendências e na adaptação às necessidades emergentes.

As estruturas e know-how de que dispõe permitem ponderar soluções integradas e completas, desde o planeamento, conceção, construção, implementação e monitorização, sempre numa perspetiva de melhoria e de sustentabilidade.

Missão, Valores e Visão

Missão

Gerir resíduos, na construção de um ambiente melhor.

Valores

Foco nos clientes e na melhoria.

Desempenho sustentável e seguro.

Comprometimento das pessoas.

Visão

Manutenção da liderança no mercado nacional, de forma sustentável.

Consolidação do negócio nos mercados internacionais.

Política de gestão

Com base na missão, nos valores e na visão, a Administração da SUMA estabelece a política de gestão, comprometendo-se a liderar e gerir a organização, de acordo com os seguintes compromissos e orientações:

1) Cumprimento de todas as obrigações de conformidade da Organização;
2) Manutenção da liderança no mercado nacional da Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos sólidos Urbanos, promoção da área de negócio de serviços de Educação e Sensibilização Ambiental e consolidação da internacionalização do negócio;

3) Satisfação sustentada dos Clientes, oferta de soluções de gestão de resíduos inovadoras, integradas, eficazes e eficientes;
4) Utilização sustentável da energia e da água, prevenção da poluição, implementação de medidas de prevenção e controlo para proteção do ambiente;
5) Prevenção de lesões e afeções da saúde, promoção de locais de trabalho seguros e saudáveis, implementação de medidas de prevenção e controlo adequadas para eliminação ou redução dos riscos para a segurança e saúde de Trabalhadores e Terceiros;
6) Comprometimento das pessoas, valorização profissional e pessoal dos Trabalhadores, adequação das competências às suas funções, responsabilidades e autoridades;
7) Criação de valor para os Acionistas, Clientes, Trabalhadores, Fornecedores e demais Partes Interessadas relevantes;
8) Comunicação adequada às Partes Interessadas relevantes, promoção quer do seu envolvimento na Cultura da Organização, quer da perceção do benefício mútuo resultante desse envolvimento;
9) Tomada de decisões baseada em evidências, análise e avaliação de dados/informação, para potenciar a obtenção dos resultados pretendidos;
10) Melhoria Contínua do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, a fim de melhorar o desempenho da Organização.

Empresas

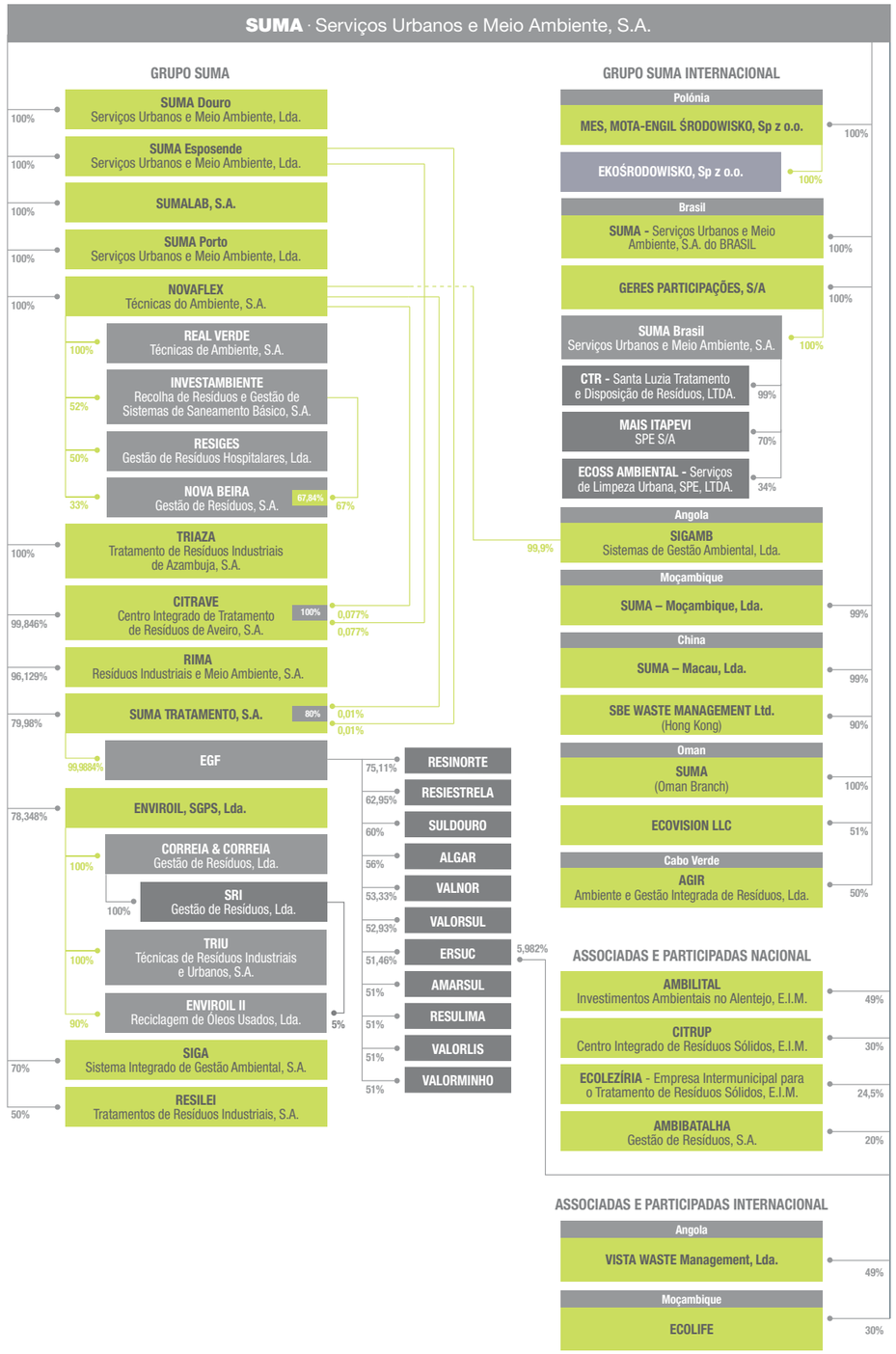
A SUMA resulta da associação estratégica de cinco dezenas de empresas com ampla e distintiva atuação em território nacional e internacional, no domínio da gestão integrada de resíduos, permitindo reforçar e concertar competências na sua esfera de intervenção e oferecer múltiplas soluções no âmbito do ciclo completo de vida dos resíduos.

A integração de vários operadores especializados possibilita o alargamento da atuação da SUMA, disponibilizando serviços completos de suporte à economia circular – reintegração de matérias-primas -, ao controlo dos níveis de qualidade e à literacia ambiental das populações, tais como o tratamento de distintas fileiras de resíduos, as análises laboratoriais e a educação ambiental.

A articulação de sinergias entre as várias empresas favorece a gestão logística de todo o equipamento, a capacidade de resposta, a solidez, a qualidade do serviço e a competitividade.

Com uma estratégia globalizante, a SUMA assume um elevado grau de compromisso e de participação, de modo a responder aos desafios sempre renovados, quer pelo aumento das exigências das populações, novas regulamentações, constante alteração das problemáticas ambientais e crescentes níveis de concorrência do mercado.

Organograma



Percurso

1994 Constituição da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., investimento dos grupos Mota-Engil e Urbaser para o mercado nacional de resíduos.

1995 Celebração do primeiro contrato de prestação de serviços – recolha indiferenciada, recolha de objetos de grandes dimensões e limpeza urbana -, com o município da Batalha.

1996 Início do primeiro contrato de recolha seletiva no município de Aveiro.

1998 Aplicação de um modelo exemplar de limpeza em espaço urbano – EXPO'98: a última exposição mundial do século XX, com palco no Parque das Nações, em Lisboa.

2000 Seleção da SUMA para gerir a recolha seletiva e limpeza dos espaços interiores e exteriores da sede da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia – PORTUGAL 2000.

2001 Incorporação da SERURB. As sinergias entre as duas maiores empresas nacionais no setor dos resíduos permitem ganhar dimensão e complementar valências.

Lançamento de um projeto pioneiro no domínio da educação ambiental – LIXOTECA® Itinerante, compreendido pela conversão de viaturas de transporte público em unidades móveis de sensibilização, destinadas aos públicos mais jovens, nomeadamente das faixas etárias do ensino básico.

2002 Lançamento da Unidade Móvel de Formação da SUMA, de cariz itinerante, para dar cumprimento aos planos anuais nesta área.

2003 Integração das empresas UTIL, STL e RESILEI, que reforça competências, expande o âmbito geográfico de atuação e consolida a liderança do setor em Portugal.

Abrangência de 2 milhões de habitantes servidos por recolha de resíduos e limpeza urbana.

Acreditação do laboratório de análises (SUMALAB) pela NP EN ISO / IEC 17025.

2004 Atribuição do 1º lugar do Prémio Nacional de Inovação Ambiental, que conta com o Alto Patrocínio da Presidência da República, ao equipamento SUMA-VLE (viatura de lavagem de contentores de ecopontos e subterrâneos).

2005 Lançamento da 1ª Unidade Móvel Solidária – REUTILÂNDIA®, projeto cuja ação conjuga os princípios ambientais da reutilização e da sustentabilidade com os da solidariedade.

Certificação da estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos (ETRSU) de Riba d'Ave – NP EN ISO 9001:2000.

2006 Certificação da Sede da SUMA e do centro de serviços de Aveiro, no âmbito da NP EN ISO 9001:2000, tornando-se a única empresa privada na sua área de atuação a deter este reconhecimento.

Acreditação da SUMA pelo Instituto para a Qualidade na Formação.

2007 Aquisição da NOVAFLEX e participadas – REAL VERDE e NOVA BEIRA.

Alargamento da certificação da CITRUP à vertente da responsabilidade social – Norma SA 8000.

Atribuição à CITRUP do prémio EcoPME, galardão que distingue a política de ecoeficiência e sustentabilidade das empresas.

2008 Início do projeto de internacionalização – celebração de contratos nas áreas de recolha de RSU, limpeza urbana e educação ambiental -, na província de Luanda (Angola).

Atribuição à sede da SUMA e centro de serviços de Aveiro da tripla certificação em qualidade, ambiente e segurança – NP EN ISO 14001:2004 e NP 4397:2001/ OHSAS 18001:1999.

Aquisição da TRIU, por incorporação.

Lançamento do CIDADÓMETRO® - unidade móvel de sensibilização vocacionada para os núcleos familiares.

2009 Aquisição das empresas CORREIA & CORREIA, ENVIROIL, TRANSPORLIXOS e EKOSRODOWISKO.

Início de atividade do aterro de resíduos industriais não perigosos (RNP) de Lustosa, concelho de Lousada, gerido pela RIMA.

Implantação do GiSUMA – sistema integrado de consulta e edição de informação geográfica.

Inauguração do centro de educação ambiental em Luanda e extensão dos serviços prestados em Angola à província de Benguela.

Reconhecimento da SUMA como "Empresa de Gestão Exemplar" ("As 1000 Maiores Empresas de 2008", DN, novembro de 2009).

2010 Lançamento do ECOSCÓPIO® - novo formato de unidade móvel de sensibilização vocacionada para jovens.

Lançamento da ECOMACHIMBA® em Angola – unidade móvel de sensibilização.

2011 Superação de 25% do Volume de Negócios da SUMA justificado pela atividade internacional.

Reconhecimento da VISTA WASTE como "Melhor Participação Internacional" na 1ª Feira Internacional de Ambiente, em Angola.

2012 Início de operações de recolha de RSU pela AGIR na Cidade da Praia, em Cabo Verde, expandindo o projeto de internacionalização.

2013 Início de operações de recolha de RSU e limpeza urbana no Sumbe, capital da província do Kwanza Sul, em Angola.

Início dos serviços de recolha de RSU na cidade de Maputo, através da ECOLIFE, participada pela SUMA, para o mercado moçambicano.

Reconhecimento na área da gestão de risco com a atribuição do galardão "Especial Confiança" da iniciativa "Prémios Açoreana *Risk Management* Diário Económico".

2014 Aquisição da Empresa Geral de Fomento ("EGF"), holding que gere 11 sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos.

Início da atividade no Médio Oriente – Sultanato de Omã -, através da participada ECOVISION.

Reentrada no mercado brasileiro, através da sociedade brasileira CONSITA.

Inauguração da primeira unidade de regeneração de óleos usados em Portugal, na Chamusca, pela ENVIROIL.

Difusão de conteúdos de sensibilização ambiental em contexto televisivo, na aplicação interativa MEO *Kids*.

2015 Adjudicação à ECOVISION de um contrato para recolha de resíduos, operação e manutenção de dois aterros sanitários em Al Sharqiya Sul, por um período de sete anos, consolidando a presença em Omã.

Extensão da atividade da CONSITA ao estado de Rio Grande do Sul, ultrapassando a fasquia do milhão de habitantes servidos no Brasil.

Lançamento do ECO KIOSKO - estrutura inovadora concebida para disseminar boas práticas de cidadania em contexto comercial e cultural.

Instalação da plataforma interativa SUMAKids - espaço online de democratização de conteúdos de educação ambiental.

2016 Renovação dos contratos da Batalha, Alcobaça e Ourém, ultrapassando mais de duas décadas de serviço continuado nestes municípios.

Lançamento da plataforma interativa online de disponibilização de conteúdos e jogos de sensibilização ambiental, "Animais da Cidade".

Obtenção da certificação do sistema integrado de gestão da ECOVISION, em Omã, nas três principais normas: ISO 9001:2015, ISO 14001: 2015, e OHSAS 18001:2007.

2017 Inauguração do novo centro de tratamento de resíduos não perigosos da Azambuja, gerido pela participada TRIAZA, numa cerimónia presidida pelo Secretário de Estado do Ambiente.

Eleição da SUMA como "Marca de Confiança Ambiente 2017", votada pelo público, que atesta o reconhecimento e credibilidade junto das populações.

Inauguração da unidade móvel de sensibilização ZOOURBANIDADE®, que explora a exigência de cidadania na utilização do espaço e equipamentos públicos.

2018 Renovação de frotas afetas à recolha de resíduos e limpeza urbana, na zona centro do país, correspondente a um investimento superior a 6,5 milhões de euros.

Início de atividades de sensibilização porta-a-porta, em sete municípios de influência da LIPOR.

Eleição da SUMA como "Marca de Confiança Ambiente 2018", reforçando o reconhecimento do ano anterior.

2019 A SUMA comemora o 25º aniversário e celebra no Mosteiro da Batalha.

Prestação de serviços de consultadoria técnica na área de educação ambiental, em Omã.

CONSITA, reforçada com novos contratos, marca presença nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Brasília. No conjunto, os contratos ganhos pela CONSITA em 2019 totalizam 996 milhões de reais, cerca de 220 milhões de euros.

Reconhecimento com o prémio internacional de excelência empresarial, enquanto "*Best Waste Management & Collection Company* – Portugal", pelos *Business Excellence Awards*.

Eleição da SUMA como "Marca de Confiança Ambiente 2019", pelo terceiro ano consecutivo.

2020 Pioneirismo na integração de uso obrigatório de capacetes, reforçando a segurança a todos os trabalhadores que exercem funções nos estribos de viaturas.

Medidas de mitigação no âmbito da COVID-19: criação de protocolos de segurança e distribuição de EPI; onde possível, implementação de teletrabalho em regime de rotatividade; criação de equipas de reserva; e facilitação de acesso a testes e a consultas online.

Alteração de designação da participada para o mercado brasileiro para SUMA Brasil, tendo em vista o alinhamento com o grupo empresarial.

Eleição da SUMA como "Marca de Confiança Ambiente 2020".

2021 Aquisição e apresentação de frotas movidas a gás natural, na Figueira da Foz e em Coimbra.

Lançamento do novo website SUMA.

Quinta consagração consecutiva enquanto "Marca de Confiança Ambiente", demonstrando a importância de que se revestem os serviços prestados para a população.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Serviços

Recolha de resíduos - Recolher resíduos, encaminhar recursos.

A SUMA aposta em modelos de atuação que recorrem a equipamentos e aplicativos tecnologicamente avançados, visando o controle e digitalização de registos e a monitorização da atividade, assim como, sempre que possível, a valorização dos resíduos e exploração do seu potencial de reconversão.

Limpeza Pública - Fonte de saúde, comprovativo de civismo.

Os serviços de Limpeza Pública traduzem os esforços e investimentos numa área de atuação que tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações. A SUMA adota com sentimento de missão estas atividades com repercussões diretas a nível da saúde pública, sendo reconhecida através da renovação de relações de parceria, que, em alguns casos, ultrapassam as duas décadas de duração.

Gestão e tratamento de resíduos - Soluções completas, mitigação do desperdício de recursos.

A SUMA possui capacidade instalada para oferecer soluções completas e integradas de tratamento de resíduos e o destino mais adequado a cada tipologia e necessidade. Nesta vertente, a organização dispõe de muitas dezenas de estruturas operacionais, geridas sempre numa perspetiva de otimização dos recursos naturais e financeiros, com vista ao cumprimento das metas nacionais e comunitárias, e à sedimentação da sustentabilidade.

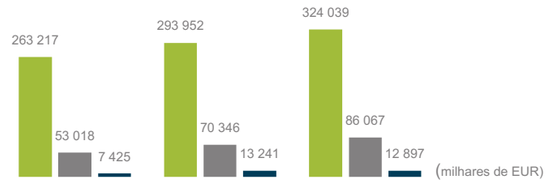
Laboratório - Garantir qualidade, credibilizar resultados.

A SUMA efetua o controlo integrado dos parâmetros ambientais nos sistemas de tratamento de resíduos e de águas, através do seu laboratório acreditado, monitorizando os sistemas montados, detetando e corrigindo anomalias, e mantendo certificada a qualidade dos serviços prestados.

Educação e Sensibilização Ambiental - Educar populações, promover a literacia ambiental e de cidadania.

A educação ambiental constitui um pilar da política de responsabilidade social da SUMA e, desde a sua génese, um dos elementos-chave na diferenciação da atuação da Empresa. A aposta na formação cívica das populações tem como objetivo operacional resultados mais imediatos na implementação e na sedimentação de sistemas, contribuindo também para a construção de gerações ambientalmente mais responsáveis e interventivas, capazes de abraçar soluções de gestão de resíduos, partilhadas e incrementalmente mais vantajosas, individual e coletivamente.

Principais Indicadores



	2019	2020	2021	Variação 20/21
Vendas e serviços prestados ( )	263.217.062	293.952.002	324.038.545	10,24%
EBITDA ( )	53.018.200	70.345.706	86.066.807	22,35%
Margem EBITDA	20,14%	23,93%	26,56%	2,63 pp
EBIT	12.338.369	25.075.630	41.396.463	65,09%
Rentabilidade operacional das vendas	4,69%	8,53%	12,78%	4,25 pp
Resultado antes de impostos	2.242.821	14.197.542	28.876.161	103,39%
Margem RAI	0,85%	4,83%	8,91%	4,08 pp
Resultado líquido ( )	7.425.253	13.241.015	12.897.243	(2,60%)
Rentabilidade líquida das vendas	2,82%	4,50%	3,98%	(0,52 pp)
ROE	4,30%	7,03%	5,78%	(1,25 pp)
Endividamento geral	73,75%	73,18%	69,59%	(3,59 pp)
Autonomia financeira	24,74%	25,44%	29,00%	3,56 pp
Liquidez geral	75,13%	79,95%	82,69%	2,74 pp

	2019	2020	2021	Variação 20/21
Número Médio de Colaboradores	8.626	10.034	9.971	(0,63%)
Toneladas – Recolha RSU	1.751.700	1.724.010	1.389.750	(25,24%)
Toneladas – Tratamento RSU	3.681.969	3.792.488	3.603.366	2,19%
Toneladas – Resíduos industriais	362.275	493.699	506.359	2,56%
Municípios servidos – Recolha RSU e limpeza urbana	80	93	85	(8,60%)
Habitantes servidos – Recolha RSU e limpeza urbana	9.052.865	10.784.633	7.241.307	(32,86%)
Municípios servidos – Tratamento RSU	180	180	180	-
Habitantes servidos – Tratamento RSU	6.519.587	6.519.587	6.519.587	-

Nota: os indicadores de atividade agregam todas as empresas com gestão operacional da SUMA, ainda que possam não consolidar financeiramente.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Atividade 2021

Depois de um ano de 2020 assolado pela pandemia da Covid-19, o ano de 2021 fica marcado pelo foco no combate à doença, com a vacinação em massa da população, e pela viragem em direção à recuperação. Foram inúmeros os desafios que se colocaram à sociedade e que exigiram um esforço ímpar por parte da governação e da própria população, colocando à prova a sua resistência e resiliência para se adaptarem e ultrapassarem as adversidades. A superação, evidenciada em todas as geografias, apontava para um ano de recuperação, mas o aumento exponencial da inflação e uma forte disrupção das cadeias de abastecimento, influenciados pelo pico de retoma que todos ansiavam, aliados ao surgimento de novas variantes da Covid-19, foram entraves ao crescimento sustentado da economia.

Desde o começo da Covid-19, têm-se vindo a acumular em todo o mundo dezenas de milhares de toneladas de resíduos como consequência da pandemia. Estes resíduos ameaçam tanto a saúde humana como o ambiente, colocando uma enorme pressão sobre os sistemas de gestão de resíduos e expondo a necessidade urgente de melhoraria destas práticas. O desafio que os resíduos resultantes da Covid-19 oferecem será uma oportunidade para reforçar os sistemas e para reduzir e gerir de forma segura e sustentável os resíduos provenientes das unidades de prestação de cuidados de saúde, bem como da sociedade em geral.

Enquadramento conjuntural do exercício

Enquadramento macroeconómico

A atividade económica global apresentou uma retoma significativa em 2021, com o crescimento mundial a chegar aos 5,9%, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), depois de um ano de 2020 com uma contração histórica devido à pandemia de Covid-19. A recuperação em 2021, para os níveis de atividade económica de 2019, foi conseguida com a vacinação em massa contra a Covid-19, sobretudo nas economias desenvolvidas e na China, aliada aos estímulos monetários e fiscais adotados pela maioria das economias, que se estenderam ao longo de todo o período da pandemia. O maior impulso no crescimento surge a partir do segundo trimestre de 2021, com aumento significativo dos gastos de consumo, mas o aparecimento de novas variantes da Covid-19 e a falta de equidade na distribuição de vacinas de forma global levam à adoção de medidas a ritmos diferentes nas diversas geografias, causando desequilíbrios essencialmente nos países emergentes. Também as ruturas nas cadeias de abastecimento de produtos e outras matérias primas, provocadas pela forte recuperação da procura, geram volatilidade no ritmo da recuperação económica. De acordo com o FMI, as economias emergentes deverão crescer 6,5% em 2021, com um desempenho mais forte das economias asiáticas, com 7,2% de crescimento em 2021.

O aumento dos preços das *commodities* e a subida da inflação acima das expetativas foi um dos principais efeitos secundários da rápida recuperação económica, em particular nas economias desenvolvidas e o seu impacto poderá não ser limitado ao curto prazo e provocar repercussões negativas no crescimento da atividade económica do ano 2022. No total do ano, o índice de preços no consumidor (IPC) na zona euro terá aumentado 2,6%, muito superior aos 0,3% registados em 2020, mas o Banco Central Europeu (BCE) manteve os estímulos monetários, deixando as taxas de juro de referência inalteradas em 2021, apesar do IPC ter sido superior à meta de 2%. Os rácios da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) continuaram a subir nos países europeus em 2021, com influência no aumento dos défices orçamentais. O levantamento gradual das medidas extraordinárias implementadas durante a pandemia foi assinalado pelo BCE, que reduziu a taxa de compra de ativos no último

trimestre de 2021 e comunicou que as compras ao abrigo do Programa de Compras de Emergência Pandémica serão terminadas em março de 2022.

O PIB em Portugal cresceu 4,9% em 2021, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Representa o maior crescimento anual desde 1990, depois da contração histórica de 8,4% verificada em 2020, consequência dos efeitos da pandemia na economia. O motor de crescimento em 2021 foi impulsionado pelo contributo da procura interna, com o consumo privado e o investimento a apresentar uma forte recuperação. Por outro lado, a procura externa ainda não apresenta valores de crescimento positivo, mas é menos negativa que no ano 2020, com um crescimento significativo quer das exportações de produtos e serviços quer das importações. A recuperação económica impulsionou a criação de emprego, com um crescimento de 2,1% em 2021, depois de uma quebra de 1,9% no ano de 2020. No mesmo sentido, a taxa de desemprego também melhora em relação ao ano anterior, fixando-se em 6,6%.

Enquadramento do Setor dos Resíduos

A evolução do setor no ano de 2021 não pode deixar de ser vista à luz de todas as alterações na sociedade originadas pela pandemia da Covid-19. A suspensão de atividades, os *layoffs* e os confinamentos, tais como a esperada recuperação e os picos de procura e consumo, influenciaram as quantidades de resíduos produzidos e a sua tipologia. Decorrente da pandemia, não podemos deixar de destacar as dezenas de milhares de toneladas de equipamento de proteção pessoal que terá sido descartado desde o início da pandemia, a nível mundial, acrescendo o problema da dispersão de resíduos deixado no meio ambiente.

Em Portugal, as atividades relacionadas com a gestão de resíduos garantiram a continuidade da recolha, tratamento e deposição dos resíduos produzidos, mas continuaram a ser adiados muitos investimentos essenciais para dar seguimento ao cumprimento das metas definidas para o setor.

Em 2021, o Parlamento votou o novo plano de ação para a economia circular, exigindo medidas adicionais para alcançar uma economia neutra em termos de carbono, sustentável, livre de substâncias tóxicas e totalmente circular até 2050, incluindo regras de reciclagem mais rigorosas e metas obrigatórias para a utilização e consumo de materiais até 2030. Foram também legislados o Regime Geral de Gestão de Resíduos, o Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro e o Regime da Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos, cujos decretos aprovados vêm traçar novos caminhos para a prossecução dos objetivos da governação no que diz respeito aos resíduos, mas que não são incólumes a algumas questões mais polémicas nas suas redações. Um dos diplomas tem implicação na atividade de gestão dos aterros de resíduos não urbanos, que tem vindo a ser dificultada pela suspensão de licenciamentos por parte dos municípios em diversos aterros com licenças ambientais válidas, colocando em risco a capacidade instalada para a deposição de resíduos não urbanos. Estas dificuldades, têm vindo a ser legitimadas por legislação pouco coerente com uma estratégia que se diga nacional para a gestão de resíduos e cuja clarificação ou alteração são prementes.

Durante o ano de 2021, foi sendo preparada a implementação do Sistema de Depósito e Retorno (SDR), como um novo sistema de gestão de embalagens que visa aumentar a quantidade e qualidade dos materiais recolhidos, bem como acelerar o cumprimento das metas, mas no atual Sistema de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), que funcionará em paralelo, reforçam-se as incertezas.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

As metas para os sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU) definidas no Plano Estratégico para os Resíduos sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020), estão longe de ser atingidas e os objetivos para 2025 dificilmente serão cumpridos. Em cima da reflexão sobre este tema, está ainda em curso a elaboração do PERSU 2030, que deveria ter sido concluído antes do final do ano de 2021, mas que ainda se encontra em consulta pública. Também o Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030), enquanto novo instrumento de referência da política de resíduos não urbanos, determinará objetivos e metas para todos os resíduos que não estão sob gestão dos municípios e ainda se encontra em consulta pública.

Atendendo à necessidade de verter em estratégias nacionais os ambiciosos objetivos comunitários e com vista à transição para uma economia mais circular e neutra em carbono foi elaborada uma estratégia para os biorresíduos que visa responder à obrigação de assegurar que, até final de 2023, os biorresíduos são separados e reciclados na origem, ou são recolhidos seletivamente e não são misturados com outros tipos de resíduos. Apesar da boa intenção desta política, o seu enquadramento não está a ser tão rápido quanto se esperaria, quer pela dificuldade que pode representar a separação na origem, quer pela respetiva recolha seletiva dos biorresíduos, mas também com a atualmente conhecida dificuldade em escoar a compostagem no mercado. Ainda sobre este aspeto, destaca-se a necessidade de articulação e atualização dos contratos de recolha de resíduos indiferenciados celebrados com o setor privado, tendo em vista a transição para modelos de recolha distintos daqueles originariamente previstos nos concursos e contratos celebrados.

Relativamente à recolha seletiva, apesar do aumento do número de equipamentos e infraestruturas de recolha, designadamente ecopontos e ecocentros, constata-se que o mesmo não teve reflexos proporcionais nos quantitativos recolhidos seletivamente, mantendo-se os valores da recolha indiferenciada, pelo que se revela necessário repensar os modelos de recolha seletiva, assim como reforçar as campanhas de sensibilização e outras estratégias e instrumentos mais eficazes para a alteração de comportamentos dos consumidores. Sistemas de recolha porta-a-porta (PaP) configuram as melhores soluções para potenciar a recolha seletiva, com modelos que facilitem a triagem na origem, mas nem sempre de implementação fácil em meio urbano, assim como sistemas *pay-as-you-throw* (PAYT) contribuem para melhores taxas de separação, mas podem acarretar custos mais elevados para a população.

Análise da Atividade

Assumindo-se como principal operador do setor dos resíduos em Portugal, o Grupo SUMA proporciona a oferta de soluções integrais para a gestão do ciclo de vida completo dos resíduos. À liderança na recolha de RSU e limpeza urbana, a SUMA junta vários operadores especializados, onde se destacam o grupo líder na área do tratamento de RSU – a EGF –, e o Grupo Enviroil, que atua no mercado dos resíduos industriais e dispõe da principal unidade de regeneração e reciclagem de óleos usados do nosso País.

A SUMA prossegue a sua estratégia de crescimento sustentado e de implementação geográfica dentro e fora de Portugal, através de um ambicioso projeto de internacionalização, iniciado nos mercados da Europa Central, América do Sul e África, com contratos efetivos em Angola, Brasil, Moçambique e Omã.

Consolidando a atividade das empresas do Grupo que prestam serviços de recolha de RSU e limpeza urbana, em Portugal, a SUMA marca presença em 68 municípios com contratos superiores a um ano, abrangendo uma população de cerca de 2,2 milhões de habitantes.

O Grupo é também líder de mercado na área de tratamento e valorização de resíduos urbanos, onde a EGF é referência no nosso País, abrangendo uma população estimada de 6,5 milhões de habitantes, em 180 concelhos servidos. Ao consolidar ambas as áreas, no âmbito nacional, o Grupo SUMA presta serviços em 195 municípios, servindo cerca de 7,14 milhões de habitantes.

A SUMA desenvolveu o seu projeto de internacionalização e estendeu a sua atividade através da transposição do seu *know-how* e capacidade organizativa, promovendo parcerias estratégicas na constituição de empresas locais, operando durante o ano de 2021 em Angola – províncias de Luanda –, em Moçambique – Maputo –, no Brasil – Avaré, Brasília, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Itapevi, Itatiba, Santa Luzia, São Paulo, São Sebastião Paraíso e Sarandi –, e em Omã – em Al Sharqiyah Sul, servindo, no conjunto das empresas a operar no estrangeiro, cerca de 5 milhões de habitantes.

O conjunto de empresas que integram o Grupo SUMA estão presentes em 5 países de 4 continentes, operando em 212 municípios e servindo uma população aproximada de 12,2 milhões de habitantes.

Durante o ano de 2021, Grupo SUMA gerou receitas consolidadas no valor de 324.038.545 EUR, com um crescimento de 10,24% relativamente ao ano anterior.

Volume de negócios por área (milhares de euros)	**2019**	**2020**	**2021**	**Variação 20/21**
Serviços Urbanos PT	50.032	54.387	55.322	1,72%
Resíduos Industriais PT	32.295	32.898	34.133	3,75%
Tratamento RSU PT	169.670	193.791	219.104	13,06%
Internacional	11.221	12.876	15.481	20,23%
Total	**263.217**	**293.952**	**324.039**	**10,24%**

Podemos verificar uma tendência de crescimento em todas as áreas de negócio, tal como aconteceu no ano anterior, com destaque para as variações positivas das sociedades da área internacional e da área de tratamento de RSU. O aumento do volume de negócios consolidado das empresas a operar no estrangeiro provem da inclusão, a partir do mês de outubro de 2021, das sociedades do Brasil, com a aquisição da totalidade do capital da Geres Participações, que até essa data não integrava os valores de consolidação da SUMA por ser uma participação minoritária.

As empresas da área de tratamento de RSU contribuem com um aumento de 13,06% para o volume de negócio consolidado, sendo que esta variação inclui a revisão extraordinária dos proveitos permitidos de 2019, 2020 e 2021, no montante de aproximadamente 20 milhões de euros e a correção do ajuste tarifário das Contas Reguladas Reais (“CRR”) de 2020, no montante de cerca de 12 milhões de euros, que inclui a anulação da estimativa dos valores de contrapartida de 2021.

Na área de serviços urbanos nacional, as receitas a consolidar aumentam 1,72%, em 2021, influenciadas pelo incremento do número de contratos, principalmente com novos contratos de limpeza urbana e de educação ambiental, bem como pelo ajustamento das tarifas aplicadas nas novas propostas adjudicadas. Se excluirmos os ganhos não recorrentes registados em 2020, pela execução de diversos estudos, pareceres e relatórios técnicos, no âmbito de diversas atividades desenvolvidas em Angola, o incremento das vendas e prestações de serviços da área de serviços urbanos aproxima-se dos 10% no ano de 2021.

Em 2021, as receitas provenientes das sociedades a operar no mercado dos resíduos industriais, em Portugal, aumentaram 3,25% relativamente ao ano de 2020, demonstrando o bom desempenho desta área no aproveitamento das oportunidades deste mercado. Os ganhos nesta área provêm das empresas que prestam serviços na gestão de resíduos industriais, com recolha, transporte e tratamento, incluindo a reciclagem e regeneração de óleos usados, que compensam a quebra no volume de negócios gerado no conjunto de aterros de resíduos não perigosos, influenciada especialmente pelo término da receção de resíduos provenientes do estrangeiro.

Os volumes de negócios individuais de cada uma das sociedades nacionais sob controlo da SUMA são os seguintes:

Volume de negócios - Portugal (milhares de euros)	**2019**	**2020**	**2021**	**Variação 20/21**
SUMA	53.971	58.141	59.152	1,74%
SUMALAB	1.321	1.286	1.546	20,22%
SUMA Esposende	850	877	1.632	86,13%
NOVAFLEX	294	770	529	(31,30%)
REAL VERDE	939	1.598	900	(43,69%)
RIMA	3.327	4.167	3.523	(15,46%)
RESILEI	2.221	2.575	1.801	(30,05%)
TRIU	9.038	9.458	11.309	19,57%
ENVIROIL II	7.550	6.219	9.539	53,38%
CORREIA & CORREIA	11.397	10.528	11.379	8,08%
SRI	458	456	490	7,45%
SIGA	756	769	807	4,94%
TRIAZA	2.608	4.128	1.076	(73,93%)
EGF	1.576	1.436	1.496	4,18%
ALGAR *	20.959	29.529	26.195	(11,29%)
AMARSUL *	17.527	24.927	25.969	4,18%
ERSUC *	23.172	28.393	26.821	(5,54%)
RESIESTRELA	4.651	5.247	4.985	(4,99%)
RESINORTE *	16.543	23.388	23.041	(1,48%)
RESULIMA	5.080	6.051	5.931	(1,98%)
SULDOURO	8.931	10.800	10.506	(2,72%)
VALNOR	9.590	9.065	8.479	(6,46%)
VALORLIS	7.434	7.988	8.078	1,13%
VALORMINHO	1.216	2.270	2.146	(5,46%)
VALORSUL	54.246	58.108	63.036	8,48%

Nota * - As sociedades ALGAR, AMARSUL, ERSUC e RESINORTE corrigiram, nas contas individuais de 2020, os valores de volume de negócio, atualizados neste quadro.

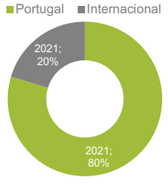
Nas sociedades a operar no estrangeiro, assistimos a uma quebra das receitas individuais em todas as geografias, com os efeitos da crise a serem sentidos principalmente no Brasil e em Moçambique. Em Angola, o término do principal contrato em 2020 teve repercussões negativas significativas na faturação, que se espera venha a recuperar com novas adjudicações durante o ano de 2022.

O volume de negócios individual das sociedades no estrangeiro, foram os seguintes:

Volume de negócios - Internacional (milhares de euros)		**2019**	**2020**	**2021**	**Variação 20/21**
Angola	VISTA WASTE	63.198	60.768	2.742	(95,49%)
	SIGAMB	795	2.877	-	(100,00%)
Brasil	SUMA BRASIL	26.192	29.847	26.293	(11,91%)
	ECOSS AMBIENTAL	13.993	20.377	19.854	(2,57%)
	MAIS ITAPEVI	-	-	931	
Cabo Verde	AGIR	1	-	-	-
Moçambique	ECOLIFE	2.393	1.457	1.230	(15,58%)
Polónia	EKOSRODOWISKO	1	1	1	-
Oman	ECOVISION	10.424	10.077	10.013	(0,64%)

A análise da quantidade de resíduos geridos, fator chave para este negócio, engloba todas as empresas com gestão operacional da SUMA, agrupando também as sociedades da EGF.

Toneladas de resíduos	**2019**	**2020**	**2021**	**Variação 20/21**
Portugal	4.623.125	4.244.716	4.372.477	3,01%
Internacional	1.172.818	1.634.084	1.126.999	(31,03%)
Total	**5.795.943**	**5.878.800**	**5.499.475**	**(6,45%)**

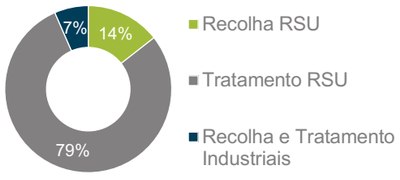


O Grupo SUMA apresenta uma quantidade de resíduos geridos durante o ano de 2021 inferior ao período homólogo em 6,45%, resultado da quebra verificada nas sociedades a operar no estrangeiro, com especial relevância para os resíduos recolhidos em Angola, dado o término do contrato principal. Os números atingidos em Portugal refletem o crescimento das atividades na maioria das empresas a operar no mercado nacional.

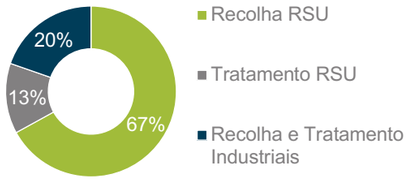
Toneladas de resíduos	**2019**	**2020**	**2021**	**Variação 20/21**
Recolha de RSU	1.751.700	1.859.011	1.389.750	(25,24%)
Tratamento de RSU	3.681.969	3.526.090	3.603.366	2,19%
Recolha e tratamento de resíduos industriais	362.275	493.699	506.359	2,56%
Total	**5.795.943**	**5.878.800**	**5.499.475**	**(6,45%)**

A avaliação às quantidades de resíduos geridas nas principais atividades desenvolvidas, durante o ano de 2021, demonstra que a área de tratamento de RSU se destaca como atividade responsável pela gestão da maior quantidade de resíduos em Portugal, sendo a área de recolha de RSU a que gera maior quantidade de resíduos nas sociedades do exterior.

Toneladas de Resíduos Geridos - Portugal



Toneladas de Resíduos Geridos - Internacional



Recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana

Core business da SUMA desde a sua constituição, as empresas do Grupo SUMA que desenvolvem a atividade de recolha de RSU e limpeza urbana em Portugal, com contratos de prestação de serviços com duração igual ou superior a 1 ano, serviram durante o ano de 2021 cerca de 2,2 milhões de habitantes, em 68 municípios, o que corresponde a 37,78% da população nacional abrangida por serviços privados.

SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
A SUMA é a empresa mãe deste Grupo e o principal pilar desta organização. O objeto da sociedade abrange a gestão global de resíduos e desenvolve, como principais atividades, a prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana, assumindo-se como referência nacional na sua área de atuação.

SUMA (Esposende) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("SUMA Esposende")
A SUMA Esposende foi criada em 6 de dezembro de 1999 com o objetivo de gerir o contrato de concessão de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana no conselho de Esposende, o que se efetivou em agosto de 2003, com o trespasse desse mesmo contrato da Serurb – Serviços Urbanos, Lda. para a SUMA Esposende. Esta empresa alterou a sua designação inicial – Serurb (Esposende) – Serviços Urbanos, Lda. – para SUMA (Esposende) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda., em janeiro de 2008, após a integração no Grupo SUMA.

NOVAFLEX – Técnicas do Ambiente, S.A. ("NOVAFLEX")
Constituída em 1993 e adquirida pela SUMA em 2007, a NOVAFLEX tem como atividade principal a prestação de serviços de recolha de RSU e de limpeza urbana. Durante o ano de 2021, a empresa prosseguiu com a operação no concelho de Loulé, na prestação de serviços de limpeza urbana, no âmbito de um contrato com período de 2 anos que terminará em abril de 2023, e manteve a execução de contratos de curta duração em diversos municípios, dos quais se destacam os serviços de recolha multimaterial em Oliveira do Bairro e varredura mecânica de arruamentos em Grândola. A partir de outubro de 2021, a NOVAFLEX voltou a assumir a execução do contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho da Figueira da Foz, adjudicado ao Grupo SUMA e transferido para a NOVAFLEX, que se estenderá até dezembro de 2026. Para a operacionalidade destes serviços, a empresa conta com o apoio de sociedades do Grupo SUMA, em regime de subcontratação de recursos e serviços.

O Grupo SUMA conta ainda com três sociedades cuja atividade já cessou e que aguardam por novas oportunidades de negócio:

SUMA (Douro) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("SUMA Douro")
A SUMA Douro foi criada em 27 de julho do ano 2000 e a sua constituição teve como objetivo realizar a gestão e exploração de contratos de prestação de serviços e fornecimento de equipamento na área dos resíduos sólidos urbanos, no âmbito geográfico dos concelhos que integram a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), contratos estes que já terminaram.

SUMA (Porto) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("SUMA Porto")
A SUMA Porto foi constituída a 17 de outubro de 2008, para o desenvolvimento, gestão e exploração, em regime de prestação, da concessão da recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública no Município do Porto. Esta prestação de serviços foi adjudicada à SUMA, que constituiu esta empresa com o objetivo de dar cumprimento à

exigência contratual. A atividade na SUMA Porto ao abrigo deste contrato cessou em 2018. Com o término do contrato, a empresa cessou a sua atividade e, desde o ano de 2019, não prestou qualquer serviço e não contou com trabalhadores.

NOVA BEIRA – Gestão de Resíduos, S.A. (“NOVA BEIRA”)

Constituída em 2002, com a participação da NOVAFLEX e integrada no Grupo SUMA em 2007 com a aquisição dessa empresa, a NOVA BEIRA dedicava-se, desde a sua constituição, ao transporte de resíduos sólidos urbanos entre estações de transferência e o centro de tratamento, na região da Guarda, atividade que suspendeu no final de 2013.

A atividade comercial desenvolvida pelo departamento de Estudos e Propostas da SUMA é fundamental na prossecução dos objetivos da Empresa. Este departamento mantém uma equipa especializada, que vem sendo reorganizada e ajustada para cumprir com os objetivos de eficiência e crescimento definidos para o Grupo.

No ano de 2021 foram analisadas 352 oportunidades de negócio no mercado nacional, tendo sido apresentadas 235 propostas, num valor total de 64,32 milhões de euros. No final do ano estão pendentes de decisão 39 propostas, no valor de cerca de 0,78 milhões de euros e outras 7 propostas encontram-se em fase de audiência prévia, as quais perfazem um valor de cerca de 20,3 milhões de euros.

Apresentamos de seguida uma análise às propostas cuja adjudicação ocorreu no ano de 2021, onde se incluem propostas que tendo sido elaboradas e apresentadas em 2020, apenas foram adjudicadas em 2021.

Durante o ano de 2021, foram adjudicados ao Grupo SUMA, em Portugal, serviços no valor de 34,48 milhões de euros de carteira. Relevamos as seguintes adjudicações que contribuem para este valor global:

- Tejo Ambiente - Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos, lavagem e desinfeção de contentores.
- Câmara Municipal de Valpaços - Aquisição de serviços para recolha de resíduos sólidos urbanos.

As prestações de serviços com duração igual ou superior a um ano totalizam cerca de 79% do valor total das adjudicações efetuadas no ano de 2021.

A SUMA contratualizou serviços com diversos clientes com historial de relações comerciais com o Grupo, dos quais destacamos:

➔ Duração igual ou superior a um ano, representando uma carteira de 27,24 milhões de euros:

- Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU, lavagem e desinfeção de contentores.
- Câmara Municipal de Valpaços - Aquisição de serviços para recolha de RSU.
- Câmara Municipal de Loulé - Concurso público para a contratação dos serviços de limpeza urbana numa área de Almancil e de Quarteira, concelho de Loulé - LOTE 2.
- Câmara Municipal de Celorico de Basto - Recolha de RSU / lavagem / manutenção / substituição e fornecimento de contentores.
- Câmara Municipal de Almada - Prestação de serviços de limpeza urbana no Concelho de Almada.

- Câmara Municipal da Marinha Grande - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU produzidos no Concelho da Marinha Grande.
- Câmara Municipal de Belmonte - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU, no Concelho de Belmonte.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - Aquisição de serviços para o sistema de gestão de resíduos urbanos do Município de Montemor-o-Velho.
- Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Aluguer operacional de cinco veículos de recolha, transporte e varredura de resíduos sólidos urbanos, novos e sem uso - Lote 3.
- Câmara Municipal de Ourém - Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha dos resíduos sólidos e seu transporte a aterro final (Alvega).
- Câmara Municipal de Loulé - Contratação dos serviços de limpeza urbana numa área de Quarteira Poente e Almancil e Fonte Coberta, Concelho de Loulé – Lotes 1 e 2.
- Câmara Municipal de Penacova - Aquisição de serviços de aluguer operacional de viatura de recolha de RSU com Motorista (3 meses por ano).
- Universidade de Coimbra - Serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos urbanos produzidos nas instalações da Universidade de Coimbra e dos serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra.
- Câmara Municipal do Montijo - Aquisição de serviço de recolha e transporte de RU, manutenção e lavagem de contentores nas Freguesias da zona este do Concelho de Montijo.
- Câmara Municipal de Oeiras - Aquisição de serviços de lavagem, higienização de equipamentos de deposição de resíduos.
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Contratação de 2 viaturas pesadas de recolha seletiva, em regime de aluguer operacional – Lotes 1 e 2.
- VALORSUL - Prestação de serviços de recolha de vidro, papel/cartão e plástico/metal no concelho da Amadora.
- SULDOURO - Consulta para a prestação de serviço para a recolha de resíduos de embalagem depositados em ecopontos.
- Câmara Municipal de Loulé - Contratação dos serviços de lavagem interior e exterior de equipamentos de deposição de resíduos urbanos indiferenciados, no concelho de Loulé – Lote 3.
- Câmara Municipal de Leiria - Aquisição de serviços de sensibilização, entrega de equipamentos, conceção e produção de materiais de comunicação para promoção do projeto "RecicLAR" e de serviços de recolha e transporte de RU no Concelho de Leiria.
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Contratação de viatura pesada de recolha de RSU, em regime de aluguer operacional.
- Freguesia de Falagueira-Venda Nova - Aluguer operacional de varredora mecânica compacta para o serviço de higiene e limpeza urbana.
- Câmara Municipal de Oeiras - Aquisição da prestação de serviços de lavagem e higienização de equipamento de deposição de resíduos (700L).
- serviços Municipalizados de Castelo Branco - Recolha e transporte de resíduos sólidos.
- Município de Alter do Chão - Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final, de RSU e lavagem e desinfeção de contentores no concelho de Alter do Chão.
- LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de resíduos do Grande Porto - Concurso Público para a prestação de serviços de transporte de resíduos, operação e manutenção do sistema de transferência de resíduos do Ecocentro da Varziela - Vila do Conde.

- União das Freguesias de Azeitão, São Lourenço e São Simão - Aquisição de serviços de limpeza urbana, com recurso a varredoura aspiradora e respetivo operador.
- Câmara Municipal do Montijo - Aquisição de serviços de limpeza de espaço público e equipamento.
- Junta de Freguesia de Anta e Guetim - Limpeza urbana na União de Freguesias de Anta e Guetim.
- Junta de Freguesia de Silvalde - Limpeza urbana na Freguesia de Silvalde.
- Câmara Municipal de Grândola - Aluguer operacional de um veículo compacto designado de Varredora Mecânica com motorista e um cantoneiro.
- Câmara Municipal de Grândola - Serviço de limpeza de lavagem e higienização de contentores para deposição de RSU.
- Câmara Municipal de Campo Maior - Transporte de monstros e verdes. ao abrigo do "Acordo Quadro n.º 5/2021 CIMAA" – Lote 1.
- IPO Coimbra - Instituto Português de Oncologia de Coimbra - Serviço de contentorização e recolha de resíduos urbanos.
- Câmara Municipal de Paredes - Prestação de serviços para lavagem, desinfeção, desengorduramento e desodorização de contentores de carga traseira de 800 litros.
- Câmara Municipal de São João da Madeira - Campanha de comunicação e sensibilização.
- Câmara Municipal de Penacova - Aquisição de serviço de recolha de resíduos urbanos indiferenciados para o Município de Penacova.
- Câmara Municipal de Arronches - Transporte de monstros e verdes.

➔ Duração inferior a um ano, representando uma carteira de 6,87 milhões de euros:

- Tejo Ambiente - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, S.A. - Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos, lavagem e desinfeção de contentores.
- Câmara Municipal de Leiria - Serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, resíduos de construção e demolição ("RCD"), da responsabilidade do município, e dos serviços se limpeza urbana no Concelho de Leiria.
- Câmara Municipal de Mafra - Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final, e de manutenção e lavagem de contentores.
- Câmara Municipal de Benavente - Prestação de serviços de higiene urbana e salubridade pública das zonas urbanas de Samora Correia, incluindo Porto Alto.
- Freguesia de Espinho - Limpeza urbana na Freguesia de Espinho.
- ERSUC - Serviços de recolha seletiva em ecopontos.
- Câmara Municipal de Oeiras - Aquisição de prestação de serviços de lavagem e higienização de contentores.
- Câmara Municipal de Oliveira do Bairro - Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final.
- Câmara Municipal de Peniche - Concurso público para a aquisição do serviço de limpeza de praias e zonas costeiras e de limpeza urbana da cidade.
- Câmara Municipal de Mira - Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos, no concelho de Mira.
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Contratação de 2 viaturas pesadas de recolha de resíduos - seletiva, em regime de aluguer operacional.
- Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo - Aquisição de prestação de serviços de limpeza das zonas envolventes dos contentores, zonas públicas e lavagem de equipamentos de descarga com sistema de carga lateral.
- Câmara Municipal de Celorico de Basto - Trabalhos complementares - recolha de RSU/ lavagem/ manutenção/ substituição e fornecimento de contentores.

- Câmara Municipal de Sintra - Aquisição de serviços de lavagem e desinfeção de vias e rodovias, túneis, escadas, fontes e chafarizes em diversas freguesias do Concelho de Sintra, no âmbito do Plano de Contingência COVID - 19, por 6 meses.
- ALGAR - Prestação de serviços de recolha de ecopontos - Época Alta – Lote 2.
- SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - Ajuste direto para a prestação de serviços de aluguer de 1 viatura de carga lateral para recolha de RSU.
- Câmara Municipal de Mafra - Prestação de serviços de limpeza urbana com varredora mecânica.
- Câmara Municipal de Oliveira do Bairro - Prestação de serviços para recolha multimaterial no concelho de Oliveira do Bairro.
- Serviços Municipalizados de Sintra (SMAS) - Prestação de serviços de recolha seletiva de ecopontos de tipologia "Cyclea".
- Maiambiente - Campanha de elaboração de cadastro de utentes sem ligação à rede pública de abastecimento de água.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - Aquisição de serviços para o sistema de gestão de resíduos urbanos do Município de Montemor-o-Velho.
- ALGAR - Prestação de serviços de recolha de ecopontos - Época Alta – Lote 1.
- Câmara Municipal de Celorico de Basto - Recolha de RSU/ lavagem/ manutenção/ substituição e fornecimento de contentores.
- Câmara Municipal de Oliveira do Bairro - Prestação de serviços para recolha multimaterial no concelho de Oliveira do Bairro.
- União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões - Aquisição de serviços de limpeza urbana na área geográfica da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões.
- Município de Ponte de Lima - Aquisição de serviços para recolha de RSU.
- Câmara Municipal do Seixal - Serviços de aluguer de viaturas de recolha de resíduos.
- Junta de Freguesia de Mina de Água - Aquisição de serviços de limpeza pública na Freguesia de Mina de Água.
- Câmara Municipal da Marinha Grande - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU produzidos no Concelho da Marinha Grande.
- Câmara Municipal de Setúbal - Prestação de serviços para realização de uma campanha de comunicação ambiental e sensibilização para separação e recolha coletiva de proximidade de resíduos urbanos biodegradáveis no município de Setúbal.
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Locação de viatura pesada de recolha de RSU.
- Câmara Municipal de Santarém - Contratação de locação de dois veículos de recolha de RSU sem condutor.
- Junta Freguesia da Venteira - Deservagem, fornecimento e aplicação de herbicida em toda a Freguesia da Venteira.
- Câmara Municipal de Grândola - Aluguer operacional de veículo de recolha de resíduos urbanos com 1 motorista.
- Câmara Municipal do Montijo - Aquisição de serviço de colocação e recolha de contentores de grande dimensão.
- Câmara Municipal da Moita - Distribuição de contentores e ações de sensibilização ambiental.
- Câmara Municipal de Vendas Novas - Lavagem de contentores RSU.
- Câmara Municipal de Aljezur - Aquisição de serviços de recolha e transporte de RSU.
- Câmara Municipal de Sesimbra - Aquisição do serviço de recolha de envolventes (monos e verdes) depositados junto dos contentores de resíduos urbanos, por viatura com grua.

- Câmara Municipal de Santarém - Recolha e transporte de RSU, no concelho de Santarém.
- SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - Serviço recolha mecanizada contentores de resíduos, turno 6h/13h, Âmbito Covid 19.
- Câmara Municipal de Terras de Bouro - Serviço de recolha e transporte de RSU no Concelho de Terras de Bouro.
- Universidade de Lisboa - Aquisição de serviços com vista à adequada gestão dos resíduos verdes resultantes das atividades de limpeza e de manutenção do Jardim Botânico Tropical (JBT) e do Jardim Botânico de Lisboa (JBL) da Universidade de Lisboa.
- Câmara Municipal de Nisa - Prestação de serviços para o transporte de monstros e verdes.
- Câmara Municipal do Alijó - Prestação de serviços de limpeza urbana na Vila de Alijó.
- SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - Prestação de serviço de recolha mecanizada de contentores de resíduos, no turno das 13h00 às 20h00 – Estado de Emergência no âmbito da Pandemia COVID 19.
- SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - Prestação de serviço de recolha mecanizada de contentores de resíduos, no turno das 06h00 às 13h00 – Estado de Emergência no âmbito da Pandemia COVID 19.
- Câmara Municipal de Amarante - Aquisição de serviços para apoio na implementação das ações de educação ambiental e científica.
- Junta de Freguesia da Mina de Água - Aquisição de serviços de limpeza pública na Freguesia de Mina de Água.
- Câmara Municipal de Estremoz - Prestação de serviços de lavagem e higienização de contentores de RSU.
- Câmara Municipal do Montijo - Aquisição de serviços de recolha e transporte de RU dos contentores nas Freguesias da Zona Este do Concelho de Montijo - Freguesia de Canha e União de Freguesias de Pegões.
- Câmara Municipal da Figueira da Foz - Aquisição de serviços para remoção de resíduos lenhosos das Praias da zona sul do Concelho, nomeadamente do Cabedelo e Cabedelinho.
- Câmara Municipal do Crato - Prestação de serviços de lavagem de contentores de RSU.
- Câmara Municipal de Leiria - Recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, de limpeza urbana, reforço extra, e de desinfeção Covid-19 na Praia do Pedrógão, durante a época balnear 2021.
- Câmara Municipal de Constância - Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e lavagem e desinfeção de contentores no concelho de Constância.
- Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos - Prestação de serviços de lavagem e desinfeção de contentores de RSU.
- Câmara Municipal da Nazaré - Lavagem e desinfeção de contentores de RSU.
- Força Aérea Portuguesa - Base Aérea n.º 6 - Aquisição dos serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
- Câmara Municipal de Vila de Conde - Recolha de trastes velhos e demais resíduos contidos na envolvente a equipamentos de deposição da cidade.
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Locação de viatura pesada de recolha de RSU.
- União Freguesias Santo António dos Cavaleiros e Frielas - Aquisição de serviços de lava-ruas e de varredura mecânica.
- Câmara Municipal de Silves - Prestação de serviços de limpeza urbanística no concelho de Silves.
- Câmara Municipal de São João da Madeira - Prestação de serviços - entrega de contentores.
- EMAP - Empresa Municipal do Ambiente do Porto, E.M., S.A. - Serviços de deposição e tratamento resíduos LER 17 09 04.

- Câmara Municipal de Nisa - Lavagem de contentores de RSU no concelho de Nisa.
- Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M. - Aquisição de serviços de lavagem de contentores enterrados e semienterrados.
- Câmara Municipal de Penacova - Aquisição de serviço de recolha de resíduos urbanos indiferenciados para o Município de Penacova.
- União das Freguesias de Anta e Guetim - Aquisição de serviços de extirpação de vegetação mecânica e por monda química.
- Câmara Municipal de Sousel - Lavagem e desinfeção de 314 contentores de RSU no Concelho de Sousel, com duas intervenções.
- VALORLIS - Lavagem ecopontos - 1100L.
- Câmara Municipal de Campo Maior - Serviço de lavagem de contentores de RSU, num total de 358 unidades.
- Câmara Municipal do Montijo - Realização de uma atualização da georreferenciação dos equipamentos de recolha de RU.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares - Proposta de fornecimento de 2.500 unidades de caixas herméticas reutilizáveis para acondicionamento de refeições.
- Câmara Municipal do Montijo - Recolha de sacões RCD.
- Câmara Municipal de Fronteira - Serviço de lavagem de contentores de recolha de resíduos sólidos urbanos.
- Junta de Freguesia de Moscavide e Portela - Remoção, transporte e destino final de resíduos verdes existentes no estaleiro da Junta de Freguesia.
- SULDOURO - Formação de operação de grua, com emissão do certificado SIGO.

Para além destas adjudicações, a SUMA aumentou a sua carteira de clientes através da assinatura de contratos com novos clientes, representando uma carteira de 0,42 milhões de euros:

- Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha - Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final.
- Ecolezíria - Empresa intermunicipal para o tratamento de resíduos sólidos, EIM. - Prestação de serviços para lavagem e desinfeção de ecopontos (contentores de superfície e enterrados).
- Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares - Aquisição de serviços de formação/sensibilização e criação de plataforma online interativa.
- Câmara Municipal da Mealhada - Aquisição de serviços de desincrustação, limpeza, lavagem e desinfeção de contentores de recolha de RSU.
- Câmara Municipal de Paredes de Coura - Prestação de serviço de aluguer operacional de viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos sem condutor.
- Câmara Municipal de Paredes de Coura - Prestação de serviços de lavagem e desinfeção de contentores de RSU, existentes no Concelho de Paredes de Coura.
- Câmara Municipal de Mora - Serviço de higienização de contentores e *moloks*.

Destacamos também as renovações de contratos, que dão continuidade às relações contratuais:

- Câmara Municipal de Almada - Prestação de serviços de lavagem e higienização de contentores de superfície do Concelho de Almada.
- Camara Municipal de Condeixa-a-Nova - Aquisição de serviços de limpeza urbana e recolha de óleos alimentares usados no Município de Condeixa-a-Nova.

- ALGAR - Prestação de serviços para a recolha e o transporte de resíduos urbanos embalagem – pequeno comércio e serviços.
- AMARSUL - Recolha seletiva porta-a-porta no comércio
- Junta de Freguesia de Espinho - Limpeza urbana na Freguesia de Espinho.
- Câmara Municipal da Figueira da Foz - Contratação de serviços de manutenção e limpeza das praias no Concelho da Figueira da Foz.
- Câmara Municipal de Ílhavo - Serviços para a recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo.
- SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - Prestação serviço de lavagem contentores de 1100 litros.
- VALORSUL - Recolha de papel/cartão e embalagens em Loures e Odivelas.
- Mota-Engil - Engenharia e Construção S.A. - Proposta para limpeza da plataforma, limpeza mecânica de carris, monda química e drenagem da via (Metro do Porto).
- Universidade de Coimbra - Recolha e transporte a destino final de resíduos urbanos produzidos nas instalações da UC e SASUC e fornecimento dos respetivos contentores de superfície.
- VALORSUL - Prestação Regular de serviços de varredura de arruamentos nas instalações da VALORSUL.
- Mota-Engil - Engenharia e Construção S.A. - Prestação regular de serviços de transporte de subprodutos.
- União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão - Concurso público para aquisição de serviços de limpeza, lavagem e remoção de resíduos da Feira Semanal de Monte Abraão.
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de recolha de RSU, lavagem de equipamento e limpeza urbana no Município de Vila do Conde.
- Câmara Municipal de Ílhavo - Prestação de serviços de limpeza dos areais das praias da Barra e Costa Nova, limpeza de zonas marginais da ria e limpeza de vias e zonas de lazer.
- Câmara Municipal de Terras do Bouro - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU ao destino final e higienização dos pontos de recolha, no município de Terras de Bouro.
- VALORSUL - Prestação de serviços para recolha e transporte de resíduos urbanos embalagem - pequeno comércio e serviços.

A SUMA aposta numa estratégia de proximidade e parceria na relação com o cliente, através da promoção de contactos permanentes com os atuais clientes, bem como com potenciais clientes, apresentando as melhores práticas e adaptando a oferta às necessidades particulares de cada um. O empenho conjunto das várias divisões da Empresa, prosseguem os objetivos ao nível da quota de mercado e da manutenção da liderança no mercado nacional.

Tratamento de resíduos sólidos urbanos

O Grupo SUMA acrescenta à liderança nacional no mercado privatizado da recolha e limpeza urbana, a posição cimeira no tratamento e valorização de resíduos, com a integração do Grupo EGF. A área de tratamento de RSU do Grupo SUMA abrange cerca 6,5 milhões de habitantes em Portugal, mais de 60% da população portuguesa, distribuída por 180 municípios.

A SUMA TRATAMENTO foi a empresa utilizada, pelo Grupo SUMA, como sociedade veículo na operação de aquisição da EGF, num processo de privatização, através de concurso público internacional e detém, atualmente, uma participação de 99,9884% no capital da EGF, que é a holding responsável pela gestão e coordenação das empresas concessionárias dos Sistemas Multimunicipais (“SMM”) para o tratamento e valorização dos resíduos urbanos.

O Grupo EGF é composto por 11 empresas, todas elas detidas maioritariamente. – VALORMINHO, RESULIMA, RESINORTE, SULDOURO, RESIESTRELA, ERSUC, VALORLIS, VALNOR, VALORSUL, AMARSUL E ALGAR – concessionárias dos SMM, que atuam em 174 municípios, numa área de 48.089 km2, 52% do território nacional. A população servida é representativa de 60% dos habitantes do país, ou seja, cerca de 6,2 milhões de pessoas e trataram e valorizaram cerca de 3,3 milhões de toneladas de resíduos durante o ano de 2021.

EGF

A EGF é uma sociedade gestora de participações sociais, responsável pela gestão e coordenação das empresas concessionárias dos SMM e a sua estrutura acionista é, agora, composta quase integralmente pela SUMA TRATAMENTO, com 99,9884% do capital social, estando 1.300 ações na posse de colaboradores do Grupo.

ALGAR

A Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“ALGAR”), foi constituída em 1995 e executa o tratamento e a valorização dos resíduos produzidos nos 16 municípios do Algarve, contribuindo para o bem-estar das populações residentes e para a qualidade da oferta turística da região. A estrutura acionista da ALGAR integra a EGF, que detém a maioria do capital social, com 56%, e os 16 municípios do Algarve com os restantes 44%. Serve os municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Sto. António. A ALGAR dispõe atualmente das seguintes infraestruturas: treze ecocentros, uma unidade de tratamento mecânico, uma instalação de tratamento mecânico e biológico, dois aterros sanitários, duas centrais de triagem, três centrais de compostagem de verdes, três instalações de recuperação de biogás, oito estações de transferência.

AMARSUL

A Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“AMARSUL”) foi constituída no ano de 1997, tendo-lhe sido atribuída a concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos da Margem Sul do Tejo, por um período de 25 anos, concessão alargada em 2002 e em 2014 e que terminará em 2034. Serve uma população de 779.399 habitantes nos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e, para isso, dispõe de sete ecocentros, um tratamento mecânico, dois aterros sanitários, uma central de triagem, uma unidade de tratamento mecânico e biológico - central de compostagem, uma unidade de tratamento mecânico e biológico – digestão anaeróbia, três instalações de recuperação de biogás e uma estação de transferência. O capital social da AMARSUL pertence, em 51%, à EGF, sendo os restantes 49% detidos pelos 9 municípios inseridos na área de atuação.

ERSUC

Constituída em 1996, a Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (“ERSUC”) é a empresa responsável por tratar e valorizar os resíduos sólidos produzidos em 36 municípios do Litoral Centro, promovendo a melhoria da qualidade de vida e do ambiente desta região. A área geográfica abrangida é de cerca de 6.700 km2, servindo uma população de cerca de 1 milhão de habitantes. A ERSUC é participada em 51,46 % pela EGF, em 5,98% pela SUMA, 0,18% pelo Centro da Biomassa para a Energia e os restantes 42,38% por 32 dos 36 municípios servidos. As suas infraestruturas são constituídas por duas unidades de tratamento mecânico biológico, sete

ecocentros, dois aterros sanitários, duas centrais de triagem, cinco instalações de recuperação de biogás, sete estações de transferência e duas unidades de produção de CDR.

RESIESTRELA

A Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("RESIESTRELA"), tem data de constituição de 2008 e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos urbanos da Cova da Beira. Serve os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso. A EGF detém 62,95% da RESIESTRELA e os restantes 37,05% pertencem aos 14 municípios acima identificados. Dispõe atualmente de catorze ecocentros, um aterro sanitário, uma unidade de recuperação de biogás de aterro, uma central de triagem, uma central de compostagem e nove estações de transferência, servindo uma população de 186.836 habitantes numa área geográfica de 6.132 km2.

RESINORTE

A Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("RESINORTE") é, desde 2015, responsável pela concessão do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos urbanos do Norte Central. Constituída em 2009, é detida em 75,11% pela EGF, e, na parte restante, pela Associação dos Municípios do Vale do Douro Norte e por 22 dos 35 municípios utilizadores do sistema. Abrange uma área geográfica de 8.090 km2, servindo uma população de aproximadamente um milhão de habitantes e atualmente dispõe de quatro aterros sanitários, uma central de valorização orgânica, oito estações de transferência e quatro estações de triagem, cinco instalações de recuperação de biogás e dezassete ecocentros.

RESULIMA

Constituída em 1996, a Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("RESULIMA") assegura o tratamento e valorização de resíduos em seis municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado. Abrangendo os municípios de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, este sistema inclui dois ecocentros, um aterro, uma central de triagem, uma estação de transferência, uma instalação de recuperação de biogás de aterro e um tratamento mecânico e biológico, cobrindo uma área total de 1.743,3 km2 e servindo aproximadamente 311 mil habitantes.

SULDOURO

A empresa Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("SULDOURO") foi criada em 1996, com 60% de participação da EGF, 25% detidos pelo município de Vila Nova de Gaia e 15% pelo município de Santa Maria da Feira. É a que garante o tratamento adequado e valorização de resíduos em dois importantes municípios da região do Sul do Douro e, para isso, conta com cinco ecocentros, uma central de valorização orgânica, um aterro sanitário, uma central de triagem e duas instalações de recuperação de biogás de aterro. A sua área de intervenção é de 384 km2, servindo cerca de 438 mil habitantes.

VALNOR

A Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("VALNOR"), empresa constituída em 2001 e responsável pela recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos nos 25 Municípios da sua área de influência (norte alentejano e beira interior), tem como principal missão a preservação do meio ambiente onde se insere e a melhoria do serviço prestado às populações no âmbito da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Atua nos municípios de Abrantes, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo Branco, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Idanha-a-Nova, Mação, Marvão, Monforte, Nisa, Oleiros, Ponte de Sôr, Portalegre, Proença-a-Nova, Sardoal, Sertã, Sousel, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. Os municípios referidos detêm 46,67% do capital, sendo os restantes 53,33% detidos pela EGF. O território abrangido pelo sistema tem uma área aproximada de 11.980km2, com uma população residente estimada em cerca de 249.762 habitantes. A VALNOR dispõe, atualmente, de dezasseis ecocentros, dois aterros sanitários, uma central de valorização orgânica com unidade de recuperação de biogás, uma central de triagem, sete estações de transferência e uma unidade de produção de CDR.

VALORLIS

Constituída a 6 de agosto de 1996, a Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("VALORLIS"), é uma empresa participada em 51% pela EGF e em 49% pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, abrangendo uma área de 2.160 km2 e servindo uma população de 301 mil habitantes. A exploração e gestão do sistema multimunicipal da Alta Estremadura foram adjudicadas em 1996, em regime de concessão exclusiva, à VALORLIS, por um período de 25 anos, estendida em 2014 até 2034. As suas infraestruturas são compostas por quatro ecocentros, um aterro sanitário, uma central de triagem, duas instalações de recuperação de biogás, três estações de transferência e uma central de valorização orgânica.

VALORMINHO

A Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("VALORMINHO") foi constituída em 1996 e é a empresa concessionária do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho, que abrange os municípios de Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, fazendo estes, parte da estrutura acionista com uma participação de 49%, em conjunto com a EGF, que detém 51%. O sistema cobre uma área total de 950 km2, servindo cerca de 73 mil habitantes e inclui nas suas infraestruturas dois ecocentros, um aterro sanitário, uma central de triagem, uma estação de transferência, uma instalação de recuperação de biogás de aterro e uma central de tratamento mecânico.

VALORSUL

A Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("VALORSUL"), foi constituída em 2010 e resulta da fusão das sociedades Valorsul, S.A. e Resioeste, S.A.. A empresa é detida em 52,93% pela EGF e serve os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Vila Franca de Xira, Lisboa, Loures, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Dispõe de dois centros de triagem, sete ecocentros, uma central de valorização energética, uma instalação de tratamento e valorização de escórias, uma estação de tratamento e valorização orgânica, dois aterros sanitários, três unidades de recuperação de biogás, cinco estações de transferência e utilização de 50% da central de valorização orgânica da VALORLIS.

O ano de 2021 foi um ano de resiliência e recuperação, que encerra o período regulatório de 2019-2021, marcado pela conclusão de todos os processos de revisão com a ERSAR, em curso nos últimos dois anos, e com a preparação do novo ciclo regulatório 2022-2024, que se iniciou pela apresentação e aprovação ao Concedente da primeira fase do plano de investimentos 2022-2024 e pela preparação e submissão à ERSAR das Contas Reguladas Previsionais, as quais incluem a proposta de custos de referência. Logo que seja publicado o documento estratégico do sector, PERSU 2030, as empresas darão seguimento à elaboração do seu Plano de Ação com vista ao cumprimento do estabelecido no mesmo (PAPERSU). Este Plano servirá de base à elaboração

e submissão ao Concedente da parte II do Plano de Investimentos, contendo as medidas necessárias ao cumprimento das metas às quais se encontre obrigada.

Durante o ano 2021, e no âmbito do esforço coletivo a que o país foi chamado, por efeito da situação epidemiológica, o Grupo, para além da sua adaptação a esta nova realidade, realizou o seu plano de investimento de cerca de 36M€ que permitirá aumentar a capacidade e a eficiência das empresas de modo a atingir as metas do PERSU2020 e PERSU 2020+.

As quantidades de resíduos tratados no Grupo EGF voltam a aumentar no ano de 2021 relativamente ao ano anterior, continuando a superar os 3 milhões de toneladas, conforme se vem verificando nos últimos três anos. A pandemia da COVID-19 levou a uma grande diminuição na entrega dos resíduos dos Municípios integrantes das referidas empresas no ano de 2020, fruto da quebra generalizada na produção de resíduos, mas os valores do ano 2021 aproximam-se novamente das quantidades rececionadas em 2019.

A atividade de recolha seletiva realizada pelas empresas do Grupo EGF atingiu, no ano de 2021, 597 mil toneladas, incluindo os biorresíduos, trifluxo e outros fluxos seletivos de resíduos. Na atividade de recolha seletiva trifluxo, o total de material recolhido foi de 355 mil toneladas, um aumento de 6% face ao ano anterior e, com a retoma da atividade económica em 2021, verificou-se um acréscimo de 6% no vidro, 5% no papel/cartão e 8% nas embalagens, face ao período homólogo. A análise histórica aos quantitativos de recolha seletiva do universo EGF demonstra um grau de flutuação semelhante ao da recolha indiferenciada, mas nos últimos anos temos vindo a assistir a um crescimento superior nos recicláveis, com influência do empenhamento das empresas EGF na promoção da separação dos resíduos.

A produção e exportação de energia, proveniente do tratamento e valorização dos resíduos, tornou-se fundamental para a sustentabilidade ambiental das empresas do Grupo EGF. Durante o ano 2021, exportaram-se para a rede elétrica nacional cerca de 507GWh de energia elétrica, recuperando da quebra verificada em 2020 e superando mesmo os valores registados no ano de 2019.

Salientamos também, no ano de 2021, a renovação das certificações nas empresas do Grupo EGF, demonstrando o compromisso das empresas com a Qualidade, o Ambiente e a Segurança.

Para além da atividade desenvolvida pelo Grupo EGF, na área de tratamento de resíduos urbanos, a SUMA desenvolve a atividade de gestão de contratos de exploração de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos e, no ano de 2021, mantêm-se em vigor dois contratos com essa tipologia, geridos pelas seguintes sociedades:

REAL VERDE – Técnicas de Ambiente, Lda. (“REAL VERDE”)
A REAL VERDE foi constituída no ano 2000 para executar a gestão do contrato de exploração e manutenção do Aterro Sanitário Intermunicipal de Vale Douro Norte, atividade que desenvolve até à atualidade. A área abrangida por este aterro sanitário, situado na margem norte do Rio Douro, inclui os municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real. Este contrato foi celebrado no ano de 2000, com a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (“AMVDN”) e, no ano de 2012, foi acordada entre as partes a cessão da posição contratual do cliente AMVDN para a RESINORTE. Iniciado no ano de 2000 e com duração de 10 anos, o contrato foi renovado no ano 2010 e novamente no ano 2015, por períodos de 5 anos, até 31 de julho de 2020. A 1 de Agosto de 2020 foi celebrada uma adenda ao contrato existente, em que foram renegociadas as condições de preço e o prazo da prestação de serviços foi estendido até 31 de julho de 2023.

Em relação aos resíduos rececionados para o aterro gerido pela REAL VERDE, no ano de 2021, verificou-se um ligeiro decréscimo de apenas 1% nas quantidades depositadas em comparação com o ano de 2020, tendo sido depositadas em aterro 120.482,20 toneladas de resíduos.

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. (“SIGA”)
Constituída em setembro de 2008, para operar no sector dos resíduos na Região Autónoma dos Açores (“RAA”), a SIGA resulta de uma parceria entre a SUMA e Grupo Marques. A SIGA tem como objeto social a gestão de todo o ciclo de vida dos resíduos e tem como objetivo contribuir para a promoção do aumento da autossuficiência regional e a satisfação das exigências de desenvolvimento ambiental da região. A principal atividade da empresa desenvolvida durante o ano de 2021 enquadra-se no âmbito do contrato para a “Exploração do Ecoparque I e II da Ilha de São Miguel”, adjudicado pela MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM, S.A. ao Consórcio constituído pela SIGA e pela SUMA, iniciado a 29 de abril de 2019 e firmado por um período de 36 meses.

Durante o ano de 2021, o Ecoparque da Ilha de S. Miguel recebeu 92.788 toneladas de resíduos, aumentando em 3% as quantidades recebidas relativamente ao ano anterior. Este crescimento revela a evolução na produção de resíduos como efeito da retoma. A SIGA suspendeu a sua operação com o término do contrato em 28 de abril de 2022 e, sem qualquer contrato ativo, a Empresa está atenta a novas oportunidades que surjam na Região Autónoma dos Açores.

A principal atividade destas empresas é a gestão de contratos de exploração de aterros sanitários, mas ambas incluem nos seus objetos sociais diversas atividades, que lhes permite a prestação de serviços de gestão global de resíduos e possibilitam a diversificação da atual atividade principal.

A SUMA detém participações minoritárias em empresas nacionais a operar no mercado do tratamento de RSU, que proporcionam uma maior diversificação e complementaridade das atividades no Grupo:

AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M. (“AMBILITAL”)
Constituída em 2001 para gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente. A SUMA participa nesta empresa em 49% do seu capital, pertencendo os restantes 51% à AMAGRA.

CITRUP – Centro Integrado de Resíduos, Lda. (“CITRUP”)
Constituída em 2001, é participada em 30% do seu capital pela SUMA. Esta empresa tem como objeto a exploração do aterro sanitário da Maia, de apoio à central de valorização energética denominada LIPOR II e outras atividades conexas.

ECOLEZÍRIA – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (“ECOLEZIRIA”)
Foi constituída em 2004, com uma participação por parte da SUMA de 24,5% e tem como objeto principal a recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos municípios associados à RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Recolha e tratamento de resíduos industriais

A diversificação e abrangência de soluções fazem parte da estratégia da SUMA há largos anos, que vem realizando investimentos com vista à inovação e desenvolvimento de soluções para a generalidade das tipologias de resíduos, aumentando a oferta de serviços no mercado da recolha e tratamento de resíduos industriais e de outros resíduos não urbanos ou equiparados a urbanos. No mercado de recolha e tratamento de resíduos industriais, a SUMA conta com um conjunto de empresas que prestam serviços de gestão global de resíduos, triagem e tratamento, reciclagem e regeneração de óleos usados e aterros para deposição de resíduos não perigosos ("RNP").

Após a integração da ENVIROIL no Grupo SUMA e na prossecução de uma estratégia de desenvolvimento das atividades de gestão de resíduos industriais, não urbanos ou equiparados a urbanos, foi constituído um Grupo, liderado pela ENVIROIL, que integra um conjunto de sociedades especializadas nesta área de atividade e que permitiram reforçar e concertar competências na sua esfera de intervenção:

ENVIROIL, SGPS, Lda. ("ENVIROIL")

A ENVIROIL é uma sociedade criada em 1997, iniciando-se com um projeto para a reciclagem de óleos usados e produção de eletricidade. A empresa foi integrada no Grupo SUMA no ano de 2009 e foi alvo de uma reestruturação em 2012, com a alteração da sua denominação social para ENVIROIL, SGPS, Lda., modificando o seu objeto social para gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Após 15 anos de atividade e know-how consolidado na valorização de óleos usados, a empresa transferiu a sua atividade industrial para uma nova sociedade – ENVIROIL II-Reciclagem de Óleos Usados, Lda.

ENVIROIL II - Reciclagem de óleos Usados, Lda. ("ENVIROIL II")

A ENVIROIL II iniciou a sua atividade no ano de 2011, desenvolvendo as atividades de reciclagem e regeneração de óleos usados, produção de eletricidade e comércio por grosso de combustíveis líquidos, sólidos, gasosos e produtos derivados., atividades que transitaram da atividade anterior da ENVIROIL. A ENVIROIL II conta com duas unidades de reciclagem e regeneração de óleos lubrificantes usados, designadamente a unidade de Torres Novas, onde desenvolve as atividades de regeneração de óleos usados, pré-tratados, e de reciclagem de óleos usados, pré-tratados, e a unidade da Chamusca, destinada à regeneração de óleos lubrificantes usados. A segunda unidade fabril, em Chamusca, entrou em pleno funcionamento no ano de 2015, e foi a primeira unidade de regeneração de óleos usados construída em Portugal, com uma capacidade para regenerar 20 mil toneladas de óleos lubrificantes usados, cerca de 70% a 75% dos óleos usados fabricados atualmente em Portugal.

Durante o ano de 2021, a ENVIROIL II recebeu 25.612 toneladas de óleos usados, um aumento de 18,56% relativamente ao ano anterior. Este crescimento decorre da retoma da atividade económica no País e consequente aumento da produção desta tipologia de resíduos, que serve de matéria-prima para o desenvolvimento das atividades de reciclagem e regeneração. Deste total de resíduos recebidos, foram encaminhadas 21.197 toneladas para a atividade de regeneração, mais 2.120 toneladas do que no ano de 2020, que corresponde a um aumento de 11,12%. O aumento foi ainda mais significativo nas quantidades de óleos usados encaminhados para reciclagem, com mais 74,88%, atingindo a quantidade de 4.416 toneladas. A ENVIROIL II manteve a certificação do seu sistema de gestão, nas vertentes de qualidade e ambiente, de acordo com os normativos NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

CORREIA & CORREIA – Gestão de Resíduos, Lda. ("Correia & Correia")

A Correia & Correia iniciou a sua atividade em 1988, com a recolha de óleos usados e, a partir do ano de 2002, diversificou progressivamente a sua atividade e tornou-se num operador de gestão global de resíduos industriais, dispondo de licenças que abrangem uma grande diversidade de resíduos. Para o desenvolvimento da sua atividade, a Correia & Correia dispõe de três unidades industriais onde desenvolve a sua atividade. A unidade industrial da Sertã conta com um pavilhão de armazenagem de resíduos industriais perigosos e não perigosos, um pavilhão de armazenagem e tratamento de óleos usados, uma estação de tratamento de águas residuais industriais, um pavilhão de estabilização/inertização de lamas e um laboratório. A unidade de Vila do Conde faz a armazenagem, triagem e tratamento mecânico de resíduos não perigosos e perigosos e está certificada para armazenagem, despoluição e desmantelamento de veículos em fim de vida. A mais recente unidade, em Frielas, tem capacidade de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos e armazenagem de subprodutos de origem animal da categoria 1. A Correia & Correia tendo vindo a diversificar progressivamente a sua atividade na última década, da qual destacamos os serviços de recolha e transporte de resíduos industriais, armazenamento temporário de resíduos para posterior expedição (valorização ou eliminação), tratamento de resíduos industriais e aluguer de equipamentos de lavagem de peças e equipamentos de pintura.

A retoma da atividade económica em Portugal, durante o ano de 2021, e a capacidade comercial e operacional da Correia & Correia, produziu um efeito positivo na quantidade de toneladas de resíduos gerida, que aumentam 17,1% e atingem 62.491 toneladas neste período. A Correia & Correia manteve a certificação do seu sistema de gestão de qualidade e ambiente para a recolha, armazenamento e tratamento de resíduos perigosos e não perigosos, para posterior expedição, quer para valorização ou eliminação dos mesmos. A Correia & Correia tem implementado um sistema integrado de gestão baseado nos referenciais NP EN ISO 9001; NP EN ISO 14001; NP ISO 45001.

TRIU – Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("TRIU")

A TRIU opera neste setor desde o ano de 1991 e apresenta uma ampla gama de serviços com cobertura nacional, entre os quais se destacam a gestão global de resíduos, varredura e limpeza mecanizadas, limpezas técnicas e desobstrução. Adquirida pela SUMA em 2008, passou para a esfera da ENVIROIL no ano de 2012, aquando da reestruturação dessa empresa. Atualmente, a TRIU presta serviços de recolha e transporte de resíduos industriais, urbanos e equiparados, disponibiliza serviços de aluguer de equipamentos para acondicionamento de resíduos, realiza lavagens e higienização de contentores e faz recolha seletiva de resíduos. Tem capacidade de receção, triagem e valorização de resíduos – papel/cartão, plásticos, madeira, metais, vidro, pneus usados, REEE, resíduos de construção e demolição ("RCD") e outros fluxos específicos de resíduos –, e de armazenagem temporária de resíduos banais e perigosos, bem como o encaminhamento a tratamento adequado. Ao nível de equipamentos, a TRIU dispõe de viaturas com características especiais para prestar serviços de varredura e limpeza mecanizada, serviços de limpeza mecânica de arruamentos, estradas e autoestradas, assim como de espaços de armazenagem e parques industriais e de estacionamento.

Durante o ano de 2021, em consonância com o ritmo de recuperação da atividade económica nacional, a TRIU iniciou o ano a sofrer com as consequências da pandemia Covid-19 e com a segunda metade do ano em recuperação face às quebras anteriores. O desempenho global do ano 2021 não consegue, mesmo assim, igualar as quantidades de resíduos geridas no ano anterior, tendo neste período atingido 66.759 toneladas, registando uma quebra de 1,72% relativamente ao ano de 2020. Com as quantidades de resíduos industriais do serviço de recolha e transporte ainda em decréscimo, as quantidades de resíduos recebidos nas instalações da TRIU

apresentam já uma tendência crescente. A TRIU desempenha a sua atividade cumprindo com os requisitos das normas NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001, com vista a alcançar a certificação nesse âmbito.

SRI – Gestão de Resíduos, Lda. ("SRI")
Constituída em julho de 2008, no seio das empresas ENVIROIL e Correia & Correia, a SRI tem como principal atividade a prestação de serviços de transporte de resíduos. No ano de 2019, a SRI adquiriu uma participação de 5% do capital da sociedade ENVIROIL II, fazendo aumentar a participação do Grupo ENVIROIL, nesta empresa, para os 95%.

O Grupo SUMA conta também com três empresas que desenvolvem a atividade de gestão e exploração de aterros de resíduos não perigosos:

RIMA – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("RIMA")
A RIMA, enquanto entidade gestora do aterro de resíduos industriais não perigosos de Lustosa, está vocacionada para a deposição de resíduos gerados nos núcleos industriais e de produção intensiva. Constituída com o objetivo de construir e explorar um aterro de resíduos industriais não perigosos, a RIMA concretizou esse projeto em 2009 e colocou em atividade um aterro com um ciclo de vida previsto para 16 anos e capacidade para um encaixe de 771.429m3 de RNP.

Em 2021, as quantidades rececionadas de resíduos não perigosos e equiparados a urbanos tiveram uma diminuição de 12,21%, resultado de um decréscimo dos resíduos não perigosos, uma vez que já não foram rececionados resíduos provenientes de Itália.

TRIAZA – Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A.
A TRIAZA foi constituída no ano de 2015, para executar o projeto de construção e exploração de um Centro de Tratamento de Resíduos não perigosos na freguesia de Azambuja, concelho de Azambuja. A TRIAZA realizou um investimento de 1,8 milhões de euros na construção de uma infraestrutura localizada no espaço de uma pedreira desativada, que oferece uma solução ambiental e economicamente sustentável para as unidades industriais existentes no concelho, fomentando uma política de combate à deposição não controlada de resíduos e, em simultâneo, promovendo a recuperação ambiental e paisagística do espaço, através da utilização dos resíduos para fins de reabilitação e de estabilização geomecânica dos vazios de escavação. Para este projeto, a empresa celebrou um contrato de arrendamento do imóvel e formalizou a aquisição do trepasse de um estabelecimento industrial de exploração de inertes, o qual possui as diversas autorizações e licenciamentos necessários para a construção do aterro, com uma capacidade instalada estimada de 1.150.300 m3 ou 1.171.602 toneladas, pelo prazo de 60 anos ou até ao seu esgotamento.

Durante o ano de 2021, com o aproximar da ocupação da capacidade máxima da célula de deposição, a TRIAZA foi diminuindo as quantidades rececionadas ao longo do ano. A variação nas quantidades depositadas em aterro é significativa, decrescendo 68,35% em relação ao exercício de 2020, no qual ainda foram recebidos resíduos provenientes de Itália e Malta, no âmbito de processos de movimento transfronteiriço de resíduos, autorizados pela Agência Portuguesa do Ambiente ("APA"). No ano de 2021 foram rececionadas 25.033 toneladas de resíduos, incluindo resíduos recebidos para consolidação de caminhos e coberturas de resíduos.

RESILEI – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("RESILEI")
A RESILEI iniciou a sua atividade no ano de 2003, com a construção, gestão e exploração do aterro de resíduos não perigosos de Leiria. A RESILEI tem o seu sistema integrado de gestão certificado desde 2008, pelas normas EN ISSO 9001:2000, EN ISSO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 para as atividades de admissão, receção e confinamento de resíduos industriais não perigosos em aterro sanitário. Investimento que decorreu durante o ano de 2021, está prevista para o 1º trimestre de 2022 a conclusão da construção da terceira e quarta célula do aterro sanitário, ficando a empresa com uma capacidade instalada de 1.440.000 toneladas.

Durante ao ano de 2021, a RESILEI geriu 36.134,62 toneladas de resíduos que, comparando com o ano transato, registou um decréscimo de 26,34%.

Estas empresas dispõem de licenciamento para receberem resíduos não perigosos nas suas unidades, de acordo com as respetivas licenças, tendo diversificado o âmbito de operação, para além das operações de deposição em aterro, para operações de triagem e armazenamento temporário de resíduos não perigosos e alguns fluxos de resíduos perigosos.

Para além destes três aterros em atividade, a SUMA constituiu uma sociedade para desenvolver um projeto para a construção de um aterro de resíduos não perigosos em Aveiro:

CITRAVE – Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A.
A CITRAVE foi constituída no ano de 2009, com o objetivo de construir e explorar um aterro de resíduos não perigosos no concelho de Aveiro. Ainda em fase de projeto, esta nova unidade permitirá diversificar a oferta, produzir sinergias e oferecer soluções adequadas às necessidades do mercado, seguindo a estratégia delineada no seio do Grupo SUMA.

Área internacional

O ambicioso projeto de internacionalização da SUMA baseia-se na transposição para novas regiões da reconhecida qualidade na prestação de serviços a nível interno, aplicando o conjunto de competências e elevados padrões de qualidade, com o objetivo de promover o crescimento do Grupo.

A estratégia de expansão passa pela criação de empresas localmente, procurando parcerias com sociedades locais e aproveitando sinergias com os nossos acionistas, com o objetivo de encontrar as melhores soluções para garantir os elevados padrões nas prestações de serviços.

Angola
VISTA WASTE Management, Lda. ("VISTA *Waste*")
A VISTA *Waste* foi constituída num consórcio com o grupo Mota-Engil e com parceiros locais para operar no mercado angolano, com o objetivo de se tornar uma empresa de referência no setor dos resíduos em Angola, e iniciou a sua atividade no final de 2008. Com uma participação no capital de 49% e com o controlo da empresa no acionista maioritário, a SUMA assegura a gestão da produção, que utiliza o know-how deste grupo para continuar a desenvolver as atividades de recolha e transporte de resíduos, limpeza urbana, gestão e tratamento de resíduos e educação ambiental.

A VISTA *Waste* viu o seu contrato com Governo Provincial de Luanda ser terminado unilateralmente, cessando a concessão de gestão integrada de resíduos sólidos em dezembro de 2020. Durante o ano de 2021, a empresa desenvolveu o projeto de diversificação para as recolhas industriais, sua atividade principal no decorrer do ano, procurando estabelecer novas parcerias com clientes públicos e privados, com o intuito de aproveitar a capacidade instalada, não descurando a avaliação de propostas para novas oportunidades e concursos de serviços urbanos.

SIGAMB – Sistemas de Gestão Ambiental, Lda. ("SIGAMB")

A empresa SIGAMB foi criada pelo Grupo SUMA, em Angola, para o desenvolvimento de estudos técnicos, consultoria e formação na área ambiental. A atividade principal é desenvolvida no âmbito da prestação de serviços à VISTA *Waste*, apoiando na execução dos seus contratos. Dada a cessação dos contratos públicos da VISTA *Waste*, a SIGAMB suspendeu a sua operação durante o ano de 2021, mas mantem o intuito de retomar a prestação de serviços no ano de 2022.

Moçambique

ECOLIFE, S.A. ("ECOLIFE")

Constituída no ano de 2021, em Moçambique, para a execução do contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no centro de Maputo, a ECOLIFE serve uma população de 130.000 habitantes. A empresa é participada minoritariamente pela SUMA, mas foi aplicado o seu modelo de gestão, com o objetivo de se tornar um operador de referência no setor da gestão integrada de resíduos para o mercado moçambicano.

Em março de 2020, iniciou a execução de um novo contrato para a prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos no distrito municipal de KaMpfumu, adjudicado pelo conselho municipal de Maputo e que vigorará até fevereiro de 2025, no valor total de 573 milhões de meticais. Foram recolhidas e transportadas cerca de 63 mil toneladas de resíduos urbanos ao abrigo deste contrato, durante o ano de 2021. A empresa assegurou a manutenção da sua certificação em 2021, segundo a normas 9001:2015, 14001:2015 e 45001:2018, conseguida em 2020.

Brasil

SUMA Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. ("SUMA Brasil")

No ano de 2017, a SUMA reentra no mercado brasileiro com a aquisição da CONSITA, LTDA ("CONSITA"), sociedade que opera desde 1990 na área do ambiente, tendo sido pioneira neste setor através do processo de privatização de serviços de limpeza urbana em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no Brasil. Para esta operação de aquisição foi constituída a sociedade ECB SUMA Participações, S/A ("ECB SUMA"), em conjunto com a Empresa Construtora Brasil (grupo Mota-Engil), ficando a SUMA com uma participação minoritária no capital, assumindo um papel preponderante na estrutura assegurando a gestão da operação. Em 2018, a ECB SUMA alterou a sua denominação para GERES Participações S/A ("GERES") e em abril de 2020 foi a vez da CONSITA alterar a denominação para SUMA Brasil, assumindo a imagem de marca da SUMA. Em novembro de 2021, a SUMA procedeu à aquisição dos remanescentes 57,15% da participação da GERES, passando a deter a totalidade do seu capital e, indiretamente, do total da SUMA Brasil.

No ano de 20201, a SUMA Brasil prestou serviços de recolha e limpeza pública urbana nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Distrito Federal, servindo cerca de 4,6 milhões de habitantes. Em dezembro de 2021, a SUMA Brasil tem contratos em carteira em Avaré, Brasília, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Itapevi, Itatiba, Santa Luzia, São Paulo, São Sebastião Paraíso e Sarandi. Para desenvolver o contrato em São Paulo, zona oeste da cidade, a SUMA Brasil constituiu a ECOSS AMBIENTAL, uma sociedade com propósito específico que conta com dois parceiros locais. Para Itapevi foi constituída a sociedade MAIS ITAPEVI, num projeto em concessão, sob a forma de Parceria Público-Privada, com a duração de 25 anos.

A atividade na empresa SUMA Brasil registou uma quebra no ano de 2021, pelo término do contrato com a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte em 2020 e pela conclusão do serviço emergencial prestado na cidade de Brasília, que representavam mais de 10% das receitas e do resultado operacional da empresa. Apesar dessas perdas, registou-se um crescimento das receitas na generalidade dos contratos ativos durante o ano de 2021. Relativamente às suas participadas, a ECOSS AMBIENTAL superou as estimativas para o ano de 2021 e a empresa MAIS ITAPEVI iniciou, em novembro de 2021, a operação de prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A SUMA Brasil conta, ainda, com uma sociedade criada para operar uma infraestrutura de aterro sanitário, a CTR Santa Luzia – Tratamento e Disposição de Resíduos, LTDA., que aguarda os respetivos licenciamentos para iniciar atividade.

Ainda no Brasil, a SUMA constituiu uma Sucursal – SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA do Brasil –, com o objetivo de servir de veículo de ligação local para a implementação de serviços.

Omã

SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Oman Branch ("SUMA Oman Branch")

A SUMA constituiu uma Sucursal em Omã no ano de 2014, a SUMA Oman Branch, com o objetivo de participar nos concursos de gestão de resíduos e iniciar operações naquele Sultanato. A aposta no médio oriente resultou, em 2014, na adjudicação do encerramento de seis lixeiras na província de Al Dakhiliyah, no norte de Omã, executada no prazo de seis meses.

Com o objetivo de expandir o negócio da SUMA nesta geografia, a Sucursal prosseguiu com a análise de oportunidades e apresentação de propostas comerciais durante o ano de 2021 e manteve a sua atividade de ligação local para os serviços de consultadoria de educação ambiental promovida pela SUMA.

ECO VISION, LLC ("ECOVISION")

Com o intuito de participar no concurso para operações de gestão de resíduos em Al Sharqiyah Sul, no Sultanado de Omã, lançado em 2014 pela Oman Environmental Services Holding Co. (SAOC) – be'ah, a empresa pública responsável pela gestão de resíduos no território do Sultanato de Omã –, a SUMA constituiu um consórcio com a Tanzifco e MCS, duas sociedades com operações locais, e, em 2015, viu adjudicada a sua proposta. Para a execução deste contrato foi criada a empresa de direito omanita ECOVISION, que conta com participação maioritária da SUMA, cabendo-lhe a gestão do contrato. Este projeto contempla a recolha de resíduos, a gestão de seis estações de transferência e gestão de um aterro. A população servida é de, aproximadamente, 340 mil habitantes, cobrindo uma área total de 22.789 km2. A empresa tem implementado um sistema de gestão de qualidade, ambiente e segurança, de acordo com os normativos EN ISO 9001:2015, EN ISO 14001:2015 e OHSAS 45001:2018.

Durante o ano de 2021, a ECOVISION manteve a atividade regular, apesar das condicionantes causadas pela pandemia da Covid-19. As quantidades de resíduos voltam a aumentar neste ano, com o incremento da produção de resíduos pela população e atividades económicas.

Outros países

A SUMA detém sociedades em outras geografias, com o objetivo de prospeção dos mercados e aproveitamento de novas oportunidades de negócio.

Algumas dessas empresas já desenvolveram atividade no passado, como é o caso da AGIR - Ambiente e Gestão Integrada de Resíduos, Lda. ("AGIR"), criada em Cabo Verde no ano de 2008 e com inicio de atividade em 2012, com o seu primeiro contrato de prestação de serviços firmado com o município da Praia, para a prestação de serviços de recolha de resíduos porta a porta em domicílios e estabelecimentos comerciais. Com o término desta ligação contratual em 2018, a AGIR não desenvolveu qualquer atividade e aguarda novas oportunidades de negócio nesta geografia.

Para além desta sociedade, a SUMA detém, ainda, uma empresa na Polónia que operou durante alguns anos, nomeadamente a EKOŚRODOWISKO Spółka z.o.o. ("EKOŚRODOWISKO"), mas que não se encontra em atividade devido às grandes dificuldades de penetração e afirmação neste mercado.

Com o objetivo de identificar e estudar oportunidades de negócio no extremo oriente, foi constituída pela SUMA uma empresa em Macau – SUMA Macau, Lda. ("SUMA Macau") – e uma outra em Hong Kong – SBE Waste Management, Lda. –, que vêm avaliando possíveis parcerias e investidores locais, na procura de lançar a atividade da SUMA nesta área do globo.

A atividade internacional da SUMA assenta em objetivos expansionistas, que promovam a globalização das suas intervenções, numa perspetiva de criação de valor e crescimento sustentado, reafirmando-se como parceiro de qualidade em todas as suas operações.

Laboratório

A atividade laboratorial da SUMA, com mais de duas décadas de experiência em serviços prestados, está habilitada a oferecer um leque alargado de serviços, nas diversas vertentes inerentes às águas, monitorização ambiental, resíduos, amostragem e consultoria, dispondo de mais de uma centena de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, que salvaguardam as atuais necessidades do mercado.

SUMALAB, S.A. ("SUMALAB")

A SUMALAB foi constituída em 27 de julho de 2000, com o objetivo de dar cumprimento a um contrato de concessão de exploração e gestão de serviços de recolha de resíduos e varredura no concelho de Matosinhos, incluindo a prestação de serviços de análises laboratoriais. A empresa foi responsável, durante 17 anos, pela execução desta concessão, com início no ano 2000 e termo em junho de 2017, ano em que cessou os serviços neste âmbito. A empresa alterou a designação para SUMALAB em fevereiro de 2019, com o objetivo de promover a mudança da imagem, após o término do referido contrato de concessão e com a alteração do *core business* para a atividade laboratorial.

Durante o ano de 2021 e à semelhança dos anos anteriores, o Laboratório SUMALAB desenvolveu a sua atividade nas suas principais áreas de atuação, nomeadamente, controlo analítico da qualidade da água para consumo humano, controlo da qualidade das águas de piscinas, controlo da qualidade das águas balneares, monitorização ambiental em aterros sanitários, controlo da qualidade de águas naturais, controlo analítico de águas residuais e caracterização de resíduos sólidos urbanos, designadamente em fração indiferenciada e frações seletivas.

A particularidade do negócio do Laboratório, cuja contratação de serviços se baseia fundamentalmente em contratos pontuais ou anuais, implica uma melhoria contínua em toda a prestação de serviço associada. Na procura de evolução dos serviços prestados, a SUMALAB iniciou, no ano de 2020, a implementação de novos métodos analíticos na área da microbiologia e dos metais pesados, para os quais foi concedida a acreditação dos referidos ensaios por parte da entidade IPAC, no decorrer de 2021, apesar de todos os constrangimentos causados pela pandemia da COVID-19.

Definida como objetivo prioritário, a manutenção da Acreditação ao abrigo da EN 17 025, para todos os parâmetros e colheitas já existentes, é imprescindível para a laboração do Laboratório SUMALAB. Apesar das adversidades decorrentes da situação de pandemia, procedemos a implementação para a acreditação de um número significativo de ensaios de 2021, o que permitiu a realização de ensaios no Laboratório de Microbiologia e do Laboratório de ICP-MS (Espectrometria de massa com plasma indutivamente acoplado) já devidamente acreditados para os nossos clientes. No ano de 2021, verificamos um acréscimo significativo dos ensaios realizados internamente, face aos anos anteriores, associados ao facto de termos começado a atuar nestas duas áreas. Realça-se também a entrada em vigor do novo Anexo Técnico de Acreditação, a 7 de setembro de 2021.

O desempenho comercial da SUMALAB foi bastante positivo, durante o ano de 2021, conseguindo captar mais clientes e aumentar as receitas, fruto do alargamento da oferta a novas análises e ensaios e da capacidade instalada.

Durante o ano de 2021 foram realizadas 30.439 amostras, com um aumento de 24,8% no número de amostras realizadas comparando com o ano anterior. Esta atividade correspondeu à determinação de 267.528 parâmetros, dos quais foram realizados internamente 141.949 parâmetros e 125.579 parâmetros subcontratados.

Educação e Sensibilização Ambiental

2021 foi sinónimo de mais educação ambiental SUMA junto de clientes com contratos exclusivos de sensibilização, tendo o departamento obtido um volume de negócios de quase meio milhão e meio de euros, que adicionados ao modelo de atuação de apoio aos contratos de prestação de serviços não exclusivos totalizam cerca de um milhão de euros.

Esta evolução e mudança paradigmática de atuação da educação ambiental SUMA, de um serviço de apoio para uma área de negócios, permitiu, no último triénio, a obtenção de cerca de um milhão e meio de euros de volume de negócios, que acrescentados do referido valor de atuação de apoio de serviços não exclusivos perfaz cerca de dois milhões e meio de euros. Desde a ativação desta área comercial especializada em Educação Ambiental já foram celebrados 20 contratos exclusivos, contratualizados contactos com cerca de 238.000 indivíduos, abordados mais de 120.000 alvos diretamente com contacto pró-ativo, efetivadas cerca de 30.000 horas de formação ambiental dedicada, abrangidos 24 de municípios diferenciados e concebidas 13 campanhas exclusivas.

Em 2021 foram assinados 9 novos contratos de sensibilização exclusivos, juntando-se aos contratos já em vigor assinados em anos anteriores, e apesar de serem em geografias e incidências diversificadas, foram respondidos com recurso a meios e equipa interna. Os contratos foram desenvolvidos para Autarquias como Amarante, Leiria, Moita, Póvoa do Varzim, São João da Madeira, Setúbal e Vila Nova de Poiares, e para Sistemas como LIPOR, MAIAMBIENTE e a RESIALENTEJO.

Ao nível da incidência, os serviços contratualizados recaíram sobretudo sobre a introdução da modalidade de recolha separativa de resíduos urbanos biodegradáveis, fração alimentares e verdes e modalidades de porta-a-porta e de proximidade, e de sistemas de recolha seletiva porta-a-porta multimaterial; mas também, e extravasando a área de gestão de resíduos, recaíram sobre a elaboração de cadastro de utentes sem ligação à rede pública de abastecimento de água, sobre ações de sensibilização no âmbito do consumo sustentável e combate ao desperdício alimentar, e sobre a defesa da floresta, a prevenção de fogos rurais, a promoção da biodiversidade e a proteção da fauna e flora autóctone.

A equipa interna de cerca de duas dezenas de técnicos especializados em várias valências de conhecimento desmultiplicou-se para dar resposta à concretização de ações - em versão porta-a-porta, *call center*, plenário, sessão de campo, *webinar*, ciclo de conversas, animação, entre outras -, à conceção de peças de comunicação diferenciadas e de um grau elevado de complexidade - como plataformas interativas, vídeos temáticos, manuais para docentes, fichas temáticas, entre outros -, e à criação de guias de procedimentos dedicados a cada projeto - incluindo guiões, *guidelines* de atuação, notas de imprensa, comunicações de parceria/reforço, entre outros.

Tendo em conta a vivência da continuidade da situação pandémica, estes guias de procedimentos foram reformulados para garantia de eficácia e mitigação de riscos junto de técnicos e alvos envolvidos, com o uso de um modelo de entregas em segurança sanitária, onde as ações diretas junto dos munícipes foram reduzidas ao essencial - de modo a diminuir tempos de exposição direta -, sendo complementadas por contactos telefónicos dedicados, contactos via redes (como WhatsApp) ou sessões online pré-agendadas.

Destacam-se algumas medidas de eficácia resultantes da intervenção: taxas de adesão à recolha porta-a-porta residencial que atingem os valores máximos de 100% (valor médio de 90%); máximo de capitação de resíduos orgânicos, pós-campanha, de 98 kg/hab/ano (valor médio de capitação 58 kg/hab/ano); reportes de “nenhuma carga não conforme” de resíduos alimentares recolhidos (segundo avaliação reportada pelos clientes e respetivos sistemas de gestão), pós campanha e reforço de sensibilização; crescimento de capitação de resíduos trifluxo, pós-campanha, de 195% (valor médio de 97%); superação de metas locais para os resíduos trifluxo, pós campanha a registar os 327% (valor médio de 166%); e retorno de 229% do investimento efetuado, obtido pelo *media value* da campanha (apenas considerando a análise de uma 1 campanha).

No ano em análise foram ainda, dentro da área comercial do departamento, adjudicados serviços pontuais por empresas privadas para a realização de ações de promoção da triagem e valorização de resíduos recicláveis, junto de trabalhadores, e criadas/enviadas monofolhas digitais comerciais dedicadas aos RUB e à animação ambiental para promoção destes serviços junto de potenciais clientes.

No âmbito da otimização das prestações de serviços da SUMA junto de clientes de recolha e/ou limpeza - onde existe a transformação de uma percentagem da faturação em serviços de educação ambiental -, de referir a continuação da realização de ações de sensibilização diretas, apesar de contingências externas desafiantes (como

as questões da pandemia, as eleições municipais, as mudanças de executivos, entre outros). Neste âmbito foram realizadas cerca de três dezenas de campanhas em 15 municípios (Alcobaça, Batalha, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda, Ílhavo, Mira, Montemor-o-Velho, Ourém, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Tomar - Tejo Ambiente, Torres Novas, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia).

A aposta por sessões à distância, síncronas ou sessões em espaço aberto/exterior ou a disponibilização de suportes desmaterializados e de grande difusão foram opções para ultrapassar as condicionalidades de saúde pública - relacionadas com a pandemia atualmente vivida -, para garantir uma maior sustentabilidade dos serviços - agilizando *timings* de realização e utilização sustentável de recursos humanos e logísticos internos -, e para inovar nos formatos. Neste âmbito, foram criadas/realizadas ações de sensibilização à distância para a comunidade escolar e para a comunidade trabalhadora - sessões síncronas com discentes e com trabalhadores de autarquias -, ações de animação em espaço externo - com recurso a animadores-mascotes personalizados -, ações mistas de animação e sessões síncronas - conjugando ambas as estratégias anteriormente referidas -, decoração de locais inesperados para passagem de informação - como a aposição de autocolantes informativos em vidros de entrada de estabelecimentos escolares, a aplicação de *decor* semipermanente em ecopistas e trilhos, a fixação de telas temáticas em mobiliário urbano de usufruto balnear, entre outros -, e a produção de conteúdos digitais - como a produção de vídeos, *banners* e *posts* temáticos para alimentação das redes sociais e de comunicação local dos clientes.

Ao nível da incidência a seleção de campanhas recaiu sobre a redução da produção de resíduos na origem - com campanhas como “Ponta do Iceberg”, “Sou Fresco” e “Dose QB” -, sobre a valorização e a triagem de resíduos de embalagens - com campanhas como “Dou valor” -, sobre a remoção de dejetos caninos e a manutenção da limpeza urbana - com campanhas como “Pedigree” ou “Fedor e Companhia” -, sobre o encaminhamento correto de resíduos especiais (monstros, verdes, brasas) - com campanhas como “Ponto e Vírgula” e “Caça aos Monstros” - , sobre a manutenção da limpeza do espaço balnear - com campanhas como “Praia com Etiqueta” e “Esquecidos e Achados” -, e sobre o comportamento correto, ao nível transversal, de cogestão dos RU - com campanhas como “Faço Paragem”, “Código Verde” e “ZOOURBANIDADE”.

Antevê-se, para o ano de 2022, a continuação da dinamização de mais de 2 dezenas de planos de educação ambiental regionais - previstos para otimização dos serviços da SUMA de gestão de resíduos e de manutenção da limpeza urbana -, com a criação e a dinamização de campanhas dedicadas e diversificadas pela equipa de sensibilização interna.

Também para 2022, relativamente à prestação de serviços exclusivos de educação e sensibilização ambiental, prevê-se o início ou a continuidade de 16 contratos, para 13 municípios diferenciados de norte a sul de Portugal e mais de 50.000 alvos a abordar -, e a expectativa de obtenção de mais meia dúzia de outros contratos, no âmbito da recolha dedicada ou de proximidade de RUB e/ou multimaterial ou em temáticas para além da gestão de resíduos - como a sustentabilidade, a gestão sustentável de recursos florestais e hídricos, o combate ao desperdício alimentar -, reflexo da atividade comercial intensa nesta área, da disponibilidade de fundos europeus e do reconhecimento do potencial da SUMA para mobilizar as populações para a adoção dos comportamentos ambientais e cívicos adequados.

Recursos Humanos

A SUMA aposta na valorização e motivação dos trabalhadores, formação e segurança, qualidade e melhoria das condições de trabalho, enaltecendo o papel crucial que os colaboradores desempenham para o sucesso da Empresa.

Durante o ano de 2021, o conjunto de empresas do universo SUMA contou com cerca de 10 mil trabalhadores ao serviço das mais de 30 empresas com operação continuada neste exercício. As sociedades que consolidam no Grupo SUMA chegam aos 8.032 empregados, aos quais se juntam 7 empregados cedidos pelos municípios em Portugal.

Em 2021, os serviços de Gestão de Recursos Humanos ("GRH") da SUMA mantém a centralização da gestão desta área, de várias empresas do Grupo SUMA, pelo que o relato seguinte agrega as atividades desenvolvidas relativamente a esse conjunto de empresas, nomeadamente: SUMA, SUMALAB, SUMA Esposende, REAL VERDE, RIMA, SIGA, TRIU, CORREIA & CORREIA, ENVIROIL II, e TRIAZA.

Este conjunto de empresas do Grupo SUMA teve, durante o ano de 2021, uma média de 2.145 trabalhadores, com uma idade média de 42 anos, sendo 84% são do género masculino. A maioria dos trabalhadores têm habilitações literárias ao nível do 3º ciclo do ensino básico (28,43%) e são maioritariamente de nacionalidade portuguesa. A percentagem de trabalhadores afetos à área operacional chega aos 84%, com os restantes 16% a desempenharem funções na estrutura e oficinas. Estes indicadores são muito similares aos verificados no ano anterior, apesar do aumento do número de empregados.

O absentismo regista um rácio de 6,39%, inferior ao registado no ano de 2020 e, na sua maioria as ausências devem-se a baixas por doença. Para este conjunto de empresas, durante o ano de 2021, houve uma rotatividade anual de 38%, pois está a tornar-se cada vez mais difícil a retenção de colaboradores para certas funções.

No ano de 2021, em termos de gestão disciplinar, foram realizados 17 processos disciplinares, menos 5 do que em 2020, dos quais um terminou em despedimento com justa causa.

No seguimento da tendência verificada nos anos anteriores, na atividade relacionada com o Recrutamento e Seleção ("R&S") continua a ser assegurado centralmente o recrutamento de operadores de equipamentos pesados, operadores de resíduos e mecânicos, perfis tipicamente associados aos serviços de operação, sendo cada vez mais exigente o processo de contratação para estes perfis, nomeadamente de operadores de equipamento pesados e de oficinais (mecânicos, serralheiros, etc.).

Este ano de 2021, foram efetuados 88 processos de recrutamento, dos quais 82 são relativos a perfis de operação que incluem, entre outros, operadores de resíduos, operadores de equipamentos pesados e trabalhadores para as oficinas e armazéns.

Durante o ano de 2021, e numa perspetiva de responsabilidade social, efetuaram-se vários contactos com entidades que colaboram na integração de indivíduos com graus de incapacidade, no entanto constatou-se que na nossa área de atuação é difícil integrar este tipo de candidatos.

A SUMA realizou, em 2021, a campanha de vacinação contra a gripe, dirigida a todos os colaboradores do Grupo, na qual se inscreveram 851 colaboradores e cuja aplicação da vacina decorreu entre outubro e dezembro, em linha com as recomendações da Direção Geral de Saúde. Com o foco no bem-estar dos seus colaboradores, a Empresa manteve as consultas de medicina curativa e alargou-as, recorrendo a teleconsultas, a todos os trabalhadores que prestam serviço fora do Distrito de Lisboa.

Devido à situação de pandemia, que se manteve durante todo o ano de 2021, a Empresa manteve em prática o seu plano de contingência e reorganizou o número de elementos por equipa, de forma que as distâncias fossem salvaguardadas, zelando sempre pela saúde e bem-estar dos seus Colaboradores. Manteve-se o regime de teletrabalho e, nos locais de trabalho, foi disponibilizado desinfetante para as mãos e equipamentos de proteção individual. Foram ainda efetuados vários rastreios para detetar possíveis casos positivos de Covid-19, ajudando, assim, a quebrar de cadeias de transmissão entre colegas.

EM 2021, foi disponibilizada uma ferramenta informática que permite aos colaboradores registarem ausências, como períodos de férias, consultas médicas, etc., e também às chefias gerirem essas ausências através de um *workflow* de aprovação, apoiando na gestão das equipas e da Organização.

Em resumo, 2021 foi um ano desafiante no capítulo da gestão de recursos humanos, tendo em conta a situação de pandemia que o País atravessou, mas a Empresa conseguiu assegurar sempre a prestação dos serviços aos seus clientes, enquanto zelava pela saúde dos seus colaboradores.

Equipamentos e Aprovisionamento

Na área de gestão de equipamentos e aprovisionamento, o ano de 2021 fica marcado pela continuidade do processo de modernização da frota da SUMA e pelo desenvolvimento e implementação de soluções customizadas, tanto internas como provenientes de necessidades dos nossos clientes, com objetivo de aumentar a eficiência e fiabilidade, bem como reduzir os gastos com vista a elevar a posição competitiva da Organização no mercado.

Com uma frota alargada e constantes novos compromissos contratuais, a SUMA continuou o processo de renovação de frota com a entrada ao serviço de 45 novos equipamentos, que permitiram à Empresa evoluir na qualidade e fiabilidade da sua frota e reduzindo o custo operacional. Estas renovações incidiram principalmente nas seguintes tipologias: viaturas recolhedoras compactadoras; viaturas lava contentores; viaturas varredoras aspiradoras; carrinhas de 3500 kg basculantes e 3500 kg com elevador; carrinhas ligeiras comercias.

A SUMA procurou, durante o ano de 2021, majorar a rentabilidade do sistema *Stratio* – sistema de manutenção preditiva que permite monitorizar os diversos órgãos das viaturas, com a leitura dos seus sensores, obtendo-se a sua medição, análise e erros, que através de modelos de inteligência artificial despoletam alertas para potenciais avarias ou problemas que poderão vir a ocorrer. Com o objetivo de antecipar avarias ou minimizar as mesmas, procura reduzir-se significativamente a necessidade de manutenção corretiva, com os seus custos e tempos de imobilização inerentes.

Iniciou-se, em dezembro de 2021, um projeto piloto de recolha porta-a-porta numa freguesia de Leiria em que a gestão dos dados das recolhas é efetuada pelo sistema de monitorização da MOBA. A viatura que aqui opera foi equipada com um sistema de consola *Operand* e com sistema de leitura dos contentores por RFID. O *software*

permite efetuar uma melhor gestão do contrato com a identificação de todos os contentores recolhidos e associação aos respetivos locais de recolha e clientes.

Em 2021 foi dada continuidade à formação relativa à operação com equipamentos, com um acompanhamento próximo dos motoristas/operadores, sendo-lhes transmitidas as boas práticas na operação com os diversos equipamentos pesados, tanto na operação do chassis como a operação das superestruturas, com especial foco na segurança, conservação e consumos dos equipamentos, tendo sido também incluídas nesta vertente formações em eco condução, em tacógrafos e em operação das gruas. O método tem vindo a ser consolidado e é muto bem aceite pela área operacional, resultando em mais-valias para a Empresa.

O início do ano de 2021 ficou marcado pelo arranque da nova plataforma SAP HANA, após a transição do ERP SAP R/3 que decorreu da melhor forma, conseguindo-se observar as melhorias e benefícios desta ferramenta. No sentido de melhorar o processo de saídas de materiais para Ordens de Trabalho, deu-se início a um piloto no centro de Ourém, onde se recorre à utilização de um *scanner* de códigos de barras, com o objetivo de automatizar a saída no ERP SAP. O desenvolvimento futuro desta solução será feito em conjunto com a Mota-Engil Serviços Partilhados, de forma alavancar todas as vantagens às restantes empresas do Grupo.

Com o intuito renovação das bombas de abastecimento interno e simplificação da utilização das mesmas, foi delineado com o parceiro de negócios Repsol um projeto que consiste na identificação/autorização das viaturas a abastecer através de um identificador (AVR), colocado nas mesmas, e na substituição das bombas e de todo o *software* de gestão de abastecimentos, um processo deverá arrancar no segundo trimestre de 2022.

Formação

A atividade formativa, em 2021, foi ainda afetada pela situação pandémica, onde muitas das medidas implementadas no ano de 2020 mantiveram-se, apenas com alguns períodos de alívio. Ainda assim, num ano em que as circunstâncias já não eram novidade, foi possível encontrar outras formas de continuar a realizar formação, nomeadamente a formação em formato *e-learning* e a formação através de videoconferência, que até então era uma hipótese de último recurso e que nos últimos tempos passou a ser a solução que permite chegar a mais pessoas e em diferentes localizações. De qualquer forma, houve esforços, por parte de todos, para que se conseguissem adaptar metodologias e dar continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido.

A nível de intervenção do departamento de Formação, foram planeadas campanhas transversais quer na área da segurança, quer comportamental, em formato presencial, e *e-learning*: Primeiros Socorros, Comunicação e Trabalho em Equipa, Perceção do Risco e Operação Corte de Ervas. Neste âmbito, foram definidos objetivos não só em termos de ação direta do departamento de Formação, mas sim do total de formação gerida pelo mesmo. Assim, foi estabelecida, para 2021, a realização de 1.388 ações de formação, com a integração de 15.563 formandos, com o cumprimento anual de 83.966 de volume de horas.

Fora do que é habitual, este ano não foram definidos objetivos de formação a realizar pelos Tutores. Devido à pandemia e às constantes alterações das medidas de mitigação da mesma, este tem sido o tipo de formação mais difícil de continuar a realizar, pelo que achamos que não seria justo propor objetivos num contexto tão incerto, em que possivelmente o seu cumprimento ficaria comprometido. De qualquer forma, foi dada autonomia aos tutores, para que, sempre que possível, mantivessem as rotinas das tutorias e realizassem esses mesmos registos.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

No seguimento das oportunidades de melhoria identificadas para 2021, foi colocada em funcionamento a plataforma *Moodle,* através do Portal da Formação, desenvolvido internamente nos últimos meses e que vem dar resposta à necessidade de continuar com a oferta formativa aos trabalhadores, numa altura em que o estado pandémico que vivenciamos obrigou ao cancelamento da maioria das atividades desenvolvidas, incluindo a atividade formativa.

Seguindo o estipulado desde o ano de 2018, os dados de execução da formação são apresentados com base nas 3 modalidades existentes: FOR INT – Formação Clássica, FLT – Formação no Local de Trabalho, e FPCT – Formação Pratica em Contexto de Trabalho. Este ano de 2021, dadas as circunstâncias de realização de formação, foi também considerada a Formação Interna em formato *e-learning*.

Apresentamos na tabela seguinte, os dados relativos ao planeamento e execução das ações de formação, com base nos três principais indicadores de realização: número de ações planeadas versus número de ações realizadas; número de formandos planeados versus número de formandos realizados; volume de horas planeado versus volume de horas realizado.

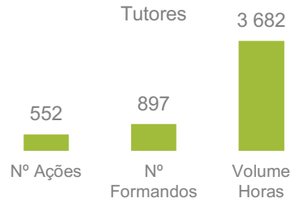
Código Ação	AF Planeadas	AF Realizadas	Formandos Planeados	Formandos Realizados	Volume Planeado	Volume Realizado
Interna	77	122	649	547	1.985	4.739
Interna e-Learning	58	3	731	11	5.107	44
FLT	243	968	11.646	15.218	57.853	78.591
FPCT	1.010	1.211	2.537	1.713	19.021	39.833
Total	**1.388**	**2.304**	**15.563**	**17.489**	**83.966**	**123.207**

Relativamente à formação gerida pelo departamento de Formação, foram definidos objetivos gerais que englobam os três tipos de intervenção formativa existentes na Empresa: FOR INT, FLT e FPCT. Assim, como podemos ver nos valores totais da tabela anterior, os objetivos traçados quer em número de ações, número de formandos e volume de horas foram não só alcançados como largamente ultrapassados.

No que respeita à formação interna, foram desenvolvidas as campanhas de Primeiros Socorros, e Perceção do Risco e, para além destas ações, foram ainda desenvolvidas as seguintes ações de formação.

Curso	Ações Realizadas	Formandos Integrados
Segurança e perceção do risco	20	107
Formação corporativa	8	36
Segurança na utilização de motosserras e moto roçadoras	2	16
Certificado de aptidão de motorista	16	21
Migração ISO 45001:2018	1	19
Segurança rodoviária na recolha	4	19
Combate a incêndios	2	5
Manobração equipamentos aterro	1	11
Carta de condução de veículos pesados	12	12
Manobração de gruas acopladas a camiões	3	10
Totais	**69**	**256**

Como referido anteriormente, no ano de 2021 não foram definidos objetivos de Formação a realizar pelos Tutores, ainda assim e dada a autonomia que lhes foi dada para a continuidade de realização de tutorias, sendo as mesmas um forte apoio no trabalho que lhes está atribuído, os Tutores realizaram uma média de 4 horas de formação por trabalhador, nas áreas de Segurança e Operação de Equipamentos, na área Comportamental e no *Jump-in*. Assim, apresentamos no gráfico os resultados da formação efetuada pelos Tutores durante o ano de 2021.

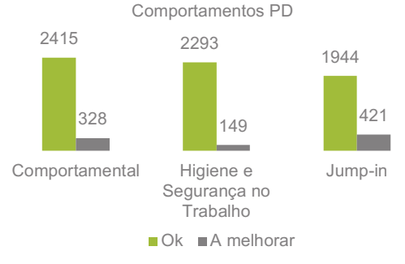


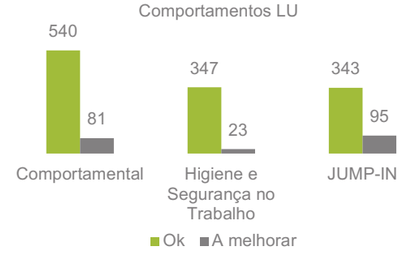
Na avaliação do impacto da atividade formativa na organização, no capítulo da formação interna não dispomos de dados para analisar, pois no seguimento das medidas implementadas para mitigar os riscos associados à Covid-19, na formação em sala, não se aplicaram os questionários de avaliação da ação de formação.

Relativamente à avaliação da eficácia por ação de formação, e verificando os objetivos traçados para cada uma das campanhas de ações de formação com avaliação, podemos observar na tabela seguinte os indicadores de eficácia definidos e os resultados alcançados. No que diz respeito às ações realizadas pelos Tutores, a sua eficácia é meramente indicativa, uma vez que, como já referido, não foram propostos objetivos para esta realidade formativa.

Designação	Avaliação Eficácia	Indicadores Eficácia	Resultados	Concretização
10 MDS	Diminuição índice gravidade (IG) sinistralidade em 1%	Media IG de AT face a 2020	Eficaz	Verificou-se uma melhoria de 17% nos índices de sinistralidade
Comportamental	Diminuição comportamentos a melhorar em 1%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas comportamentais face a 2020	Eficaz	Verificou-se uma melhoria de 4%
Segurança e Operação de Equipamentos	Diminuição comportamentos a melhorar em 1%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas face a 2020	Não eficaz	O indicador piorou 3%
Jump-in	Permanência na Organização por mais 6 meses de 60% dos admitidos	Percentagem trabalhadores admitidos em 2020 com duração contrato > 6 meses	Eficaz	77% dos admitidos permaneceram na empresa por mais de 6 meses
Acordo de Formação	Confirmação de aproveitamento no período de formação	% da passagem categoria > 80%	Eficaz	Passaram de categoria 87,5% dos trabalhadores propostos
Carta de Condução e CAM	100% formandos deverão ter aproveitamento	Obtenção da Carta de Condução e da CQM	Eficaz	A obtenção da carta de condução e CAM a 100%
Segurança e Perceção do Risco	Diminuição comportamentos a melhorar em 1%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas face a 2020	Eficaz	Verificou-se uma melhoria de 1%
Operação Corte de Ervas	Diminuição de AT relacionados com atividade em 2%	Nº AT atividade	Ação não realizada	NA
Primeiros Socorros	NA	NA	NA	NA
Comunicação e Trabalho em Equipa	NA	NA	NA	NA

As grelhas de observação continuaram, em 2021, a não carecer de qualquer tipo de alteração, resultado do grande grau de maturidade que o projeto apresenta. Os Tutores continuam a utilizar este recurso como ferramenta de trabalho, aliando a realização de formação à prática diária de observação das suas equipas de trabalho. Verificamos nos gráficos seguintes os resultados obtidos na aplicação das grelhas de observação, considerando a totalidade das observações nas três temáticas - Higiene e Segurança no Trabalho (HST), Comportamental (KTL) e *Jump-in* -, para os serviços de recolha e com equipamentos (PD) e para os serviços de limpeza manual e afins (LU).





À semelhança dos anos anteriores, a análise feita à sinistralidade é um elemento essencial na construção do plano de formação, constituindo-se um dos seus principais indicadores. Desta forma, os dados dai resultantes são considerados na elaboração do Plano Anual de Formação, e direcionam a implementação de Tutorias direcionadas para serviços, tarefas, trabalhadores e/ou operações que se tenham identificado como prioritárias em matéria de risco, bem como para a definição, construção e realização de campanhas de formação e/ou ações de formação isoladas, de forma a constituírem-se como modelos corretivos e preventivos na atuação dos trabalhadores e, consequentemente, na diminuição da sinistralidade da Empresa.

Qualidade, Ambiente e Segurança

Qualidade e Certificação

Os efeitos da pandemia da Covid-19 continuaram a afetar o desenrolar do ano 2021, mantendo uma conjuntura anómala, que alterou radicalmente a gestão dos vários processos SUMA, entre os quais o Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança. Apesar de todo o contexto à volta da pandemia, foi possível ajustar os processos de auditoria e realizar, com a entidade certificadora (“APCER”), um modelo misto de auditoria presencial e remota.

No mês de maio de 2021, foi realizada a auditoria integrada por parte da APCER ao Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015) e Sistema de Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015) e primeiro acompanhamento e migração do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP EN ISO 45001:2019).

A APCER considerou que a organização possui um sistema de gestão integrado aos três referenciais, que estão adequados aos requisitos legais, estatutários e normativos que lhe são aplicáveis, permitindo atingir os resultados pretendidos de acordo com as normas de referência para a certificação, e que, por possuir vários anos de implantação, se encontra desenvolvido e robusto face às exigências, estando, portanto, reunidas as condições necessárias para a SUMA manter as certificações do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e migração do referencial normativo em Segurança e Saúde no Trabalho, que está implementado para conceção,

desenvolvimento, planeamento e comercialização de atividades de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos não perigosos, gestão da contentorização, gestão de ecocentros, educação e sensibilização ambiental no edifício Sede e execução e operacionalização das atividades mencionadas no centro de serviços de Aveiro.

Ambiente

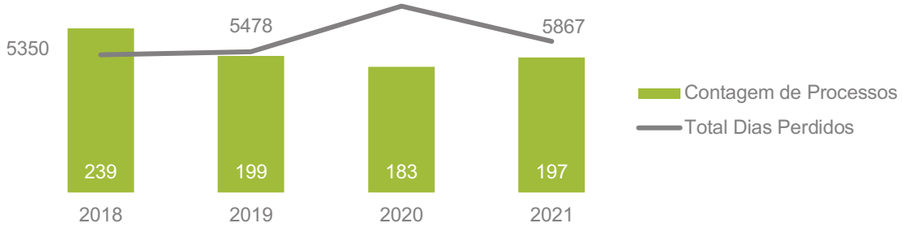
Relativamente à área de Ambiente, foram realizadas mais intervenções às instalações, mediante visitas técnicas e auditorias internas, procurando identificar situações críticas e oportunidades de melhoria, que conjuntamente com os vários intervenientes das operações, foram corrigidas, tendo-se implementado várias medidas corretivas e preventivas. Dada a elevada componente legal associada, este trabalho assume um contorno mais inspetivo e um tempo de avaliação mais prolongado.

Segurança

Em matéria de Segurança, a Empresa manteve o reforço nas intervenções de visitas e auditorias internas aos serviços e instalações, visando a identificação de pontos críticos e correção dos mesmos e definindo medidas corretivas e preventivas, em conjunto com os vários intervenientes da operação, no intuito da diminuição da sinistralidade e promoção das boas praticas de trabalho.

Em termos práticos, verificaram-se resultados positivos no que concerne à sinistralidade, tendo-se verificado um pequeno aumento de acidentes relativamente ao último ano, embora o índice de gravidade tenha diminuído substancialmente.

7242



Adicionalmente, é de referir a gestão por parte do departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança, no que concerne à pandemia do vírus SARS-COV-2, nomeadamente na implementação das várias medidas de contenção da propagação da Covid-19, na revisão e adequação do Plano de Contingência, às várias fases da epidemia, vigorando o mesmo desde o mês de março de 2020. Mantiveram-se as responsabilidades de aquisição e distribuição dos vários equipamentos de proteção individual, específicos para a contenção do vírus, concretamente máscaras, bem como outros materiais para a desinfeção de material, equipamento e pessoas, como álcool gel, toalhetes desinfetantes, dispensadores, entre outros.

Ainda associadas diretamente à intervenção dos Serviços de Formação, Qualidade, Segurança e Ambiente (SFQAS), encontram-se várias outras iniciativas e trabalhos que foram executados durante o ano de 2021, nomeadamente:

- Atualização da documentação interna e padronização e simplificação dos vários processos da Empresa, quer administrativamente, quer operacionalmente, no que concerne ao Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Segurança e Ambiente, com o objetivo de uma maior eficácia e eficiência dos serviços.
- Elaboração de propostas comerciais, particularmente na definição/elaboração de Planos de Ambiente e de Segurança, e Planos de Formação, no âmbito das prestações de serviços em concurso, com o objetivo de garantir que os serviços prestados são baseados nos requisitos do cliente, respeitam a legislação vigente, são realizados em condições de segurança para trabalhadores e terceiros e que respeitam o ambiente.
- Campanhas de consulta aos trabalhadores em matéria de SHST.
- Avaliação de satisfação dos clientes, com o envio personalizado de questionários, aos vários clientes da Empresa, de forma a aferir a satisfação global dos mesmos face aos erviços prestados pela SUMA.
- Campanhas de sensibilização e informação em matéria de Segurança e Ambiente, visando todos os trabalhadores da Organização, concretamente na redução de consumos de água e energia, direcionando as operações para melhores praticas de trabalho com vista à redução e otimização dos recursos; e na prevenção da sinistralidade, com a divulgação dos vários indicadores junto de toda a organização e promoção de boas praticas de saúde e segurança.
- Dinamização das sessões 10 MDS, com o reforço das temáticas a ministrar, bem como a disponibilização direta, aos Tutores, de dados que reforçam os assuntos abordados.
- Dinamização do canal de comunicação interna *SMSbyMail*, permitindo a divulgação direta e transversal de informação aos Tutores sobre temáticas operacionais, Covid-19, 10 MDS e outras relevantes à Organização.

Sistemas de Informação

A SUMA não descura o investimento nos Sistemas de Informação, enquanto pilar do sistema integrado de processamento e armazenamento de dados e de comunicação da Empresa e, durante o ano de 2021 promoveu o reforço dos métodos e dispositivos envolvidos no combate a possíveis ameaças de cibersegurança. Entre eles incluem-se a separação lógica das redes de utilizadores das redes de servidores e de gestão, *firewalls* para controlo do tráfego interno e acesso condicionado para dispositivos não conhecidos.

Decorreu também em 2021 um reforço muito significativo da capacidade de computação e de armazenamento partilhado atribuída ao ambiente de virtualização do conjunto de servidores da Empresa. Este reforço de capacidade tornou-se essencial para fazer face às crescentes necessidades nesta área, estando este projeto terminado no primeiro trimestre de 2022.

Para fazer face ao aumento de utilização da rede interna bem como dos acessos à *internet*, nomeadamente com o incremento do tráfego gerado pelo redobrado uso das ferramentas de reuniões à distância, deu-se início ao processo de aumento das larguras de banda disponíveis nos pontos mais críticos, com o projeto a ficar concluído também no primeiro trimestre de 2022.

Em 2021 assistiu-se à continuação da prestação de um suporte de qualidade aos clientes internos dos Sistemas de Informação do Grupo SUMA. A capacidade de resposta às necessidades de suporte fica bem demonstrada pelo grau de satisfação refletido nos resultados do inquérito interno realizado para avaliar o desempenho durante 2021 – média de 4,59 pontos numa escala de 1 a 5, obtida num universo de 78 respostas.

Face à proliferação e aumento de sofisticação das ameaças aos sistemas de informação de todas as organizações a nível mundial, 2022 será mais um ano em que serão intensificados os esforços para proceder à implementação de medidas adicionais na área de cibersegurança.

Planeamento e Controlo

O ano de 2021 foi marcado por alterações na equipa de Planeamento e Controlo da SUMA, com elementos experientes a reforçar as áreas comerciais e operativas, integrando posteriormente um novo elemento com o objetivo de contribuir para melhoria constante dos processos operacionais da Empresa.

O trabalho desenvolvido durante o ano de 2021 no sistema de informação geográfica – GIS- *Geographic Information System* -, aplicação desenvolvida na SUMA, foi repartido da seguinte forma: 11% no apoio ao departamento de estudos e propostas, na preparação de medições e elaboração de planos de trabalho para anexar às propostas, no âmbito nacional e internacional, e 89% no apoio à operação.

Relativamente ao apoio dado à área de estudos e propostas, foram efetuados trabalhos para os Concursos de Tejo Ambiente e Musami (Açores), bem como trabalhos para concursos em Angola. No que diz respeito ao apoio à produção nacional, do conjunto alargado de trabalhos realizados destacamos os desenvolvidos para os centros operacionais que prestam serviços para Tejo Ambiente, Mafra, Santa Maria da Feira e Alcobaça. No caso concreto de Tejo Ambiente e Alcobaça, o trabalho consistiu no acompanhamento no terreno e monitorização dos circuitos de recolha e elaboração de um estudo sobre as percentagens de enchimento dos contentores, que permitisse avançar para a otimização desses circuitos de recolha. Estas otimizações foram concluídas e implementada no terreno. Em Mafra, foi realizado um estudo e elaboradas várias propostas de alteração de circuitos, procurando otimizar os recursos existentes, bem como disponibilizar informação sobre os serviços realizados, para a aplicação desenvolvida internamente e respetivo site, quer para apoio à operação quer para disponibilização de informação ao cliente. Este desenvolvimento “à medida” de aplicações foi mantido durante o ano de 2021, sendo de destacar as disponibilizadas para Alcobaça, Torres Novas e, a partir do último trimestre do ano, a aplicação destinada ao Tejo Ambiente, a ficar disponível, juntamente com o respetivo site, no final do primeiro trimestre de 2022, cobrindo a totalidade dos serviços efetuados por esse centro operacional.

O acompanhamento mensal do controlo orçamental e controlo da produção é essencial para o cumprimento dos objetivos da Empresa, sendo uma das prioridades da área de Planeamento e Controlo a sua execução em todos os Centros de Serviço. Paralelamente, é prestado todo o auxílio aos centros de serviço na elaboração dos orçamentos e previsões de encerramento do ano, juntamente com a elaboração dos vários reportes para a Administração.

Para monitorização da operação, a Empresa mantém a utilização da FIC – Ficha de Informação de Contrato, que permite a comparação dos dados previstos com os realizados, bem como o cumprimento dos objetivos económicos de produção, de qualidade e segurança e ainda de formação.

A equipa de planeamento e controlo prossegue o trabalho na formação e esclarecimento aos diversos utilizadores da base de dados da produção (“BD Produção”), evoluindo não só na quantidade de dados recolhidos, mas também na sua fiabilidade, promovendo o incremento da utilização da BD *Mobile* - disponível nos telemóveis dos utilizadores-, o que permite ter informação praticamente online e aligeirar os processos de registos executados pelas chefias.

Imagem e Comunicação Institucional

À medida que o mundo foi aprendendo a conviver e a adaptar-se à crise sanitária, em 2021, a área de Imagem e Comunicação Institucional da SUMA, para além de prosseguir com os processos de continuidade que lhe estão atribuídos, procurou moldar a sua atividade no sentido de destacar as ligações entre limpeza urbana e saúde, e o reconhecimento da importância do trabalho de limpeza e de recolha de resíduos, no terreno.

Esta estratégia que norteou a atuação do departamento materializou-se, por exemplo, na publicação de rúbricas específicas na página de *Facebook* e de testemunhos no *LinkedIn*, e na criação dos conteúdos para a *newsletter* digital mensal, InfoSUMA, distribuída pelos trabalhadores da SUMA com endereço eletrónico profissional e por uma base de dados de clientes, parceiros e contactos comercialmente relevantes.

Também, relativamente à versão *Didatic* da newsletter digital, com propostas de atividades para faixas etárias mais jovens e agregados familiares, se prosseguiu, com regularidade mensal, a divulgação de conteúdos para os mesmos destinatários da sua congénere.

O elemento mais visível da imagem pública da SUMA, no entanto, terá sido a renovação da presença *online* do grupo, através de três sites (Organização, Serviços e Informação), interligados de forma orgânica, em **www.suma.pt**, que conferem maior atualidade e dinâmica aos tópicos que retratam o dia-a-dia da Empresa, nas suas diferentes geografias e áreas de intervenção. Para reforçar a imagem da organização e renovar o arquivo de frota e de atividades, também nestas plataformas, foram criadas oportunidades de sessões fotográficas e de captação de vídeo várias, incidindo sobre diversas atividades no terreno e em contexto de escritório. Estes novos registos integraram galerias de imagens do website da SUMA e converteram-se em pequenos filmes ilustrativos das prestações de serviços, *image mappers* com informações específicas sobre funcionalidades e inovações, imagens de antes e depois da intervenção (para aferição das valências de serviços afetos à limpeza urbana), servindo ainda de suporte à criação de um novo vídeo institucional.

Para dar suporte à área comercial, alimentando, em simultâneo, a visão/missão de desmaterialização de processos e de redução de utilização de recursos, como o papel, foram igualmente criados dois catálogos digitais de serviços, um dos quais interativo, disponibilizados na área “Informação” do site.

Para além do site da SUMA, foi também desenvolvido o site para a participada SUMA Brasil, acessível em **www.sumabrasil.com.br**, num formato semelhante ao que havia sido, no ciclo anterior, desenvolvido para a ECOVISION.

Em junho, a SUMA ratificou, pelo quinto ano consecutivo, a distinção de "Marca de Confiança Ambiente", na categoria Empresa de Tratamento de resíduos. Como habitualmente, para além da campanha, interna e externa, associada a este galardão, foi necessário adaptar elementos de comunicação (estacionário, assinaturas eletrónicas, site, capas) para integrar a mais recente marca.

Durante todo o ciclo de trabalhos, a área de Imagem e Comunicação Institucional da SUMA deu continuidade aos seus projetos anuais, nomeadamente, a conceção de materiais institucionais (design para Relatório & Contas e capas); o desenvolvimento/atualização e produção semestral de material de estacionário; o desenvolvimento e partilha de mensagem de sensibilização para aposição em assinaturas eletrónicas; o desenvolvimento e partilha

interna mensal de arquivo de imprensa (*clipping*); o desenvolvimento de anúncios de felicitações e de manutenção de relações de proximidade com diversos órgãos de comunicação social e de anúncios de Boas Festas e boas práticas, para publicação na imprensa e na rádio; a redação de notas de imprensa para diversas campanhas e ocasiões e a publicação de artigos pertinentes sobre atividades SUMA, ou relacionados, na *intranet*, *site* e redes sociais; o desenvolvimento de comunicações empáticas; a alimentação das páginas de *Facebook*, de *LinkedIn* e do canal *YouTube*; e demais suportes de vinculação ao cliente externo, interno e outras partes interessadas.

Em 2021, o departamento de Imagem e Comunicação Institucional deu ainda suporte a outras áreas da organização, concretizando a sua função de setor de apoio à estrutura, através de: produção de monofolhas de aplicação de herbicidas e de aviso de corte de ervas; conceção e produção de placas para o centro de serviços e ecocentro de Mafra; autocolantes vários para equipamentos de contentorização; criação/adaptação e produção de cartões de identificação (ESA e SUMALAB), cartões de visita e cartões de condolências; conceção de ícones para aplicações PLC de Figueira da foz, Sintra e Mafra; criação e divulgação (*Facebook* e *LinkedIn*) de *posts* para recrutamento (GRH); arte-finalização e acompanhamento da produção de canetas para a área de Formação, entre outros.

O ano fechou com o lançamento do postal de Boas Festas, com incidência na missão da SUMA, dentro e além-fronteiras portuguesas, enquanto entidade promotora de qualidade de vida das populações servidas.
No que se refere ao *clipping*, em 2021, as notícias alusivas à SUMA totalizaram o valor de cerca de 517 000 euros, em AAV (*Automatic Advertising Value* - valor publicitário equivalente ao espaço ocupado pela notícia calculado automaticamente a partir do custo de uma página par sem cor na imprensa, um segundo na televisão ou rádio, e custo por mil contactos nos meios online), para as categorias SUMA, ESA e Participadas (que não a EGF), o que, apesar de representar um decréscimo face aos anos anteriores, é justificável pelas circunstâncias especiais de 2021 – a falta de investimento financeiro da SUMA nesta área, a falta de oportunidades para realização de eventos presenciais, o número crescente de campanhas de sensibilização efetuadas exclusivamente em nome do cliente, sem referência à SUMA e, portanto, sem partilha das mais-valias associadas à sua divulgação, e o foco da opinião pública e, logo, dos órgãos de comunicação social nas temáticas mais prementes relacionadas com a continuidade da pandemia, que retiraram pertinência e abertura aos temas lançados pelas notas de imprensa da SUMA.

Análise Económico-Financeira

O aumento da atividade no ano de 2021 refletiu-se no crescimento das receitas e a SUMA apresenta neste exercício um volume de negócios consolidado de 324.038.545 EUR, com um crescimento de 10,24% em relação ao ano anterior. Se excluirmos a execução, em 2020, de serviços não recorrentes relativos a estudos, pareceres e relatórios técnicos, no âmbito das atividades das nossas participadas em Angola, de aproximadamente 5 milhões de euros, a subida da faturação é ainda mais significativa no exercício de 2021, abrangendo praticamente todas as atividades das empresas que integram a SUMA.

Podem referir-se, como contributos para o crescimento das receitas, o aumento do número de contratos, principalmente com novos contratos de limpeza urbana e de educação ambiental em Portugal, o aumento da gestão de resíduos industriais influenciado pela retoma da atividade industrial, bem como pelo ajustamento das tarifas aplicadas de acordo com a evolução dos mercados. Destacam-se também a inclusão, a partir do mês de outubro de 2021, das sociedades do Brasil, que com a aquisição da totalidade do capital da Geres Participações passam a consolidar integralmente, e ainda a incorporação no Grupo EGF da revisão extraordinária dos proveitos

permitidos de 2019, 2020 e 2021, e a correção do ajuste tarifário das CRR de 2020, que inclui a anulação da estimativa dos valores de contrapartida de 2021.

Volume de negócios por atividade (milhares de euros)	**2019**	**2020**	**2021**	**Variação 20/21**
Recolha de resíduos sólidos urbanos	41.190	40.614	49.030	20,72%
Limpeza urbana	13.982	14.708	17.073	16,08%
Tratamento e valorização de RSU	176.107	201.032	223.965	11,41%
Recolha e tratamento de resíduos industriais	22.762	21.694	26.558	22,42%
Laboratório	714	765	945	23,52%
Educação ambiental	248	350	490	40,03%
Outros	8.215	14.789	5.977	(59,59%)
Total	**263.217**	**293.952**	**324.039**	**10,24%**

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (“EBITDA”), atingiu 86.066.807 EUR, que representa um crescimento de 22,35% em relação ao período homólogo, situando a margem EBITDA em 26,56%, que demonstra o bom desempenho económico da SUMA.

A Empresa apresenta, no exercício de 2021, um resultado operacional consolidado de 41.396.463 EUR, mais do que duplicando o resultado do ano anterior e subindo a rentabilidade operacional das vendas para 12,78%.

As empresas subsidiárias, associadas e participadas continuam a contribuir positivamente para o resultado da SUMA e integraram 2.175.260 EUR na rubrica de ganhos imputados de associadas, em 2021, mas este valor decresce substancialmente, muito influenciado pela quebra no resultado das sociedades em Angola.

No exercício de 2021, a SUMA atinge um resultado líquido consolidado atribuível aos detentores do capital de 12.897.243 EUR, com uma rentabilidade líquida das vendas de 3,98%.
A SUMA e o conjunto das suas participadas revelam um desempenho muito positivo, que se reflete no resultado apurado em 2021. Estes ganhos devem-se à capacidade de gerar valor no Grupo SUMA, cumprindo com os objetivos e superando os efeitos da crise.

A avaliação dos principais indicadores financeiros, com base nas contas consolidadas de encerramento de 2021, assenta na melhoria dos principais rácios, que demonstram a capacidade financeira da SUMA em cumprir com as suas obrigações perante terceiros e garantir a sua sustentabilidade financeira.

O rácio de autonomia financeira volta a aumentar 3,56 pontos percentuais (“pp”), relativamente ao ano anterior, apresentando-se em 29,00%. O nível de endividamento geral sofre uma redução no exercício de 2021, situando-se, neste exercício, em 69,59%, que representa uma descida de 3,59 pp em relação ao período homólogo, apesar da necessidade de financiamento para os avultados investimentos necessários para cumprir com os contratos firmados e adequação da operação para cumprimento das metas definidas para o setor dos resíduos. O rácio de liquidez geral fixa-se em 82,69% e cresce 2,74 pp face ao registado no ano de 2020.

A rentabilidade dos capitais próprios (“ROE”) chega aos 5,78%, perdendo 1,25 pp, consequência da descida do resultado líquido atribuível aos detentores do capital.

A estrutura acionista da SUMA não sofreu alteração, com a Mota-Engil - Ambiente e Serviços, SGPS e a URBASER, S.A. a deterem participações de 61,5% e 38,5%, respetivamente. O capital subscrito, da SUMA, mantém-se em 12,5 milhões de euros, sendo que o valor de capital próprio varia pelos ajustamentos em ativos financeiros pela aplicação do método de equivalência patrimonial nas empresas participadas e pela incorporação do resultado líquido de 2021.

Os valores apresentados têm como base as demonstrações financeiras elaboradas segundo o normativo em vigor.

Notas Diversas

O combate à Covid-19, conseguido com elevado esforço social e com a vacinação em massa da população, foi determinante para a recuperação das atividades e relançamento da economia, mas o aparecimento de novas variantes e proliferação de novas vagas geram incerteza quanto à superação definitiva deste flagelo. Neste contexto, a retoma acelerada, a partir do segundo trimestre de 2021, originou um crescimento exponencial da inflação e também a rutura de cadeias de distribuição, retirando sustentabilidade à evolução da economia.

Nesta conjuntura, as sociedades do universo SUMA adequaram os seus serviços às necessidades decorrentes das obrigações contratuais e souberam dar resposta eficiente e adequada às necessidades do mercado. Apesar do aumento dos preços e dos gastos energéticos, as empresas conseguiram gerir eficazmente os seus meios e, no conjunto, obtiveram um bom desempenho, garantindo o retorno económico da sua operação.

Para a proteção dos seus trabalhadores e para o desenvolvimento da sua atividade, todas as empresas do Grupo SUMA adotaram medidas de prevenção, seguindo as melhores práticas, de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde e da Organização Mundial de Saúde.

Acontecimentos após a data do Balanço

Os recentes acontecimentos geopolíticos na Ucrânia, que culminaram na invasão militar em 24 de fevereiro de 2022 e na atual situação de guerra, levaram a um conjunto de respostas da União Europeia e dos Estados Unidos, na forma de sanções económicas, que vão afetar os mercados globais, as cadeias logísticas e de abastecimento, o preço e a forma de abastecimento de energia, com a consequente perspetiva de aumento da taxa de inflação e de taxa de juro, sendo que a expectativa de recuperação económica mundial para 2022 encontra-se condicionada pelos recentes acontecimentos. Esta situação enquadra-se como um evento subsequente não ajustável.

Estes acontecimentos irão certamente trazer um aumento significativo dos preços que poderão vir a ter impactos nos resultados de 2022, uma vez que a previsão aponta para um aumento da inflação, dos preços da energia e, consequentemente, do preço de todos os bens e serviços necessários para a operação das empresas SUMA.

A Administração da SUMA encontra-se a acompanhar, de forma atenta e diligente, a atual situação de incerteza para a atividade económica associada à guerra e irá monitorizar a sua estratégia face aos impactos decorrentes da atual situação.

Em fevereiro de 2022 a SUMALAB antecipou o pagamento do empréstimo bancário contratado junto do BCP, no montante de 378.572 Euros, referente a uma linha de financiamento no âmbito das linhas de Apoio-Covid.

Em abril de 2022, foi conhecido o projeto de decisão da ERSAR da Suldouro, S.A., relativo aos custos de referência para 2022, o qual confirma o ajuste adicional ao OPEX associado ao projeto porta-a-porta para o período 2019-2021, estimado no montante de 1,4 milhões de EUR, o qual não foi incorporado nas contas da SUMA em 2021.

Ainda em abril de 2022, foi comunicada uma decisão final do POSEUR à Valorsul, S.A., concluindo que o valor de subsídios inicialmente considerado fosse reduzido no montante de 839 milhares de EUR, redução esta que não foi incorporada nas contas da Valorsul, S.A. e, consequentemente, nas contas da SUMA.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Perspetivas

A atividade económica global, em 2022, estará fortemente condicionada pela guerra que despoletou com a invasão da Ucrânia pela Rússia e cujo desfecho é imprevisível. Paralelamente, ainda não foi debelada a pandemia da COVID-19 e os impactos na economia e na sociedade continuarão a fazer-se sentir, contribuindo para a volatilidade do crescimento económico.

De acordo com as últimas avaliações do FMI, a guerra na Ucrânia terá um forte impacto na economia, exacerbando a subida dos preços da energia e o aumento do preço de *commodities*, que aumentam ainda mais as pressões inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia e as disrupções nas cadeias mundiais de abastecimento. As sanções aplicadas à Rússia terão também um impacto significativo na economia mundial e nos mercados financeiros, com repercussões em larga escala, principalmente nos países com maior relação comercial com a Rússia ou a Ucrânia. Este conflito está também a gerar um êxodo acelerado da população da Ucrânia e a uma crise de refugiados que se desloca maioritariamente para os países vizinhos na Europa. O aumento do custo dos bens essenciais e da energia aumenta as desigualdades e coloca em risco os mais vulneráveis, sendo essencial que os governos acautelem políticas para colmatar o aumento do custo de vida. A Europa está sobre grande pressão por todos estes fatores e torna-se fulcral que sejam tomadas medidas que contribuam para a estabilização do mercado energético e fomentem a recuperação económica, com especial atenção para os perigos de estagflação.

O crescimento da economia portuguesa tenderá a ser superior à média da zona euro em 2022, mas está condicionado ao evoluir da conjuntura atual, que coloca entraves ao desempenho expectável do consumo e da balança comercial. Também no capítulo da inflação, as estimativas nacionais apontam para valores inferiores à média da zona euro, mas as últimas projeções conhecidas elevam os valores de inflação para toda União Europeia (EU), ao mesmo tempo que reduzem a margem de crescimento, devido aos efeitos da guerra na Ucrânia. Em todos os cenários traçados, espera-se uma forte redução na expansão económica.

Com um Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovado para aplicar em Portugal, com um período de execução até 2026 e que contempla transferências da UE no valor de 13,2 mil milhões de euros a fundo perdido, espera-se a implementação de um conjunto de reformas e investimentos que visam repor o crescimento económico sustentado após a pandemia e reforçam o objetivo de convergência com a Europa.

Portugal continua sem conseguir aproximar-se das metas indicadas nos planos para o setor dos resíduos e adivinham-se tempos difíceis para convergir com maior rapidez.

O PERSU 2030 deverá responder a um conjunto de questões com relevância estratégica, como a melhoria da eficiência dos sistemas ou alterações na recolha de resíduos, mas ir mais longe na definição de processos e soluções para todo o ciclo dos resíduos, promovendo a responsabilidade de todos os intervenientes bem como a convergência dos concorrentes neste mercado, assegurando a viabilidade e sustentabilidade do setor. As mudanças não serão possíveis sem investimentos avultados e os planos de recuperação do País deverão contemplar o reforço das verbas, essenciais para colocar em marcha os ambiciosos planos e metas.

A SUMA granjeou, com a experiência de mais de duas décadas e meia de reconhecidos sucessos e uma política organizacional alicerçada nas melhores práticas de gestão e ambientais, um estatuto de referência em Portugal, bem como nos mercados internacionais em que atua.

Fixando objetivos ambiciosos de crescimento e expansão, a SUMA aposta na **Inovação** e no comprometimento com padrões de excelência, promovendo a sustentabilidade do negócio e a criação de valor acrescido para clientes, acionistas, trabalhadores e para o setor dos resíduos. Com o foco na **Liderança** do mercado nacional, ao mesmo tempo que procura consolidar os negócios nos mercados internacionais, a SUMA enfrentará uma conjuntura adversa que terá que superar com resiliência e determinação, pondo em prática todo o seu *know-how*, **ao Serviço do Ambiente**.

Nota Final

O Conselho de Administração da SUMA expressa o seu agradecimento a todos os que colaboraram no desenvolvimento da atividade durante o ano 2021, contribuindo para o bom desempenho e para atingir os objetivos propostos.

Agradecemos aos Acionistas e restantes membros dos Órgãos Sociais, pela confiança manifestada e por toda a disponibilidade e apoio demonstrados, que promovem o bom desempenho da Empresa.

Aos clientes, fornecedores e demais parceiros de negócio, agradecemos a cooperação e manutenção das boas relações comerciais estabelecidas.

Um agradecimento especial aos Trabalhadores, cuja determinação, dedicação e competência demonstradas no desempenho das suas funções são essenciais para o sucesso da SUMA.

Lisboa, 22 de junho de 2022.

O Conselho de Administração,

Presidente
Chief Executive Officer (CEO)
Eng.º José Manuel Mota Neves da Costa

Vice-Presidente
Chief Financial Officer (CFO)
Dr. Pablo Barreiro

Administrador
Chief Operating Officer (COO)
Eng.º Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Administrador
Chief Commercial Officer (CCO)
Eng.º Nuno Jorge Sêco da Costa

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2021	2020
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	62.158.066	47.516.202
Propriedades de investimento	9	1.885.138	2.166.324
Goodwill	10	10.675.699	9.724.252
Ativos intangíveis	11	392.364.650	393.220.329
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	39.452.384	32.314.482
Outros investimentos financeiros	13	283.447	-
Outros créditos a receber	17	18.439.195	10.995.790
Clientes	17	1.794.708	2.296.183
Outros ativos financeiros	4	2.123.332	1.897.495
Ativos por impostos diferidos	14	43.024.076	40.794.659
Total do ativo não corrente		572.200.695	540.925.716
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	16	3.836.129	3.706.625
Clientes	17	79.504.835	68.925.775
Estado e outros entes públicos	18	4.955.537	5.577.978
Outros créditos a receber	17	34.583.819	34.890.160
Diferimentos	19	7.899.664	5.092.201
Caixa e depósitos bancários		66.223.983	81.620.321
Total do ativo corrente		197.003.967	199.813.060
Total do ativo		769.204.662	740.738.776
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	20	12.500.000	12.500.000
Prémios de emissão	21	1.410.000	1.410.000
Reserva legal	21	2.500.000	2.500.000
Outras reservas	21	72.376.799	59.135.784
Resultados transitados	21	24.400.927	26.572.872
Outras variações no capital próprio	21	16.419.255	3.317.560
		129.606.982	105.436.216
Resultado líquido do exercício		12.897.243	13.241.015
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa		142.504.225	118.677.231
Interesses que não controlam	22	80.567.791	69.755.650
Total do capital próprio		223.072.016	188.432.881
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	23	10.815.432	10.249.968
Financiamentos obtidos	24	216.299.853	211.454.580
Passivos por impostos diferidos	15	51.410.109	50.469.161
Outras dívidas a pagar	25	11.277.595	15.176.184
Fornecedores	25	208.342	-
Diferimentos	19	17.881.632	15.044.785
Total do passivo não corrente		307.892.963	302.394.678
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	25	40.828.379	34.641.762
Estado e outros entes públicos	18	42.973.689	31.443.378
Financiamentos obtidos	24	96.890.527	115.641.627
Outras dívidas a pagar	25	50.354.331	62.102.772
Diferimentos	19	7.192.757	6.081.678
Total do passivo corrente		238.239.683	249.911.217
Total do passivo		546.132.646	552.305.895
Total do capital próprio e do passivo		769.204.662	740.738.776

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	27	324.038.545	293.952.002
Subsídios à exploração		677.028	9.587
Ganhos / (perdas) imputados de associadas	12	2.175.260	6.787.128
Trabalhos para a própria empresa		36.151	-
Variação nos inventários da produção	16	(499.480)	107.601
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(21.840.075)	(17.495.856)
Fornecimentos e serviços externos	28	(113.293.689)	(108.571.278)
Gastos com o pessoal	29	(107.852.002)	(97.543.556)
Imparidade de inventários		-	(119.345)
Imparidades de dívidas a receber	17	(487.454)	(2.021.872)
Provisões ((Constituições) / reversões)	23	(664.433)	(1.087.462)
Outros rendimentos	30	41.735.262	70.699.763
Outros gastos	31	(37.958.306)	(74.371.006)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		86.066.807	70.345.706
Gastos de depreciação e de amortização	8, 9, 10, 11 e 32	(46.635.842)	(47.252.777)
Subsídio ao investimento	21	1.965.498	1.982.701
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		41.396.463	25.075.630
Juros e rendimentos similares obtidos	33	2.565.357	2.125.827
Juros e gastos similares suportados	34	(15.085.659)	(13.003.915)
Resultado antes de impostos		28.876.161	14.197.542
Impostos sobre o rendimento do exercício	15	(5.276.279)	(1.357.791)
Resultado líquido do exercício		23.599.882	12.839.751
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da Empresa		12.897.243	13.241.015
Interesses que não controlam	22	10.702.639	(401.264)
		23.599.882	12.839.751
Resultado por ação	36	51,59	52,96

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

		Capital próprio atribuido aos detentores do capital da Empresa									
	Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam (Nota 20)	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2020		12.500.000	1.410.000	2.500.000	59.135.784	23.497.371	3.927.444	7.425.253	110.395.852	62.158.374	172.554.226
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019	21	-	-	-	-	7.425.253	-	(7.425.253)	-	-	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	-	-	-	13.241.015	13.241.015	(401.264)	12.839.751
Efeito dos ajustamentos das associadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial	21	-	-	-	-	-	(9.050.330)	-	(9.050.330)	-	(9.050.330)
Lucros não atribuídos	15 e 27	-	-	-	-	(4.349.752)	4.349.752	-	-	-	-
Subsidios	20	-	-	-	-	-	5.415.144	-	5.415.144	5.943.757	11.358.901
Distribuição dividendos	8 e 24	-	-	-	-	-	-	-	-	(511.718)	(511.718)
Outras variações	21	-	-	-	-	-	(1.324.450)	-	(1.324.450)	2.566.501	1.242.051
Saldo em 31 de dezembro de 2020		12.500.000	1.410.000	2.500.000	59.135.784	26.572.872	3.317.560	13.241.015	118.677.231	69.755.650	188.432.881
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021		-	-	-	-	-	-	12.897.243	12.897.243	10.702.639	23.599.882
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	21	-	-	-	13.241.015	-	-	(13241015)	-	-	-
Goodwill gerado na revalorização da aquisição Geres		-	-	-	-	-	838.619,75	-	838.620	-	838.620
Efeito dos ajustamentos das associadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial	21	-	-	-	-	-	7.450.983	-	7.450.983	-	7.450.983
Lucros não atribuídos		-	-	-	-	(2.171.945)	2.171.945	-	-	-	-
Subsidios		-	-	-	-	-	1.970.043	-	1.970.043	3.430.681	5.400.724
Distribuição dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.219.609)	(1.219.609)
Outras variações		-	-	-	-	-	670.105	-	670.105	(2.101.570)	(1.431.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		12.500.000	1.410.000	2.500.000	72.376.799	24.400.927	16.419.255	12.897.243	142.504.225	80.567.791	223.072.016

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E SUAS SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		367.570.797	313.768.625
Pagamentos a fornecedores		(149.733.012)	(154.111.514)
Pagamentos ao pessoal		(83.408.302)	(79.157.701)
Fluxos gerados pelas operações		134.429.483	80.499.410
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(5.951.261)	(2.796.556)
Outros pagamentos		(51.492.310)	(31.109.519)
Fluxos das atividades operacionais (1)		76.985.912	46.593.335
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4.523.544)	(2.141.715)
Ativos intangíveis		(52.539.079)	(66.614.298)
Aquisição de interesses minoritários		(22.841)	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(1.076.044)	-
Participações financeiras		(2.680.000)	-
Outros ativos financeiros		(99.161)	(424)
		(60.940.669)	(68.756.437)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		684.662	46.381
Ativos intangíveis		3.304.624	783.391
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		12.380	-
Participações financeiras		1.500.000	2.650.000
Subsídios ao investimento	21	11.665.741	21.448.848
Juros e rendimentos similares		288.901	260.376
Dividendos	12	2.498.975	3.054.970
Outros ativos financeiros		15.532	-
		19.970.815	28.243.966
Fluxos das atividades de investimento (2)		(40.969.854)	(40.512.471)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos de instituições de crédito		64.700.773	93.521.512
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		981.125	-
Outras operações de financiamento		2.606.285	1.812.285
		68.288.183	95.333.797
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de instituições de crédito		(104.121.126)	(91.080.690)
Juros e gastos similares		(15.488.808)	(7.463.230)
Dividendos	21 e 22	(998.861)	(2.848.208)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(50.000)	-
Outras operações de financiamento		(492.068)	(2.204.729)
		(121.150.863)	(103.596.857)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(52.862.680)	(8.263.060)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(16.846.622)	(2.182.196)
Restituição/(constituição) de depósitos cativos	4	6.445.441	7.942.324
Efeito das diferenças de câmbio		522.549	(962.765)
Alteração de perimetro de consolidação		927.735	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	71.519.323	66.721.960
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	62.568.426	71.519.323
Depóstivo bancário cativo	4	3.655.557	10.100.998
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	66.223.983	81.620.321

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo SUMA ("Grupo" ou "Grupo SUMA") é constituído pela SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Empresa" ou "SUMA") e suas empresas subsidiárias ("subsidiárias") e tem como atividade principal a prestação de serviços de caráter urbano, tanto público como privado, incluindo, quando for o caso, a execução das obras, estudos ou projetos que para tal fim sejam necessários, quer no regime de concessão administrativa, arrendamento, contrato de exploração ou contrato de gestão, quer em quaisquer outras modalidades (compreendendo a constituição de empresas mistas, de sociedades de todo o tipo, cooperativas ou outras fórmulas admitidas na legislação aplicável), nomeadamente: (i) recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos; (ii) recolha e transporte de resíduos tóxicos e perigosos; (iii) recolha e transporte de resíduos industriais; (iv) recolha e transporte de resíduos hospitalares; (v) centrais de transferência de resíduos sólidos, urbanos e industriais; (vi) limpeza de escritórios, aeroportos, metropolitanos, portos, jardins, instalações industriais, matadouros, mercados e todo o tipo de instalações, sejam públicas ou privadas; (vii) limpeza urbana; (viii) tratamento e eliminação de resíduos sólidos e urbanos, industriais, hospitalares, tóxicos e perigosos; (ix) aterros sanitários; (x) centrais de tratamento, reciclagem, compostagem e incineração, com ou sem recuperação de energia; (xi) manutenção de ETA e ETAR; (xii) mobiliário urbano; (xiii) parques e jardins; e (xiv) transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.

O universo empresarial da SUMA e suas empresas subsidiárias é composto, conforme disposto na Nota 6, por empresas que têm como atividade principal a recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos e concessionárias de sistemas multimunicipais de tratamento e valorização de resíduos urbanos em parceria com os municípios.

Por força da sua estrutura acionista, a SUMA desenvolve as suas operações no âmbito das atividades dos Grupos Mota-Engil e Urbaser com quem efetua diversas transações, conforme apresentado na Nota 26.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2014 de 20 de março, em 2014, ocorreu o processo de concurso público de reprivatização de até 100% do capital social da EGF, detida pela *sub-holding* do Grupo Águas de Portugal ("ADP"). Esta operação de reprivatização foi segregada em duas fases: (i) o concurso público tendo em vista a alienação de um lote indivisível de ações da Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF") representativas de 95% do seu capital social, e (ii) uma oferta pública de venda das restantes ações com direitos preferenciais. A alienação do capital social da EGF à SUMA Tratamento, S.A. ("SUMA Tratamento") teve como consequência a alteração do enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, sendo estas subsidiárias da EGF. Neste quadro, o Governo reviu o regime jurídico aplicável à atuação das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos.

Em novembro de 2014 e no decurso da constituição da SUMA Tratamento, esta celebrou um contrato com a ADP para a aquisição de 100% do capital da EGF. O preço que a aquisição de 95% do capital da EGF ascendeu a, aproximadamente, 142.400.000 Euros, o qual será acrescido dos montantes necessários para a aquisição dos restantes 5%. A aquisição do capital da EGF apenas foi concluída em julho de 2015, uma vez que a mesma careceu de um conjunto de ações, nomeadamente da decisão pelas Autoridades da Concorrência competentes, de não oposição a esta operação. Adicionalmente, conforme definido no contrato de aquisição, na data de fecho da operação, o valor de aquisição de 95% do capital da EGF foi aumentado em, aproximadamente, 12.700.000 Euros, decorrentes, essencialmente, de variações do fundo de maneio da EGF e suas subsidiárias entre o período decorrido até à conclusão da operação.

Em agosto de 2017, após a conclusão da oferta pública de venda das restantes ações com direitos preferenciais aos trabalhadores, tendo sido adquiridas apenas 1.300 ações pelos mesmos, a SUMA Tratamento adquiriu os remanescentes 4,99% do capital social da EGF pelo montante de 8.172.328 Euros, passando assim a deter 99,99% do capital social da EGF.

Decorrente do processo de privatização da EGF, foi alterado o enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva dos resíduos urbanos, as quais são controladas pela EGF ("Concessionárias").

Em abril de 2022, as Concessionárias entregaram ao regulador as contas reais reguladas do exercício de 2021, as quais evidenciaram um ajustamento tarifário face aos valores inicialmente aprovados e às tarifas praticadas naquele exercício.

É entendimento do Conselho de Administração, que a estimativa do ajustamento tarifário referente a 2021 pelo regulador não deverá acarretar diferenças significativas face aos montantes determinados pelas subsidiárias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo, com o objeto de continuação da expansão da sua atividade ao nível internacional constituiu a SUMA Brasil Sucursal e adquiriu a participação remanescente na entidade Geres Participações S/A ("GERES"), passando a deter 100% do seu capital, e a controlar esta entidade e as seguintes entidades por si detidas: SUMA Brasil, CTR e Mais Itapevi.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada no ambiente económico em que o Grupo opera.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 22 de junho de 2022, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral. É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas do Grupo, bem como a sua posição e desempenhos financeiros e fluxos de caixa.

1.1 Impacto Pandemia COVID-19

A Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, a situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional da COVID-19 e, em 11 de março de 2020, considerou a COVID-19 como uma pandemia.

Na sequência desta declaração, têm vindo a ser aprovadas e publicadas um conjunto de medidas destinadas aos cidadãos, às empresas e às entidades públicas e privadas, relativas à infeção epidemiológica por COVID-19, medidas essas que têm resultado na imposição de algumas restrições adicionais à atividade económica do país, mesmo com as medidas de incentivo e de proteção às famílias e empresas que os próprios países têm adotado.

O balanço consolidado do Grupo e os seus resultados referentes ao exercício de 2021, conforme se pode comprovar pelas demonstrações financeiras consolidadas, não sofreram grande impacto com estas restrições, conforme se supunha no início da pandemia.

No que refere ao impacto da pandemia COVID-19 nas principais estimativas da Gestão, os impactos são conforme segue:

Perdas por imparidade de ativos correntes

O Grupo mantém registadas perdas por imparidade de alguns ativos correntes, procedendo a Administração à avaliação regular dos critérios usados na mensuração das mesmas.

Em resultado da declaração da pandemia e dos consequentes efeitos ao nível da atividade económica, não foi identificada pela Administração a necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber.

Perdas por imparidade de ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2021, o total de ativos consolidados não correntes sujeitos a testes de imparidade nos termos da NCRF 12 ascende a 572 milhões de Euros. Nos termos do referido normativo, devem ser realizados testes de imparidade sempre que se verificarem fortes indícios de que os ativos não correntes possam estar em situação de imparidade.

A declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde resultou para o setor de resíduos apenas na paragem dos TMB, a que se acresceram os efeitos económicos e sociais da própria pandemia, não resultando numa paragem das atividades principais desenvolvidas pelo Grupo, pelo que os efeitos da pandemia não tiveram impactos no teste de imparidade dos ativos não correntes realizado a 31 de dezembro de 2021.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Impostos Diferidos Ativos sobre prejuízos fiscais

O Grupo reconhece os impostos diferidos nos termos da NCRF 25, procedendo ao registo de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais sempre que seja possível aferir sobre a sua recuperabilidade nos termos legais.

No ano 2021 foram apurados 12,9 milhões de Euros de prejuízos fiscais, sendo o valor acumulado àquela data de 91 milhões de Euros (Nota 15).

Em junho de 2020 foram aprovadas um conjunto de alterações à legislação fiscal no âmbito do Plano de Estabilização Económica e Social, nomeadamente no que respeita ao prazo de caducidade e percentagem de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021, e suspensão dos prazos dos prejuízos em reporte a 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo reconheceu 17,8 milhões de Euros (Nota 15) de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, os quais no entender da Administração são recuperáveis com base no novo quadro legislativo, sem prejuízo do descrito na estimativa das perdas por imparidade de ativos não correntes.

Medidas mitigatórias do efeito da pandemia do COVID-19

Desde o início da pandemia COVID-19 o Grupo adotou algumas medidas mitigatórias dos seus efeitos, , nomeadamente obteve linhas de apoio de financiamento no âmbito do COVID aprovadas de 9 milhões de Euros e moratórias associadas aos empréstimos e leasings em curso.

Face ao eventual impacto do COVID-19 nas metas ambientais e respetivo impacto na TGR-NR bem como nos resultados das subsidiárias concessionárias terá de ser analisado o facto do risco de quantidades não poder ser assumido pelas respetivas concessionárias.

O Grupo obteve também o diferimento no pagamento de prestações ao Estado, no que respeita a retenções de IRS e IRC.

1.2 Impactos Decisão ERSAR

Tendo em consideração o impacto na atividade da Empresa decorrente das decisões da ERSAR sobre os proveitos permitidos e tarifas reguladas para os períodos regulatórios 2016-2018 e 2019-2021, as mesmas foram objeto de ação administrativa especial com pedido de impugnação em sede de Tribunal por parte da Empresa.

Em 2020 o regulador propôs à EGF, como forma de encontrar soluções equilibradas, sustentáveis e estáveis ao nível dos resultados das concessionárias da EGF, num quadro de eficiência operativa, a contratação de uma entidade externa (auditor) independente que identificasse as causas das variações de resultados das empresas entre 2018 e 2019 e as quantificasse, de forma a proceder a correções aos custos operacionais de referência de 2019. Esse processo decorreu durante o ano corrente e a decisão final foi recebida em finais de dezembro e os respetivos ajustes do ano 2019 e 2020 contabilizados no ano 2020, num total de 22 milhões de euros. No que respeita ao ajustamento contabilizado no ano 2021, o mesmo inclui os seguintes efeitos (nota 17 e 19):

- Correção do ajustamento tarifário ao ano de 2020, no valor de 13,9 M€, determinado de acordo com o previsto no artigo 37º do RTR. Este valor inclui o ajustamento associado ao COVID 19, nomeadamente de receitas não obtidas e acréscimos de gastos incorridos em 2020, no valor de 9 M€.

- Ajustamento tarifário do ano 2021 que inclui o ajustamento "extraordinário" dos custos operacionais aprovados pela ERSAR para o ano de 2021, na tentativa de corrigir a principal causa de desequilíbrio económico e financeiro face à insuficiência de custos aprovados nas CRP 2019-2021, no montante de 11 M€ e do REEP de cerca de 7 M€.

- Em termos consolidados foi ainda registado em 2021 o REEP do ano de 2019 e 2020 de cerca de 13 M€.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e as Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e o quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF" ou "SNC".

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, adotadas pela União Europeia ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso das subsidiárias do subgrupo EGF em particular, a interpretação efetuada pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços ("IFRIC 12").

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Concentrações de atividades empresariais e princípios de consolidação

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas. Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que correspondem a interesses de terceiros minoritários nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica "Interesses que não controlam".

Os interesses não controlados são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente, são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações subsequentes no capital próprio das subsidiárias.

Investimentos financeiros em associadas

Uma associada é uma entidade relativamente à qual o Grupo tem influência significativa e que não é nem uma subsidiária, nem uma empresa controlada conjuntamente. Por influência significativa entende-se o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da associada, sem que tal resulte em controlo ou controlo conjunto por parte do Grupo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo no capital próprio das associadas. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados das associadas.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada associada na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é apresentado separadamente no balanço consolidado. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada. Se, posteriormente, a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Investimentos em outras empresas participadas

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas são registados ao custo de aquisição e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Concentrações de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades

incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos do Grupo em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição (estes últimos apenas relatam a aquisições concretizadas até 31 de dezembro de 2015). A partir de 1 de janeiro de 2016, os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos na demonstração consolidada de resultados.

O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo da concentração for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados. Quando aplicável, o custo da concentração ou aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes e/ou adicionais acordados no âmbito da transação.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do exercício de relato em que a mesma ocorreu, o Grupo relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

Goodwill

O *goodwill* é mensurado como o excesso do custo de aquisição de participações registadas face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição, sendo este apresentado numa linha separada do balanço.

A vida útil estimada do *goodwill* para os vários investimentos é como segue:

Investimento	Anos
Ecoatlântica de Portugal, Lda. ("Ecoatlântica") (a)	19
Enviroil, SGPS, Lda. ("Enviroil")	19
Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilei")	10
Sociedade de Transportes e Limpeza, Lda. ("STL")	6
Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu")	14
Gerês Participações S.A.	10

(a) Empresa fundida posteriormente na Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro S.A. (“Ersuc”).

O *goodwill* é reconhecido como um ativo na data em que é adquirido controlo. Subsequentemente, o *goodwill* é amortizado, sendo, contudo, sujeito a testes de imparidade sempre que se verifiquem indícios de imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, o *goodwill* é imputado às unidades geradoras de caixa do Grupo que beneficiam das sinergias resultantes da consolidação. As unidades geradoras de caixa às quais foi imputado o *goodwill* são sujeitas a testes de imparidade anuais ou mais frequentes (na eventualidade de existir alguma indicação de que a unidade possa estar em imparidade). Se o montante recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao correspondente valor líquido contabilístico, a perda por imparidade daí resultante é inicialmente imputada ao *goodwill*, sendo a parte remanescente imputada proporcionalmente aos restantes ativos da unidade geradora de caixa. Perdas por imparidade imputadas ao *goodwill* não são revertidas subsequentemente.

Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

São tratadas como entidades estrangeiras as que operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade adquirida e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio à data do balanço consolidado.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a reserva de conversão cambial acumulada no capital próprio é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das demonstrações financeiras consolidadas das operações estrangeiras foram as seguintes:

Moeda	Câmbio de fecho 2021	Câmbio de fecho 2020	Câmbio médio 2021	Câmbio médio 2020
Dólar americano	1,1326	1,2271	1,1816	1,1470
Kwanza	635,7510	797,1291	734,9674	665,8563
Zloti	4,5969	4,5597	4,5720	4,4680
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	110,2650	110,2650
Metical de Moçambique	71,5800	91,0500	76,3542	79,7817
Real Omanense	0,4357	0,4721	0,4545	0,4414
Real do Brasil	6,3101	6,3735	6,3786	5,9988
Pataca de Macau	9,0983	9,7996	9,4612	9,1634
Dólar de Hong kong	8,8333	9,5142	9,1856	8,8966

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração consolidada dos resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado. Os ativos fixos tangíveis afetos à exploração de aterros sanitários, nomeadamente terrenos e equipamento básico, são depreciados em função das toneladas depositadas e tendo em conta a capacidade disponível dos aterros. Os restantes ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme segue:

Classe homogénea	Anos
Terrenos e recursos naturais	0 - 20
Edifícios e outras construções	8 - 20
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	2 - 10
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 10

Os terrenos e recursos naturais depreciados correspondem a aterros sanitários, cuja vida útil estimada ascende até 20 anos.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são

classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e uma fração de um imóvel, ambos detidos para arrendamento, valorização do capital investido através da venda e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, não depreciáveis.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

3.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo e correspondem a: (i) programas de computador, (ii) à retribuição definida no contrato de prestação de serviços com a Câmara Municipal do Porto e paga no momento da sua assinatura, deduzidos de amortizações acumuladas e (iii) contratos de concessão de serviços tratados no âmbito da IFRIC 12.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, durante o período de três anos para os programas de computadores, e para os restantes pelo período do contrato de concessão.

Ativos da concessão – IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Os ativos adquiridos/construídos pelas Concessionárias, ao abrigo do contrato de concessão, são ativos afetos às concessões, correspondendo à respetiva infraestrutura concessionada.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço;

e

- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;

- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, as concessões das Concessionárias encontram-se abrangidas no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- as Concessionárias possuem contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado Português ("Concedente") e por um período pré-definido;

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

- as Concessionárias efetuam a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas, conforme definido em detalhe na Nota 38;

- o concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador ERSAR;

- os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o concedente no final dos contratos de concessão.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

i) Modelo do ativo financeiro – quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concedente dispões de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.

ii) Modelo do ativo intangível – quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura, deverá reconhecer um ativo intangível.

iii) Modelo misto – este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Deste modo e atendendo aos termos dos contratos de concessão, nomeadamente no que se refere ao modelo remuneratório, foi entendido que as operações das concessionárias são enquadráveis no modelo do ativo intangível, em virtude, essencialmente, das concessionárias terem o direito incondicional de cobrar os utilizadores e assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento da concessão.

Nesse enquadramento e em relação ao valor residual dos ativos afetos à concessão (de acordo com os contratos de concessão, as concessionárias têm o direito de ser ressarcida no final da concessão com base no valor líquido contabilístico dos ativos concessionados), este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Atendendo ao enquadramento acima descrito, os ativos afetos à concessão (ativos intangíveis) encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração consolidada dos resultados.

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, foi tido em consideração o método que reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pelas empresas do Grupo. Desta forma, e atendendo ao acima descrito, o Grupo considera que o método de amortização que melhor reflete o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros do ativo intangível é a amortização em função das taxas de amortização definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao Regulamento Tarifário.

Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão consiste na possibilidade das concessionárias cobrarem tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento de tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração.

Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição/construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos, estes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

No âmbito do contrato de concessão em vigor enquadrável, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (Notas 30 e 31).

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8. Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os subprodutos, produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao seu custo de produção.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na demonstração consolidada dos resultados.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A SUMA encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (“RETGS”), que abrange todas as empresas em que a SUMA participa direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem simultaneamente com as restantes condições definidas por aquele regime. As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo SUMA, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço consolidado quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado.

c) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a pagar e outros passivos financeiros.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.
Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é refletida em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controlo dos ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração consolidada dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram utilizadas, as taxas de câmbio referidas na Nota 3.2 para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, assim como as transações ocorridas durante os exercícios findos naquela data.

3.12. Subsídios

Subsídios ao Investimento

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios de Governo não reembolsáveis e recebidos, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, juntamente com os respetivos passivos por impostos diferidos, numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

3.13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.
As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição ou construção de infraestruturas são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.15. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes para alienação são classificados como detidos para venda quando o seu valor contabilístico for essencialmente recuperado através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor entre o valor contabilístico antes da classificação e o seu justo valor menos custos para vender.

3.16. Benefícios aos empregados

O plano de benefícios da subsidiária EGF para antigos colaboradores já reformados confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, gerido autonomamente por uma instituição financeira.

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço consolidado relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço consolidado, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas atuariais, resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais, são reconhecidos no exercício em que são incorridos na demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

Desde 1 de janeiro de 2007, a subsidiária EGF, alterou o fundo de pensões de "benefício definido" para "contribuição definida" para com os atuais colaboradores e tem por base uma contribuição da EGF calculada numa percentagem sobre o salário pensionável de cada trabalhador desde que este último reúna as condições necessárias para ser elegível pelo Plano. Neste plano de "Contribuição definida", o gasto do plano de pensões é fixado à partida. As contribuições efetuadas pela subsidiária EGF para planos de contribuição definida são registadas como gasto na data em que são devidas.

3.17. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outras dívidas a pagar, Outros créditos a receber e Diferimentos.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de energia e produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Os trabalhos adicionais e revisões de preços são reconhecidos como rédito quando são acordados e aceites pelos clientes, tendo em consideração o cumprimento das condições acima definidas.

As empresas do subgrupo EGF têm a tarifa suportada pela aprovação anual do concedente e do regulador.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na tarifa aprovada do regulador (ERSAR) determinada pelos proveitos permitidos em função das quantidades de resíduo da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;

ii) Retorno no valor médio contabilístico dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador;

iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

Desvios Tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e contemplam nessa fórmula de cálculo o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios são recuperados.

Desta forma, as Concessionárias apuram, em cada data de relato e de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSAR, os desvios apurados entre os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo Grupo em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

Os juros de mora debitados aos clientes são reconhecidos como rédito quando são pagos pelos clientes.

3.19. Ativo Regulatório/ Passivo Regulatório

Em 1 de janeiro de 2016 e tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, as concessionárias aferiram quanto à existência de uma responsabilidade para com o concedente ("Saldo regulatório"), sendo esta determinada tendo por referência os montantes dos acréscimos de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe estava associado e do valor contabilístico líquido de amortização e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integraram a base de ativos regulados relevante para efeito de apuramento dos proveitos permitidos. Nos casos em que aquele montante foi negativo, aquela responsabilidade, "Passivo Regulatório", foi registada no passivo, quando positivo, foi registado um "Ativo Regulatório, ou Direito Contratual". Subsequentemente, quando seja estimada uma variação anual de tarifas superior a 2% aos proveitos anualmente permitidos às concessionárias, o excedente àquele valor pode ser deduzido ao Passivo Regulatório, quando este exista. No final das concessões, caso ainda exista Passivo Regulatório, o correspondente montante será deduzido ao valor residual da BAR a que as concessionárias terão direito. Nos casos em que foi determinado um "Ativo Regulatório", o mesmo é amortizado ao longo do período da concessão.

3.20. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Vidas úteis dos ativos intangíveis;
- Testes de imparidade ao *Goodwill* e aos ativos intangíveis;
- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Recuperabilidade dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais;
- Estimativa de desvio tarifário a repercutir em tarifas futuras e especialização de receita tendo por base o modelo regulatório da ERSAR;
- Reconhecimento e valorização de provisões.

3.21. Acontecimentos após a data do balanço consolidado

Os acontecimentos após a data do balanço consolidado que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço consolidado são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os acontecimentos após a data do balanço consolidado que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço consolidado são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

3.22. Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

A demonstração dos fluxos de caixa consolidados é preparada de acordo com o método direto. O Grupo classifica na rubrica de caixa e depósitos bancários os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa consolidada, a rubrica de caixa e depósitos bancários compreende, também, os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de financiamentos obtidos.

A demonstração dos fluxos de caixa consolidada encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis, se aplicável.

As atividades de financiamento abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e depósitos bancários inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), sendo que os descobertos bancários foram classificados como atividade de financiamento, decorrente do seu caráter permanente na estrutura de financiamento do Grupo. Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa	151.503	7.299.637
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	33.294.990	49.231.531
Outros depósitos bancários	29.121.933	14.988.155
Caixa e seus equivalentes	62.568.426	71.519.324
Depósitos cativos	3.655.557	10.100.998
	66.223.983	81.620.321

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Depósitos cativos” nos montantes de 3.655.557 Euros e 10.100.998 Euros, respetivamente, não se encontrava disponível para uso do Grupo, sendo que, 2.225.876 Euros e 7.526.909 Euros respetivamente correspondem a uma contragarantia prestada a diversas instituições de crédito sob a forma de depósitos bancários cativos, para garantir o total e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (“BEI”), (Nota 24). Estes apenas serão mobilizados para reembolsar capital e/ou pagar juros e outras despesas bancárias ao abrigo deste contrato de financiamento. O montante destes depósitos deverá apresentar um saldo mínimo não inferior à soma de capital, juros e outros encargos bancários a pagar pelo Grupo ao BEI nos 6 meses seguintes de acordo com o plano de pagamento definidos no contrato. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, não acrescia qualquer montante relativo ao penhor da Caixa Geral Depósitos decorrente de contratos de factoring, sendo que em 31 de dezembro de 2020 este montante se situava em 2.253.944 Euros (Nota 24).

O montante “Caixa” a 31 de dezembro de 2021, é referente a cheques recebidos a 31 de dezembro de 2021 e depositados nos primeiros dias de janeiro de 2022.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nem foram reconhecidos erros materiais ou alterações significativas das estimativas contabilísticas relativas a exercícios anteriores.

6. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Empresas subsidiárias

Foram incluídas na consolidação, pelo método da consolidação integral em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa e as seguintes subsidiárias, nas quais detém ou controla a maioria dos direitos de voto (controlo):

Denominação social	Sede	Percentagem de Participação em 2021	Percentagem de Participação em 2020	Atividade principal	Data de constituição	Data de aquisição
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma" - empresa - mãe)	Lisboa	-	-	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	jun/94	-
Citrave - Centro Integrado de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave")	Lisboa	100,00	100,00	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/08	-
Através da Suma		99,85	99,85			
Através da Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex")		0,08	0,08			
Através da Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende")		0,08	0,08			
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia")	Sertã	78,35	78,35	Comércio e recolha de óleos usados	-	nov/09
Através da Enviroil		78,35	78,35			
Ekosrodowisko Spólka z.o.o. ("Ekosrodowisko")	Polónia	100,00	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	dez/05
Através da MES	(Bytom)	100,00	100,00			
Enviroil, SGPS, Lda. ("Enviroil")	Torres Novas	78,35	78,35	Reciclagem de óleos usados e produção de electricidade	-	nov/09
Através da Suma		78,35	78,35			
Investambiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("Investambiente")	Lisboa	52,00	52,00	Recolha de outros resíduos não perigosos	jan/00	-
Através da Novaflex		52,00	52,00			
Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES")	Polónia	100,00	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	out/09
Através da Suma	(Cracóvia)	100,00	100,00			
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Beira")	Lisboa	100,00	100,00	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Através da Novaflex		33,00	33,00			
Através da Investambiente		67,00	67,00			
Novaflex	Lisboa	100,00	100,00	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Através da Suma		100,00	100,00			
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde")	Vila Real	100,00	100,00	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Através da Novaflex		100,00	100,00			
Resigés - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resigés")	Setúbal	50,00	50,00	Recolha de resíduos perigosos	-	dez/07
Através da Novaflex		50,00	50,00			
Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilei") (a)	Leiria	50,00	50,00	Recolha e tratamento de resíduos industriais	-	jun/03
Através da Suma		50,00	50,00			
Rima - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima")	Silvares	96,129	96,129	Recolha e tratamento de resíduos industriais	ago/01	-
Através da Suma		96,129	96,129			
Siga - Serviço Integrado Gestão Ambiental, S.A. ("Siga")	São Roque	70,00	70,00	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	out/08	-
Através da Suma		70,00	70,00			
SRI - Gestão de Resíduos, Lda. ("SRI")	Sertã	78,35	78,35	Recolha de resíduos	ago/08	-
Através da Correia & Correia		78,35	78,35			
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro")	Murça	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	jul/00	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Suma Esposende	Esposende	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	dez/99	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Suma (Matosinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matosinhos")	Matosinhos	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	jul/00	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")	Porto	100,00	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/08	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Triu - Tecnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu")	Prior Velho	78,35	78,35	Recolha de resíduos não perigosos	-	set/08
Através da Enviroil II		78,35	78,35			
Sigamb	Angola	99,90	99,90	Recolha de resíduos	fev/14	-
Através da Novaflex	(Luanda)	99,90	99,90			
Suma Macau	Macau	99,00	99,00	Recolha de resíduos	dez/13	-
Através da Suma		99,00	99,00			
Enviroil II	Torres Novas	70,52	70,52	Reciclagem de óleos usados, produção de electricidade e venda de combustíveis	abr/11	-
Através da Enviroil		70,52	70,52			

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Denominação social	Sede	Percentagem de Participação em 2021	Percentagem de Participação em 2020	Atividade principal	Data de constituição	Data de aquisição
Suma Moçambique, Lda. ("Suma Moçambique")	Moçambique	99,00	99,00	Limpeza ao domicílio	jun/11	-
Através da Suma	(Maputo)	99,00	99,00			
AGIR - Ambiente e Gestão, Lda. ("Agir")	Cabo Verde	50,00	50,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	dez/07	-
Através da Suma		50,00	50,00			
Suma Tratamento	Lisboa	80,00	80,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	out/14	-
Através da Suma		79,98	79,98			
Através da Novaflex		0,01	0,01			
Através da Suma Esposende		0,01	0,01			
Triaza - Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A. ("Triaza")	Lisboa	100,00	100,00	Construção e exploração de aterro sanitário	ago/15	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Ecovision	Omã	51,00	51,00	Recolha de resíduos e limpeza urbana	jul/15	-
Através da Suma		51,00	51,00			
EGF	Lisboa	99,99	99,99	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da Suma Tratamento		99,99	99,99			
Valorminho	Valença	51,00	51,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		51,00	51,00			
Resulima	Vila Fria	51,00	51,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		51,00	51,00			
Resinorte	Celorico de Bastos	75,11	75,11	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		75,11	75,11			
Suldouro	Vila Nova de Gaia	60,00	60,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		60,00	60,00			
Resiestrela	Fundão	62,95	62,95	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		62,95	62,95			
ERSUC - Resíduos Solidos do Centro, S.A. ("Ersuc")	Coimbra	57,44	57,44	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		51,46	51,46			
Através da Suma		5,98	5,98			
Valorlis	Leiria	51,00	51,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		51,00	51,00			
Valnor	Avis	53,33	53,33	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		53,33	53,33			
Valorsul	São João da Talha	52,93	52,93	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		52,93	52,93			
Amarsul	Palmela	51,00	51,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		51,00	51,00			
Algar	Almancil	56,00	56,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	jul/15
Através da EGF		56,00	56,00			
SBE Waste Management Limited (b)	Hong Kong	90,00	90,00	Tratamento e valorização de resíduos	abr/16	-
Através da Suma		90,00	90,00			
Suma Brasil Sucursal	Belo	100,00	0,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	mai/19	-
Geres Participações (c)	Belo	100,00	42,85	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	dez/14	-
Suma Brasil (c)	Belo	100,00	42,85	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	-	dez/14
Através da Geres						
CTR (c)	Santa Luzia	99,00	42,42	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	-	dez/14
Através da Geres						
Mais Itapevi (c)	Itapevi	70,00	0,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	mar/21	-
Através da Geres						

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta participada foi incluída na consolidação pelo método integral, em virtude dos restantes acionistas terem cedido o controlo da gestão das políticas operacionais e financeiras da Resilei à SUMA.

(b) Esta participada foi constituída em abril de 2016, não tendo iniciado atividade. Em setembro de 2017 a SUMA procedeu à aquisição de 30% do seu capital passando a deter 90% do seu capital, passando a ser incluída na consolidação pelo método integral.

(c) Com a aquisição da participação remanescente da Geres Participações,S.A. em novembro de 2021, estas participadas passaram a ser incluídas na consolidação pelo método integral.

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, nas quais detém ou controla a maioria dos direitos de voto. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o efeito da consolidação integral das operações das empresas subsidiárias alienadas e liquidadas até ao momento da sua efetivação.

Para as empresas sedeadas no estrangeiro, as suas demonstrações financeiras foram convertidas para Euros, utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço consolidado. Os resultados destas empresas foram convertidos para Euros utilizado a taxa de câmbio média verificada nos exercícios. A diferença resultante da conversão é registada no capital próprio em “Outras variações no capital próprio”.

Investimentos em associadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo detém os seguintes investimentos em associadas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação	Atividade
AMBIBATALHA - Gestão de Resíduos, S.A. ("Ambibatalha")	Batalha	20,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ambilital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM ("Ambilital")	Santiago do Cacém	49,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Citrup - Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")	Maia	30,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM ("Ecolezíria")	Almeirim	24,50	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecolife	Maputo	30,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Geres Participações, S.A.	Belo Horizonte	42,85	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Vista Waste	Luanda	49,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecoss Ambiental	Belo Horizonte	34,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2), tendo, para este efeito, sido utilizadas demonstrações financeiras das empresas, à mesma data de relato do Grupo. Para as empresas sedeadas no estrangeiro, as suas demonstrações financeiras foram convertidas para Euros, utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço consolidado. Os resultados destas empresas foram convertidos para Euros utilizado a taxa de câmbio média verificada nos exercícios. A diferença resultante da conversão é registada no capital próprio em "Outras variações no capital próprio".

A Geres Participações, S.A., conforme nota introdutória, foi considerada como associada até outubro de 2021, tendo passado a subsidiária a partir de novembro de 2021.

7. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorrem as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo:

- Em novembro de 2021 foram adquiridas 57,15% das ações da Geres Participações S.A., passando o Grupo a deter 100% do capital da sociedade e, por conseguinte, a controlar a entidade e as suas participadas;

- Em novembro de 2021 foi constituída a SUMA Brasil Sucursal.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2021							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo inicial	6.476.958	21.599.812	53.005.001	54.441.951	3.072.038	6.612.196	5.407.110	150.615.066
Alteração de perimetro de consolidação (Nota 7)	6.408.949	18.006	3.737.672	6.893.220	14.311	103.035	231.579	17.406.772
Aquisições	8.415	21.755	570.489	4.196.004	131.341	88.114	3.850.240	8.866.358
Alienações	-	(84.252)	(1.812.882)	(1.674.830)	(10.075)	(48.190)	-	(3.630.229)
Transferências	-	-	406.399	1.775.581	-	-	(2.181.980)	-
Abates	-	-	(138.054)	(272.648)	(670)	(5.550)	-	(416.922)
Atualização cambial	(743)	137.968	592.817	132.036	17.730	-	-	879.807
Saldo final	12.893.579	21.693.289	56.361.442	65.491.313	3.224.675	6.749.605	7.306.948	173.720.851
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial	835.612	14.645.425	41.066.334	37.369.660	2.869.839	6.028.631	283.362	103.098.864
Alteração de perimetro de consolidação (Nota 7)	-	2.176	1.417.104	2.746.399	1.293	41.712	-	4.208.684
Depreciações do exercício (Nota 30)	47.502	1.228.010	2.139.443	3.649.109	125.886	299.268	-	7.489.217
Alienações	-	(51.535)	(1.764.262)	(1.520.165)	(7.955)	(44.751)	-	(3.388.668)
Abates	-	-	(121.652)	(275.448)	(670)	(5.550)	-	(403.320)
Atualização cambial	-	74.608	371.823	94.205	17.328	44	-	558.009
Saldo final	883.114	15.898.684	43.108.789	42.063.760	3.005.722	6.319.354	283.362	111.562.785
Ativo líquido	12.010.465	5.794.605	13.252.653	23.427.553	218.953	430.251	7.023.586	62.158.066

	2020							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo inicial	6.483.496	21.762.991	54.432.747	56.487.356	3.382.318	8.066.661	3.609.288	154.224.857
Aquisições	-	46.688	355.486	2.397.027	109.953	393.162	2.846.540	6.148.855
Alienações	-	(151.125)	(720.845)	(5.021.511)	(175.129)	(252.581)	-	(6.321.192)
Transferências	-	132.084	155.997	721.476	1.860	18.535	(1.029.951)	-
Abates	-	(18.782)	(560.703)	(9.641)	(230.292)	(1.613.582)	(6.224)	(2.439.224)
Atualização cambial	(6.538)	(172.043)	(657.680)	(132.755)	(16.672)	-	(12.543)	(998.231)
Saldo final	6.476.958	21.599.812	53.005.001	54.441.951	3.072.038	6.612.196	5.407.110	150.615.066
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial	748.843	13.639.919	39.308.217	39.074.340	3.187.351	7.612.217	283.362	103.854.249
Depreciações do exercício (Nota 30)	86.769	1.249.830	3.324.678	3.407.424	105.828	280.118	-	8.454.647
Alienações	-	(149.597)	(645.777)	(5.013.933)	(174.327)	(251.052)	-	(6.234.685)
Abates	-	(18.782)	(557.140)	(9.641)	(230.292)	(1.612.652)	-	(2.428.507)
Atualização cambial	-	(75.945)	(363.644)	(88.530)	(18.721)	-	-	(546.840)
Saldo final	835.612	14.645.425	41.066.334	37.369.660	2.869.839	6.028.631	283.362	103.098.864
Ativo líquido	5.641.346	6.954.387	11.938.667	17.072.291	202.198	583.564	5.123.748	47.516.202

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais aquisições ocorridas de ativos fixos tangíveis, estão relacionadas com a aquisição de equipamentos de transporte e contentores, necessários para a atividade operacional do Grupo, bem como à melhoria e expansão das instalações da Correia & Correia e Enviroil II.

O aumento considerável de ativos fixos tangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está em grande parte influenciada com a alteração do perímetro de consolidação verificado em novembro de 2021, com a aquisição da participação remanescente da Geres Participações, S.A. (Nota 7).

Os equipamentos de transporte, compreendem todo o tipo de viaturas e equipamentos utilizados nos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, viaturas varredoras e aspiradoras, lava contentores, viaturas com grua e compactador, recolhedoras compactadoras, entre outros. Este tipo de equipamento é, essencialmente, adquirido através de contratos de locação financeira, conforme evidenciado na Nota 24.2.

As alienações correspondem, essencialmente, à venda de diversos tipos de viaturas usadas que se encontravam maioritariamente depreciadas.

Os abates dizem respeito maioritariamente a contentores que já não se encontravam em condições de funcionamento.

Com a aquisição da Gerês Participações, em 31 de dezembro de 2021 encontra-se reconhecido nas contas consolidadas da SUMA um terreno detido pela subsidiária SUMA brasil no montante de 6.408.949 Euros. A gestão do Grupo tem a expectativa de que o mesmo venha a ser explorado enquanto aterro, e existem acordos firmados com um investidor nessa base, que têm subjacentes cláusulas com condições antecedentes, nomeadamente a obtenção de licenciamento.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, as propriedades de investimento incluem os terrenos localizados em Cascais, Maceira, Escandarão e Várzea. Estes terrenos não estão afetos à produção ou fornecimento de bens e serviços, encontram-se registados ao custo histórico, nos montantes de 1.647.000 Euros, 176.779 Euros, 14.863 Euros e 35.491 Euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa alienou o terreno de Lousada pelo montante 420.000,00 Euros.

Em 31 de dezembro de 2020, as propriedades de investimento incluem os terrenos localizados em Cascais, Maceira, Escandarão, Várzea e Lousada. Estes terrenos não estão afetos à produção ou fornecimento de bens e serviços, encontram-se registados ao custo histórico, nos montantes de 1.647.000 Euros, 176.779 Euros, 14.863 Euros, 35.491 Euros e 280.403 Euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a empresa alienou o terreno de 8.180 m^2, em Samora Correia, pelo montante de 350.000,00 Euros líquidos de encargos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica inclui uma fração de um imóvel arrendado a terceiros em Lisboa no montante de 11.004 Euros e 11.788 Euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	2.166.324	2.498.937
Alienações	(280.403)	(331.829)
Depreciação do exercício (Nota 32)	(783)	(783)
Saldo final	1.885.138	2.166.324

As propriedades de investimento apresentam um valor de mercado abaixo ao seu valor contabilístico, ascendendo o mesmo a, aproximadamente, 1.817.025,00 Euros, de acordo com as avaliações dos imoveis efetuadas por uma entidade independente em 2021.

10. GOODWILL

O detalhe do *goodwill* respeita à diferença de compra registada em exercícios anteriores, na aquisição de empresas subsidiárias e associadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do *goodwill* é como segue:

Entidade ou unidade geradora de caixa	Ano Aquisição	Quantia escriturada 2020	Aumentos	Amortizações do exercicio (Nota 32)	Quantia escriturada 2021
STL	2003	67.048	-	(67.048)	-
Ecolatlantica	2006	89.771	-	(6.559)	83.212
Resilei	2007	100.834	-	(21.007)	79.827
Triu	2008	2.468.722	-	(280.599)	2.188.123
Enviroil	2009	6.997.877	-	(509.830)	6.488.047
Geres	2021	-	1.883.580	(47.089)	1.836.490
		9.724.252	1.883.580	(932.133)	10.675.699

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo procedeu à aquisição dos remanescentes 57,15% da participação da Geres Participações, S.A., passando a deter a totalidade do seu capital, sendo que a mesma gerou um Goodwill cuja sua vida útil, por não se encontrar definida, foi fixada em 10 anos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	9.724.252	10.653.994
Aumentos	1.883.580	-
Amortização	(932.133)	(929.742)
Saldo final	10.675.699	9.724.252

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras que incluem goodwill, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto de 4,46%, e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2%. Para a participada Resilei, foi utilizada a taxa de desconto 4,46%, mas sem taxa de crescimento na perpetuidade e considerando projeções dos fluxos de caixa até 2041, uma vez que o aterro tem uma vida útil finita.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo não procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras que incluem goodwill, uma vez que dado o desempenho positivo das participadas não se verificaram indícios de imparidade.

Para efeito do teste de imparidade, e com base nos critérios definidos não foram identificados indícios de imparidade, pelo que o goodwill foi amortizado.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2021	Direitos contratuais	Ativo Regulatório	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	1.167.489.458	270.201	557.533	874.307	50.899.205	18.051.470	1.238.142.174
Alteração de perimetro de consolidação (Nota 7)	-	-	-	21.459	-	-	21.459
Ativo regulatório	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	12.128.421	-	-	265	24.114.493	1.534.167	37.777.346
Alienações	(2.818.641)	-	-	-	-	-	(2.818.641)
Abates	(12.167.947)	-	-	(13.171)	-	-	(12.181.118)
Outros movimentos (a)	-	-	-	884	-	-	884
Transferências	51.193.666	-	-	893.761	(53.431.027)	1.343.600	-
Saldo final	1.215.824.957	270.201	557.533	1.777.507	21.582.672	20.929.237	1.260.942.104
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	832.277.477	71.074	556.438	848.931	-	11.167.926	844.921.845
Alteração de perimetro de consolidação (Nota 7)	-	-	-	11.977	-	-	11.977
Amortizações do exercicio (Nota 32)	33.330.388	14.221	1.095	116.152	-	4.751.853	38.213.708
Alienações	(3.015.603)	-	-	-	-	-	(3.015.603)
Abates	-	-	-	(13.171)	-	-	(13.171)
Reduções	(11.542.152)	-	-	830	-	-	(11.541.322)
Atualização cambial	-	-	-	20	-	-	20
Saldo final	851.050.110	85.295	557.532	964.719	-	15.919.779	868.577.454
Ativo líquido	364.774.847	184.906	1	812.788	21.582.672	5.009.458	392.364.650

2020	Direitos contratuais	Ativo Regulatório	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	1.132.644.725	270.201	557.533	928.777	27.794.580	14.018.340	1.176.214.156
Aquisições	35.272.458	-	-	18.109	32.661.455	2.947.575	70.899.597
Alienações	(1.405.816)	-	-	(37.831)	-	-	(1.443.647)
Abates	(7.434.017)	-	-	(33.220)	-	-	(7.467.238)
Outros movimentos (a)	-	-	-	(1.527)	-	-	(1.527)
Transferências	8.412.108	-	-	-	(9.556.829)	1.085.555	(59.167)
Saldo final	1.167.489.458	270.201	557.533	874.307	50.899.205	18.051.470	1.238.142.174
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	807.270.526	56.853	464.073	882.573	-	7.222.768	815.896.792
Amortizações do exercício (Nota 32)	33.777.138	14.221	92.365	38.722	-	3.945.159	37.867.604
Alienações	(1.887.424)	-	-	-	-	-	(1.887.424)
Abates	-	-	-	(71.052)	-	-	(71.052)
Reduções	(6.882.763)	-	-	(1.312)	-	-	(6.884.075)
Saldo final	832.277.477	71.074	556.438	848.931	-	11.167.926	844.921.845
Ativo líquido	335.211.980	199.127	1.095	25.376	50.899.205	6.883.544	393.220.329

Os principais investimentos realizados no decorrer exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram os seguintes:

Algar: construção do CTTRU – Centro de Tratamento e Triagem de Resíduos Urbanos do ASB. Aquisição de equipamentos para o novo CCTRU. Aquisição de outros equipamentos e viaturas;

Amarsul: aquisição de viaturas, reforço da rede de contentores e aquisição de outros equipamentos para a compostagem e biogás;

Ersuc: conclusão da construção da célula do Aterro de Aveiro (Unidade de confinamento técnico do CITVRSU de Aveiro), substituição de prensas multimaterial para as triagens e início do investimento para a adaptação das unidades de TMB (tratamento mecânico e biológico) de Aveiro e Coimbra para o tratamento de biorresíduos de Recolha Seletiva.

Resiestrela: aquisição de 3 separadores óticos, aquisição de viaturas de transporte de resíduos e recolha porta-a-porta e aquisição de ecopontos e outros equipamentos auxiliares;

Resinorte: conclusão dos trabalhos de reabilitação e aumento da capacidade de processamento do TMB de Riba D'Ave, aquisição de Ecopontos para a Recolha Seletiva, viaturas para a transferência de resíduos e aquisição de equipamentos para o Aterro;

Resulima: conclusão da unidade de tratamento mecânico e biológico e conclusão da central de triagem automatizada;

Suldouro: beneficiação da Triagem de Sermonde e início da empreitada de encerramento do aterro de Sermonde. Aquisição de outros equipamentos para o aterro e TMB;

Valnor: aquisição de semi-reboques com piso móvel, viaturas para transporte e recolha de resíduos e eco-pontos para recicláveis;

Valorlis: aumento da capacidade de valorização orgânica do TMB para tratamento dos biorresíduos, aquisição de compositores domésticos, substituição de viaturas e equipamentos;

Valorminho: aquisição de ecopontos e contentores e outros equipamentos para beneficiação das infraestruturas;

Valorsul: construção da Estação de Transferência de Torres Vedras, reabilitação das condutas do circuito de Água da CTRSU e aquisição de outros equipamentos para a recolha seletiva e valorização orgânica.

Em 31 de dezembro de 2021, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração do teste de imparidade à participação financeira na SUMA Tratamento/EGF tiveram por base as contas reguladas previsionais parcialmente aprovadas pelo regulador (ERSAR) para o período regulatório 2022-2024, acrescidas de projeções de investimento em capex e de variação de working capital para o período 2022-2034, taxas de remuneração atualmente em vigor para a totalidade do período contratual e taxa de desconto *post-tax* de 3,73%. Com base no teste de imparidade efetuado, não foram registadas perdas por imparidade da referida participação financeira. O processo de aprovação final das CRP do período regulatório 2022-2024 encontra-se a decorrer, sendo expectável existir uma decisão até ao final do ano de 2022. Contudo, o regulador estabeleceu uma tarifa transitória para o ano de 2022, bem como aprovou TRAs a aplicar e a 1ª fase do Plano de investimentos para o período regulatório 2022-2024,

Relativamente ao Grupo EGF, salientamos que em 2020 o regulador propôs à subsidiária EGF, como forma de encontrar soluções equilibradas, sustentáveis e estáveis ao nível dos resultados das concessionárias da subsidiária EGF, num quadro de eficiência operativa, a contratação de uma entidade externa (auditor) independente que identificasse as causas das variações de resultados das empresas entre 2018 e 2019 e as quantificasse, de forma a proceder a correções aos custos operacionais de referência de 2019. Esse processo decorreu durante o ano de 2020 e 2021 com ajustes significativos a realizar em sede de CRR 2020 a 2022.

Em face dessa decisão, em 2021, a EGF desistiu das ações administrativas que existiam relativas aos períodos regulatórios 2016-2018 e 2019-2021.

Em 31 de dezembro de 2021, com base no teste de imparidade efetuado, não foram registadas perdas por imparidade para os referidos ativos intangíveis.

12. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo detém as seguintes participações financeiras em associadas:

			2021						
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Volume de negócios	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias	Total da participação no ativo
Investimentos em associadas:									
Vista Waste (a) e (b)	Luanda	49,00%	123.015.850	60.560.601	2.741.595	6.694.735	29.211.726	944.834	30.156.560
Ambilital	Santiago do Cacém	49,00%	22.212.736	17.089.180	4.843.271	251.270	8.373.698	-	8.373.698
Citrup	Maia	30,00%	16.862	(6.316)	30.755	(9.088)		-	-
Ecolezíria (c)	Almeirim	24,50%	-	-	-	-	317.481	-	317.481
Ambibatalha	Batalha	20,00%	51.590	19.543	-	(178.734)	3.909	-	3.909
Ecolife (b)	Maputo	30,00%	1.642.226	984.588	1.229.629	174.227	295.376	-	295.376
Ecoss ambiental	Brasil	34,00%	7.691.451	898.119	3.484.312	232.457	305.361		305.361
			146.939.264	78.647.597	8.845.251	6.932.410	38.202.190	944.834	39.452.384

			2020						
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Volume de negócios	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias	Total da participação no ativo
Investimentos em associadas:									
Vista Waste (a) e (b)	Luanda	49,00%	116.567.503	47.226.849	60.768.000	14.089.924	22.678.187	944.834	23.623.021
Ambilital	Santiago do Cacém	49,00%	17.845.425	14.068.621	4.254.887	335.501	6.893.624	-	6.893.624
Citrup	Maia	30,00%	46.229	2.773	88.987	(18.371)	832	-	832
Ecolezíria (c)	Almeirim	24,50%	-	-	-	-	317.481	-	317.481
Ambibatalha	Batalha	20,00%	229.704	198.777	-	(2.378)	39.755	-	39.755
Ecolife (b)	Maputo	30,00%	1.323.680	627.939	1.456.635	106.524	188.382	-	188.382
ECB SUMA (b)	Belo Horizonte	42,85%	12.012.077	2.920.391	-	(498.892)	1.251.388		1.251.388
			148.024.617	65.045.349	66.568.509	14.012.309	31.369.649	944.834	32.314.482

(a) O capital próprio desta empresa inclui prestações acessórias ou suplementares concedidas pelo Grupo.
(b) Estas empresas estão sedeadas fora de Portugal e apresentam uma divisa diferente do Euro, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. A participada ECB SUMA efetuou alteração de designação social para Geres Participações S.A..
Conforme referido na Nota 7 a SUMA adquiriu o remanescente dos 57,15% da Geres Participações, S.A., passando desta forma a deter o controlo e a consolidar.
A Ecoss é uma empresa participada da Geres Participações, S.A..

(c) Informação financeira não disponível.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não identificou indícios de imparidade relativamente às participações financeiras detidas.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2), tendo, para este efeito, sido utilizadas demonstrações financeiras das empresas, à mesma data de relato do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras - método de equivalência patrimonial" foi o seguinte:

	2021		
	Valor da participação	Prestações acessórias	Total
Saldo inicial	31.369.648	944.834	32.314.482
Aumentos	226.325	-	226.325
Diminuições	(720.863)	-	(720.863)
Dividendos atribuídos	(1.995.697)	-	(1.995.697)
Método da equivalência patrimonial	9.628.137	-	9.628.137
Saldo final	38.507.551	944.834	39.452.384

	2020		
	Valor da participação	Prestações acessórias	Total
Saldo inicial	38.010.759	944.834	38.955.593
Dividendos atribuídos	(4.377.909)	-	(4.377.909)
Método da equivalência patrimonial	(2.263.202)	-	(2.263.202)
Saldo final	31.369.648	944.834	32.314.482

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dos dividendos atribuídos foram recebidos 1.995.388 Euros e 4.377.909 Euros respetivamente, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

	2021			
	Ganhos/(perdas) imputados de associadas	Outras variações no capital próprio	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 23)	Participações financeiras
Vista Waste	3.248.763	5.144.956	-	8.393.719
Ambilital	123.122	1.492.470	-	1.615.592
Citrup	(2.726)	-	1.895	(832)
Ambibatalha	(35.847)	-	-	(35.847)
Ecolife	52.268	54.727	-	106.995
Geres	(1.289.356)	758.831	-	(530.525)
Ecoss ambiental	79.035	-	-	79.035
	2.175.260	7.450.983	1.895	9.628.137

	2020		
	Ganhos/(perdas) imputados de associadas	Outras varições no capital próprio	Participações financeiras
Vista Waste	6.829.261	(9.274.471)	(2.445.211)
Ambilital	164.395	846.592	1.010.987
Citrup	(5.511)	-	(5.511)
Ambibatalha	(476)	-	(476)
Ecolife	13.235	(37.408)	(24.174)
ECB Suma	(213.776)	(585.042)	(798.818)
	6.787.128	(9.050.330)	(2.263.202)

A rubrica "Outras variações no capital próprio" corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial de associadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos por estas. Adicionalmente, na sequência da classificação de Angola como uma economia hiperinflacionária, as demonstrações financeiras da associada Vista Waste foram ajustadas em conformidade, tendo os respetivos impactos sido registados na rubrica "Outras variações no capital próprio".

13. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Outros investimentos financeiros" tem a seguinte composição:

	2021
Saldo inicial	224.151
Aumentos/ diminuições	59.295
Saldo final	283.447

A rubrica diz respeito ao "Fundo de compensação do trabalho" sendo que em 2020 se encontrava classificado na rubrica "outros créditos a receber" das demonstrações financeiras (nota 17) no montante de 224.151 Euros, tendo sido em 2021 criada uma rubrica especifica de outros investimentos financeiros no balanço para o devido efeito. Em virtude dos valores relativos a 2020 serem imateriais no contexto das demonstrações financeiras, a classificação de 2020 não foi reexpressa no balanço.

14. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O subgrupo EGF possui um plano de pensões de "benefício definido", para com os seus antigos colaboradores, financiado através de pagamentos a fundos administrados autonomamente, para fazer face ao pagamento de complementos de reforma (velhice ou invalidez) na parte que excede as garantidas pela segurança social.

Neste plano de contribuição definida, o custo do plano de pensões é fixado à partida e permanece estável, não sendo necessário efetuar avaliações atuariais periódicas, nem fazer face a défices de financiamento.

Para o plano dos antigos colaboradores o estudo atuarial efetuado, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes pressupostos:

	2021	2020
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 79	EKV 79
Taxa anual de desconto	4,20%	4,50%
Taxa de Rendimento do fundo	-0,82%	-0,82%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades com benefícios de reforma são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial	312.217	316.583
Custo dos juros	1.903	6.214
Perdas/ (Ganhos) atuariais resultantes de alterações de pressupostos	24.373	53.881
Benefícios previstos	(80.814)	(80.814)
Alteração da taxa de desconto	1.840	16.353
Saldo final	259.519	312.217

Com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a evolução dos ativos do fundo e o resumo do fundo, foi o seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	240.702	259.136
Acerto Saldo Inicial	(4.079)	4.079
Retorno efetivo	1.432	5.013
Ganho/(perda) de rendimento	2.273	(6.829)
Contribuições da Empresa	38.429	59.317
Benefícios pagos	(62.417)	(80.014)
Saldo final	216.340	240.702

	2021	2020
Valor atual das responsabilidades passadas	259.519	312.217
Valor dos ativos do fundo	216.340	240.703
(Défice)/Superavite do fundo	(43.179)	(71.514)

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável e derrama estadual de 3%, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 25,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º- A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável foi condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos para os períodos fiscais de 2020 e 2021, anteriormente 5 anos (12 anos para os incorridos em 2014 a 2016) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável podendo ser elevada para 80% sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

A contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais, fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha em território nacional prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 90.196.488 Euros gerados no decurso de 2014 a 2021.

2021		
Exercício em que foram gerados	Montante	Data limite de utilização
2014	259.955	2028
2015	756.796	2030
2016	12.562.641	2024
2017	3.108.272	2025
2018	13.269.526	2026
2019	22.264.299	2032
2020	25.181.691	2033
2021	12.793.308	2034
	90.196.488	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 o Grupo possui prejuízos fiscais reportáveis de empresas sediadas fora do território português no montante de aproximadamente 6.478.714 Euros, sendo 5.334.792 Euros referentes ao Brasil e 1.143.922 Euros referentes à Polónia.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía prejuízos fiscais reportáveis de empresas sediadas na Polónia no montante de aproximadamente 494.173 Euros.

Em 31 de dezembro de 2021, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos até ao montante de prejuízos fiscais que a Administração espera que sejam recuperáveis.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Movimentos nos impostos diferidos:

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2021	2020	2021	2020
Provisões para outros riscos e encargos	400.733	420.481	5.039.066	4.638.005
Atualização financeira das contas a receber	127.787	125.483	-	-
Ativos fixos tangíveis	21.772	33.430	151.532	151.532
Perdas por imparidade de inventários	105.285	105.285	-	-
Perdas por imparidade de clientes	371.150	642.534	-	-
Subsídios ao investimento	-	-	11.586.741	10.613.363
Subsídios reconhecidos antecipadamente	-	-	2.063.953	2.131.145
Prejuízos fiscais reportáveis	19.631.825	14.842.821	-	-
Passivo regulatório	1.840.050	3.051.423	-	-
Ajustamento de transição - (POC/IFRS) (a)	-	-	17.573.793	18.902.903
Ajustamento de transição - subsídios	1.067.083	1.208.445	-	-
Ativos intangíveis	14.180.415	15.708.210	9.746.377	10.132.222
Desvio Tarifário	5.073.171	-	4.863.945	3.899.991
Diferimento de margens geradas internamente	25.874	25.874	-	-
Outros	162.906	3.942.618	384.702	-
Saldo regulatório	16.025	688.055	-	-
	43.024.076	40.794.659	51.410.109	50.469.161

(a) Estas diferenças temporárias resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, pelas Subsidiárias Concessionárias, por força da alteração do POC para os IFRS. Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante o período remanescente do contrato de concessão ou em 5 anos, consoante respeitem a investimento futuro ou realizado, respetivamente. As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro e do registo de subsídios.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	2021				
	Saldo inicial	Alteração de perimetro de consolidação (Nota 7)	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões para riscos e encargos	437.666	-	(36.933)	-	400.733
Atualização financeira das contas a receber	125.483	-	2.304	-	127.787
Ativos fixos tangíveis	33.430	-	(11.658)	-	21.772
Perdas por imparidade de inventários	105.285	-	-	-	105.285
Perdas por imparidade de clientes	642.532	-	(271.382)	-	371.150
Prejuízos fiscais reportáveis	14.842.820	1.746.303	3.042.701	-	19.631.825
Passivo regulatório	3.051.426	-	(1.211.375)	-	1.840.050
Ajustamentos transição - Subsidios	1.208.443	-	(141.360)	-	1.067.083
Ativos intangíveis	15.690.170	-	(1.509.755)	-	14.180.415
Diferimento de margens geradas internamente	25.874	-	-	-	25.874
Desvio tarifário	3.925.590	-	1.147.580	-	5.073.171
Outros	-	171.657	(8.751)	-	162.906
Saldo Regulatório	705.938	-	(689.913)	-	16.025
	40.794.659	1.917.960	311.457	-	43.024.076
Passivos por impostos diferidos					
Ajustamento de transição - (POC/IFRS) (a)	18.902.903	-	(1.329.110)	-	17.573.793
Ativos fixos tangíveis	151.532	-	-	-	151.532
Subsídio ao investimento	10.613.363	-	(679.583)	1.652.962	11.586.741
Subsídios reconhecidos antecipadamente	2.131.145	-	(67.192)	-	2.063.953
Provisão	4.638.004	-	401.061	-	5.039.066
Desvio tarifário	3.899.991		963.954	-	4.863.945
Outros	-	384.667	35	-	384.702
Justo valor dos ativos intangíveis	10.132.223	-	(385.846)	-	9.746.377
	50.469.161	384.667	(1.096.680)	1.652.962	51.410.109

	2020			
	Saldo inicial	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões para riscos e encargos	543.091	(122.610)	-	420.481
Atualização financeira das contas a receber	105.650	19.832	-	125.483
Ativos fixos tangíveis	33.430	-	-	33.430
Perdas por imparidade de inventários	74.852	30.433	-	105.285
Perdas por imparidade de clientes	207.814	434.720	-	642.534
Prejuízos fiscais reportáveis	9.136.198	5.706.623	-	14.842.821
Passivo regulatório	4.061.570	(1.010.148)	-	3.051.423
Ajustamentos transição - Subsidios	1.341.592	(133.147)	-	1.208.445
Ativos intangíveis	17.984.651	(2.276.440)	-	15.708.210
Diferimento de margens geradas internamente	51.882	(26.008)	-	25.874
Outros	3.001.740	940.878	-	3.942.618
Saldo Regulatório	1.086.085	(398.030)	-	688.055
	37.628.555	3.166.104	-	40.794.659
Passivos por impostos diferidos				
Ajustamento de transição - (POC/IFRS) (a)	20.188.027	(1.285.124)	-	18.902.903
Ativos fixos tangíveis	695.919	(544.386)	-	151.532
Subsídio ao investimento	7.731.310	(124.301)	3.006.354	10.613.363
Subsídios reconhecidos antecipadamente	2.681.837	(356.412)	(194.280)	2.131.145
Provisão	5.071.395	(433.390)	-	4.638.004
Desvio tarifário	144.384	3.755.607	-	3.899.991
Justo valor dos ativos intangíveis	9.790.601	341.621	-	10.132.222
	46.303.472	1.353.614	2.812.075	50.469.161

A dezembro de 2017, foi obtido a resposta do pedido de informação vinculativo submetido à Administração Tributária pela subsidiária EGF como representante das concessionárias, relativo à dedução fiscal do desreconhecimento dos ativos não afetos à BAR, o que originou a correção do prejuízo fiscal reportável referente ao exercício de 2016, passando parte substancial dos ativos desreconhecidos na sequência da alteração do modelo regulatório, a ser recuperados no futuro através da sua amortização fiscal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as diferenças temporárias denominadas "Ajustamentos de transição" resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, por força da alteração do POC para os IFRS (sendo que posteriormente o Grupo passou a adotar o SNC). Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante os períodos remanescentes dos contratos de concessão.

As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro (conforme modelo regulatório em vigor até 31 de dezembro de 2015) e do registo de subsídios ao investimento em capital próprio.

b) Reconciliação da taxa de imposto:

	2021	2020
Resultado antes de impostos	28.876.161	14.197.542
Taxa nominal de imposto	25,50%	25,50%
Imposto esperado	7.363.421	3.620.373
Diferenças permanentes (i)	(1.855.711)	830.878
Diferença temporária	-	39.219
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido	17.872	(124.127)
Impactos resultantes do PIV	(894.630)	911.039
Benefícios fiscais	(20.912)	(89.732)
Constituição / (utilização) de prejuízos fiscais reportáveis	210.954	(3.449.569)
Reversão da provisão da Amarsul	-	(758.518)
Derrama estadual	64.592	41.763
Tributação autónoma (ii)	576.348	444.078
(Excesso)/insuficiência de estimativa imposto	(185.655)	(107.614)
	5.276.279	1.357.791
Imposto corrente (Nota 15)	6.653.467	3.277.894
(Excesso)/insuficiência de estimativa imposto	29.602	(107.614)
Pagamento especiais por conta não recuperáveis	1.346	-
Imposto diferido gerado no exercício	(1.408.137)	(1.812.490)
	5.276.279	1.357.791
Taxa efetiva de imposto	18%	10%

(i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Despesas não documentadas e outros encargos	532.883	205.121
Créditos incobráveis	800.609	232.701
Provisões não dedutíveis	(76.301)	(447.271)
Mais-valias com/ sem intenção de reinvestir	(67.437)	56.285
Correções relativas a exercícios anteriores	256.259	643.158
Multas e outras penalidades	23.073	12.596
Imparidade/Amortização do *Goodwill*	959.326	961.429
Mais-valias/Menos-valias contabilísticas	(4.486)	(258.374)
(Ganhos) / perdas imputados de associadas (Nota 12)	(2.175.260)	(6.787.128)
Beneficios fiscais	(793.570)	(930.134)
Depreciações não aceites como gasto	2.808	39.000
Outros líquidos	(6.735.205)	9.530.961
	(7.277.300)	3.258.345
Taxa nominal de imposto	25,50%	25,50%
Diferenças permanentes	(1.855.711)	830.878

16. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários têm a seguinte composição:

	2021			2020		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Mercadorias	-	-	-	114	-	114
Produtos acabados	1.374.837	-	1.374.837	1.878.269	-	1.878.269
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.863.919	(412.883)	2.451.036	2.240.706	(412.883)	1.827.823
Materiais Diversos	10.256	-	10.256	419	-	419
	4.249.012	(412.883)	3.836.129	4.119.508	(412.883)	3.706.625

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	114	2.241.125	2.241.239	114	2.241.125	2.241.239
Compras	-	22.436.779	22.436.779	6.597.380	10.942.067	17.539.447
Regularizações	-	36.232	36.232	(6.169)	(17.622)	(23.791)
Saldo final	-	(2.874.175)	(2.874.175)	(114)	(2.241.125)	(2.241.239)
	114	21.839.961	21.840.075	6.591.211	10.924.445	17.515.656

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas com partes relacionadas ascendeu a 7.259.830 Euros e 10.460 Euros respetivamente (Nota 26). O custo referente às mercadorias, deve-se essencialmente à recolha dos resíduos recicláveis subcontratados à Câmara Municipal de Lisboa, pelo montante de 75% do valor obtido pela subsidiária Valorsul através da venda daqueles às empresas, Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Electrão.

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Saldo inicial	(1.878.269)	(1.766.975)
Regularizações de inventário	3.952	(3.693)
Saldo final	1.374.837	1.878.269
Variação dos inventários da produção	(499.480)	107.601

Perdas por imparidade:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento nas perdas por imparidade de inventários foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	412.883	293.538
Aumento de perdas por imparidade	-	119.345
Saldo final	412.883	412.883

17. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas “Clientes” e “Outros créditos a receber” têm a seguinte composição:

2021	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Clientes, não corrente:					
Gerais	1.825.129	(30.421)	-	-	1.794.708
Outros créditos a receber, não corrente:					
Desvio tarifário	12.487.023	-	-	-	12.487.023
Diferimento de tarifa (a)	5.828.075	-	-	-	5.828.075
Outros devedores	79.626				79.626
Outros devedores - Partes relacionadas (Nota 26)	44.471	-	-	-	44.471
	18.439.195	-	-	-	18.439.195
	20.264.324	(30.421)	-	-	20.233.903
Clientes, conta corrente:					
Gerais	55.149.400	(12.814.099)	(487.806)	(547.026)	41.300.469
Partes relacionadas (Nota 26)	38.224.466	-	(20.100)	-	38.204.366
	93.373.866	(12.814.099)	(507.906)	(547.026)	79.504.835
Outros créditos a receber, conta corrente:					
Outros devedores gerais	4.882.142	(610.179)	-	(1.447.924)	2.824.039
Outros devedores gerais - Partes relacionadas (Nota 26)	1.016.477	-	-	-	1.016.477
Subsidios a receber	5.943.670	-	-	-	5.943.670
Adiantamentos por conta de investimentos	2.113.742	-	-	-	2.113.742
Desvio tarifário	14.754.878	-	-	-	14.754.878
Devedores por acréscimos de rendimentos - Partes relacionadas (Nota 26)	465	-	-	-	465
Devedores por acréscimos de rendimentos - Outros	7.930.548	-	-	-	7.930.548
	36.641.922	(610.179)	-	(1.447.924)	34.583.819
	150.280.112	(13.454.699)	(507.906)	(1.994.950)	134.322.557

2020	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Clientes, não corrente:					
Gerais	2.346.383	(50.200)	-	-	2.296.183
Outros créditos a receber, não corrente:					
Desvio tarifário	3.737.556	-	-	-	3.737.556
Diferimento de tarifa (a)	5.726.733	-	-	-	5.726.733
Outros devedores	(187.271)				(187.271)
Outros devedores - Partes relacionadas (Nota 26)	1.718.771	-	-	-	1.718.771
	10.995.790	-	-	-	10.995.790
	13.342.173	(50.200)	-	-	13.291.973
Clientes, conta corrente:					
Gerais	53.922.034	(13.000.059)	(495.114)	(4.253.496)	36.173.365
Partes relacionadas (Nota 26)	32.936.992	(184.582)	-	-	32.752.410
	86.859.026	(13.184.641)	(495.114)	(4.253.496)	68.925.775
Outros créditos a receber, conta corrente:					
Outros devedores gerais	5.915.837	-	-	(1.447.924)	4.467.913
Outros devedores gerais - Partes relacionadas (Nota 26)	2.783.240	-	-	-	2.783.240
Subsidios a receber	5.999.881	-	-	-	5.999.881
Adiantamentos decorrentes da cessão de créditos	12.970	-	-	-	12.970
Adiantamentos por conta de investimentos	43.916	-	-	-	43.916
Diferimento de tarifa (a)	1.759.799	-	-	-	1.759.799
Desvio tarifário	13.034.993	-	-	-	13.034.993
Devedores por acréscimos de rendimentos - Partes relacionadas (Nota 26)	261	-	-	-	261
Devedores por acréscimos de rendimentos - Outros	6.787.187	-	-	-	6.787.187
	36.338.084	-	-	(1.447.924)	34.890.160
	136.539.283	(13.234.841)	(495.114)	(5.701.420)	117.107.908

a) Este montante decorre da diferença do valor da tarifa deliberada pela ERSAR, face ao valor faturado em 2016 pela subsidiária Valnor. Em junho de 2017, foi aceite pela ERSAR a proposta efetuada pela subsidiária Valnor com acordo dos municípios, recuperar o acréscimo tarifário do primeiro período regulatório até 2024, daí ter sido parte do saldo classificado como não corrente. Em abril de 2019 a ERSAR

aceitou estender o acordo de tarifas até 2027, ou seja, aceitou que o saldo regulatório criado pelo acordo seja liquidado até à data mencionada.

A rubrica de "Subsídios a receber", diz essencialmente respeito a candidaturas do PO-SEUR, relativo ao investimento realizado durante os exercícios de 2021 e 2020. Durante 2021 o Grupo reconheceu o montante de 11.584.163 Euros relativos a subsídios ao investimento (Nota 16), tendo à data de 31 de dezembro de 2021 efetuado pedidos de subsídios no montante de 5.904.570 Euros que à data se encontram por receber. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi recebido o montante de 11.665.741 Euros, relativo a subsídios ao investimento. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi recebido o montante de 21.448.848 Euros. À data de 31 de dezembro de 2020 encontravam-se pedidos 5.999.881 Euros de subsídios.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as perdas por imparidade em dívidas a receber, apresentavam o seguinte movimento:

	2021	2020
Saldo inicial	13.234.841	11.646.073
Alteração no perímetro de consolidação	449.228	-
Aumentos	1.173.199	3.847.665
Reversões	(685.745)	(1.825.793)
Utilizações	(716.824)	(433.104)
Saldo final	13.454.699	13.234.841

Em 31 de dezembro de 2021, encontra-se constituída uma perda por imparidade no montante aproximado de 6.000.000 Euros referente ao valor da comparticipação financeira devida pela Sociedade Ponto Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A. ("SPV") às concessões das subsidiárias do Sub grupo EGF, pelo acréscimo de custos com a recolha e triagem de determinados resíduos entregues para reciclagem, que aquela entidade não se reconhece como devedora. No entendimento do Grupo, existem responsabilidades legais e/ou construtivas assumidas por aquela entidade, quer com o Grupo, quer com os organismos públicos responsáveis pelo Ambiente, que vinculam a SPV no pagamento daqueles montantes, razão pela qual as concessionárias a 14 de junho de 2017 apresentaram um litígio consórcio consolidado, no intuito de cobrar aqueles montantes. No entanto, em face do não reconhecimento da dívida parte da SPV e pelo facto da cobrança daqueles valores não ser certa, o Grupo decidiu constituir uma perda por imparidade para fazer face àqueles valores.

Em 2020 o reforço registado em imparidades, deveu-se essencialmente às embalagens secundárias que a Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Electrão, recusaram-se a pagar e que estão em discussão com estas entidades e com a ERSAR e a reversão foi referente ao IVA da imparidade da SPV.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de atualização financeira das contas a receber de clientes:

	2021	2020
Saldo inicial	495.114	413.002
Aumentos/Reduções (Nota 31)	12.793	82.112
Saldo final	507.906	495.114

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de rendimentos a reconhecer das contas a receber de clientes e de outras contas a receber:

	2021	2020
Saldo inicial	5.701.420	5.672.739
Aumentos /(diminuições)	(433.795)	34.566
Reconhecimento em resultados	(3.272.676)	(5.885)
Saldo final	1.994.950	5.701.420

O reconhecimento em resultados corresponde essencialmente a juros de mora e de prestação de serviços, no montante de 3.224.753,73 Euros, decorrente de decisão favorável do Tribunal Administrativo e Fiscal de

Sintra referente ao diferendo existente entre o Grupo e a Câmara Municipal de Cascais.

Os rendimentos a reconhecer correspondem a juros de mora debitados a clientes pelos atrasos ocorridos na liquidação dos montantes anteriormente faturados por serviços prestados e por prestações de serviços efetuadas. O reconhecimento em resultados daqueles montantes ocorre no momento em que são pagos pelos clientes (Nota 3.18), adicionalmente, esta rubrica também inclui reconhecimento de prestações de serviços que se encontravam até então diferidas.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2021		2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC:				
Pagamentos por conta	-	(3.227.567)	-	(1.463.279)
Pagamento especial por conta	-	(8.977)	-	(5.712)
Estimativa de imposto (Nota 15)	-	6.600.949	-	3.277.895
Retenções na fonte	-	(258.766)	-	(654.737)
Outros	-	(752.775)	-	1.234.111
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	766.082	-	627.625
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")	4.360.220	-	5.315.026	-
IVA - reembolsos solicitados	503.213	-	190.167	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.988.861	-	1.686.185
Taxa de Gestão de Resíduos (a)	-	37.402.919	-	26.617.116
Outros impostos	92.104	462.963	72.785	124.174
	4.955.537	42.973.689	5.577.978	31.443.378

a) Taxa de gestão de resíduos corresponde a valores faturados a clientes das empresas do subgrupo EGF, e que serão devolvidos à Agência Portuguesa do Ambiente ("APA"), e cujo valor aumentou de 11€/tonelada para 22€/tonelada no 2º semestre de 2021, o que justifica em parte o aumento verificado neste passivo comparativamente a 2020.

19. DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas do ativo e passivo de "Diferimentos", têm a seguinte composição:

Natureza	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não Corrente:				
Desvio tarifário de 2021 - anual	-	17.881.632	-	-
Desvio tarifário de 2020 - anual	-	-	-	21.496.962
Desvio tarifário de 2020 - Bar 2016-2018	-	-	-	1.250.396
Desvio tarifário de 2020 - ajustamento custos referência	-	-	-	(7.702.573)
	-	17.881.632	-	15.044.785
Corrente:				
Saldo regulatório	208.613	-	-	-
Tarifas - novo regulamento tarifário (a)	-	-	-	2.815.972
Desvio tarifário de 2017	-	64.395	-	64.394
Desvio tarifário de 2018	-	321.565	-	321.566
Desvio tarifário de 2019 - anual	-	680.031	-	2.269.109
Desvio tarifário de 2019 - Bar 2016-2018	-	-	-	637.506
Desvio tarifário de 2019 - ajustamento custos referência	-	-	-	(1.456.656)
Desvio tarifário de 2020 - anual	-	4.106.083	-	-
Diferimento de tarifas - novo regulamento tarifário (a)	-	1.000.983	-	-
Seguros pagos antecipadamente	3.291.839	-	2.002.518	793
Outros	4.399.212	1.019.700	3.089.683	1.428.994
	7.899.664	7.192.757	5.092.201	6.081.678

(a) Este montante respeita à diferença entre o valor da tarifa deliberada pela ERSAR e o valor da tarifa faturada em 2016, com o acordo dos Municípios na subsidiária Valorsul.

Os montantes relativos ao desvio tarifário, decorrem da diferença entre a tarifa deliberada pela ERSAR face aos montantes de proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados pelas concessões do Sub-grupo EGF.

20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital era composto por duzentas e cinquenta mil ações (Nota 36) com o valor nominal de cinquenta Euros cada, totalmente realizado. O capital subscrito é detido por:

Empresas	%	Montante
Mota-Engil Ambiente e Serviços, S.G.P.S., S.A. ("MEAS")	61,5%	7.687.500
Urbaser (entidade sedeada em Espanha e inserida no Grupo ACS)	38,5%	4.812.500
		12.500.000

21. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A informação relevante das rubricas do capital próprio, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

Prémios de emissão de ações: O valor registado nesta rubrica, resulta do ágio obtido no aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica corresponde ao efeito dos ajustamentos de conversão cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial das associadas detidas em moeda estrangeira e aos efeitos nas associadas do registo de subsídios do Governo. Adicionalmente, inclui o efeito da conversão dos ativos e passivos detidos em moeda estrangeira dos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras da Sucursal em Omã.

O seu detalhe desta rúbrica é conforme segue:

	2021	2020
Saldo inicial	3.317.560	3.927.444
Equivalência patrimonial (Nota 12)	7.450.983	(9.050.330)
Subsidios liquidos de impostos diferidos (a)	1.970.043	5.415.144
Goodwill de aquisição da Gerês	838.620	-
Reclassificação lucros não distribuidos	2.171.945	4.349.752
Outras variações	670.105	(1.324.450)
Saldo final	16.419.255	3.317.560

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

(a) Subsídios do Governo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os subsídios ao investimento obtidos pelo Grupo foram registados em capital próprio e detalham-se como segue:

	2021				
	Saldo inicial	Constituição	Reconhecimento	Reclassificação	Saldo final
Triu	1.816	-	(1.897)	427	345
Correia & Correia	58.320	-	(11.644)	2.620	49.296
Enviroil II	1.142.203	-	(105.910)	23.830	1.060.122
EGF	46.424.966	11.584.163	(4.423.169)	-	53.585.960
	47.627.304	11.584.163	(4.542.621)	26.877	54.695.723

	2020				
	Saldo inicial	Constituição	Reconhecimento	Reclassificação	Saldo final
Triu	3.286	-	(1.897)	427	1.816
Correia & Correia	67.344	-	(11.644)	2.620	58.320
Enviroil II	428.498	1.372.288	(451.378)	(207.205)	1.142.203
EGF	32.613.670	18.356.004	(4.544.708)	-	46.424.966
	33.112.798	19.728.292	(5.009.628)	(204.158)	47.627.304

	2021	2020
Subsidios	7.041.542	14.718.664
Passivos por Impostos Diferidos	(1.640.817)	(3.359.763)
	5.400.725	11.358.901
Detentores do capital da empresa:		
Subsidios	2.832.993	7.179.250
Passivos por Impostos Diferidos	(862.949)	(1.764.106)
Interesses que não controlam	3.430.681	5.943.757
	5.400.725	11.358.901

Aplicação de resultados de 2020: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 14 de junho de 2021, foi decidida a aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de 13.241.014,92 Euros para resultados transitados.

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa.

Aplicação de resultados de 2019: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 03 de junho de 2020, foi decidida a aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de 7.425.253,37 Euros para resultados transitados.

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa.

Proposta de Aplicação de Resultados de 2021

Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras consolidadas do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2021, no montante de 12.897.243 Euros, seja aplicado em Reservas livres.

O resultado líquido do exercício de 2021 já contempla a distribuição de resultados aos colaboradores, no montante de 200.000,00 Euros.

22. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os interesses que não controlam têm a seguinte composição:

	Balanço		Demonstração dos resultados	
	2021	2020	2021	2020
Agir	(15.867)	(12.813)	(3.055)	(4.626)
Enviroil	5.364.548	5.128.183	938.791	610.620
Subsidiárias da Novaflex	46.657	133.335	(15.579)	638
Resilei	1.406.581	1.643.704	326.581	563.704
Rima	123.757	109.845	48.821	36.747
Siga	48.977	45.860	3.117	14.770
Suma Macau	(10.637)	(10.593)	743	(942)
Ecovision	(1.082.419)	(1.537.711)	559.455	(392.075)
Brasil	83.562	-	41.036	-
SBE	(628)	(390)	(201)	(3.125)
Suma Tratamento	(708.408)	(2.137.857)	870.156	(978.256)
Subsidiárias da suma Tratamento	75.311.667	66.394.086	7.932.773	(248.720)
	80.567.791	69.755.650	10.702.639	(401.264)

O movimento ocorrido em interesses minoritários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	69.755.649	62.158.374
Resultado do exercício	10.702.639	(401.264)
Outras variações:		
Atribuição de dividendos	(1.219.609)	(511.718)
Subsidios	3.430.681	5.943.757
Outros	(2.101.570)	2.566.501
	109.502	7.998.540
	10.812.141	7.597.275
Saldo final	80.567.791	69.755.649

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram atribuídos dividendos a interesses que não controlam nos montantes de 1.219.609 Euros e 511.718 Euros, respetivamente.

23. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

2021							
	Saldo inicial	Alteração perimetro consolidação	Aumentos	Reversões	Utilizações	Outros	Saldo final
Processos judiciais em curso	737.166	-	103.665	(74.582)	(15.014)	-	751.234
Provisões para matérias ambientais	7.319.184	-	724.317	-	-	-	8.043.501
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 12)	-	-	-	-	-	1.895	1.895
Outros riscos e encargos	2.193.618	3.187	323.568	(412.534)	(89.035)	-	2.018.803
	10.249.968	3.187	1.151.549	(487.116)	(104.050)	1.895	10.815.432

2020							
	Saldo inicial	Reclassificações	Aumentos	Reversões	Utilizações	Outros	Saldo final
Processos judiciais em curso	790.746	-	-	(53.580)	-	-	737.166
Provisões para matérias ambientais	6.179.710	-	1.139.474	-	-	-	7.319.184
Outros riscos e encargos	3.606.500	(767.601)	695.683	(694.115)	(646.849)	-	2.193.618
	10.576.957	(767.601)	1.835.157	(747.695)	(646.849)	-	10.249.968

As provisões registadas na rubrica "Processos judiciais em curso" destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, constituídas com base na opinião dos advogados e na experiência histórica desses tipos de litígios.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Os montantes registados na rubrica "Matérias ambientais" correspondem a provisões para fazer face à selagem e monitorização de aterros, sendo registados em função da quantidade de resíduos depositados no aterro.

Os montantes registados na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" correspondem essencialmente a provisões registadas para fazer face a rescisões de contratos de trabalho, decorrente da obrigação legal em indemnizar, no final dos contratos de prestações de serviços celebrados com os diversos Municípios, os colaboradores que se encontram a exercer funções no âmbito desses contratos, por força da extinção do seu posto de trabalho. As reversões registadas prendem-se com a renovação e extensão de contratos de prestação de serviços.

Em 2008, na sequência de um concurso internacional para a "recolha de resíduos sólidos municipais nas zonas de alta densidade da cidade de Maputo", a subsidiária EGF constituiu um agrupamento complementar de empresas ("ACE") com a empresa local Neoquímica Moçambique Limitada, denominado EGF/Neoquímica, o qual é detido em 75% pela subsidiária EGF e 25% pela empresa local. Para o desenvolvimento deste contrato, o ACE prestou serviços de recolha indiferenciada na cidade de Maputo, por um prazo de cerca de 36 meses. Embora este contrato tenha terminado em outubro de 2011, ainda não foi possível concluir o processo de extinção desta sociedade, em resultado da liquidação de todos os seus ativos e passivos. Tendo em consideração o desenrolar do negócio e as perspetivas de potencial prejuízo, todos os saldos relacionados com este contrato encontram-se provisionados na rubrica de outros riscos e encargos, no montante de 357.329 Euros.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram reversões no montante de 74.582 Euros a processos judiciais em curso.

24. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte composição:

	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos	173.238.710	83.042.479	170.055.685	109.738.648
Locações financeiras	43.061.143	13.848.048	41.398.895	5.902.979
	216.299.853	96.890.527	211.454.580	115.641.627

24.1. Empréstimos

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte composição:

	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimo obrigacionista	11.375.000	1.625.000	-	-
Empréstimos bancários	159.363.710	37.631.327	165.055.685	37.272.678
Empréstimo papel comercial	2.500.000	13.500.000	5.000.000	23.000.000
Descobertos bancários	-	8.343.923	-	34.757.041
Contas-correntes caucionadas	-	16.860.047	-	3.100.000
Factoring	-	5.000.000	-	11.444.566
Outros empréstimos obtidos	-	82.182	-	164.363
	173.238.710	83.042.479	170.055.685	109.738.648

De acordo com os contratos de financiamento celebrados, os empréstimos bancários, têm o seguinte plano de reembolso:

	2021	2020
2021	-	37.272.678
2022	37.631.327	37.272.678
2023 e seguintes	159.363.710	127.783.007
	196.995.037	202.328.363

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os empréstimos bancários vencem juros no intervalo de taxas entre 2,75% a 3,75%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa contraiu um financiamento junto de um Sindicato liderado pelo BPI, contratado no âmbito da aquisição da EGF, no total de 70.000.000,00 Euros, tendo sido desembolsado até 31 dezembro 2017 o valor de 68.750.885,81 Euros como crédito inicial e parte do crédito Subsequente.

O empréstimo teve como objetivo apoiar a SUMA Tratamento (empresa subsidiária) na aquisição da EGF e tem amortização semestral desde maio de 2016. Adicionalmente, A Empresa assumiu compromissos financeiros (*Covenants)* associados, nomeadamente, a dívida financeira líquida/EBITDA, rácio de cobertura do serviço da dívida e, bem assim, procedeu-se à emissão de cartas de conforto. A dívida a este Sindicato encontra-se líquida dos encargos financeiros pagos à data de celebração do contrato.

Acresce referir que em virtude da SUMA não cumprir com o *covenant* relativo ao rácio de cobertura do serviço da dívida, em dezembro de 2021, a Empresa obteve uma carta do BPI referente à renúncia ao direito de os bancos do sindicato declararem antecipadamente vencidos os créditos emergentes do contrato. Os restantes *covenants* estão em cumprimento em 31 de dezembro de 2021.

Decorrente do contrato de financiamento para a aquisição de 95% da EGF, por parte da SUMA Tratamento, celebrado em 5 de novembro de 2014, a referida Empresa assumiu determinadas responsabilidades e *covenants*, os quais estão a ser cumpridos. No âmbito daquele financiamento, o *covenant* a cumprir, corresponde ao "Rácio da cobertura do serviço da dívida" determinado a partir das demonstrações financeiras consolidadas, de cujo eventual incumprimento, poderá decorrer a faculdade à instituição financeira de solicitar o reembolso antecipado dos financiamentos e/ou alteração das condições dos financiamentos anteriormente acordados, caso não sejam concretizadas as medidas de remediação.

Adicionalmente, a SUMA, a SUMA Tratamento e a EGF, não devem deixar de deter diretamente ou indiretamente as atuais percentagens de capital na SUMA Tratamento, na EGF e nas concessionárias, respetivamente.

No âmbito daquele financiamento, os covenants a cumprir correspondem ao "Rácio da dívida remunerada líquida/EBITDA" e "EBITDA/Juros vencidos" ao nível das demonstrações financeiras consolidadas da EGF os quais não devem exceder os parâmetros de 2,5 e 4,5, respetivamente e ainda ao "Rácio da dívida remunerada líquida/BAR" ao nível das demonstrações individuais das concessionárias o qual não deve exceder os parâmetros entre 0,75 e 1,5. Em caso de eventuais incumprimentos, poderá decorrer a faculdade à instituição financeira de solicitar o reembolso antecipado dos financiamentos e/ou alteração das condições dos financiamentos anteriormente acordados.

O Conselho de Administração entende que não existe qualquer incumprimento das obrigações decorrentes do *Facility Agreement* anteriormente referido, quer quanto à manutenção das principais participações sociais nas empresas subsidiárias, quer de *covenants* financeiros.

Adicionalmente, como garantia do integral cumprimento destes financiamentos, a SUMA Tratamento subscreveu livranças em branco e assumiu o penhor das ações detidas sobre o capital da subsidiária EGF, a favor do sindicato bancário liderado pelo BPI.

Para o empréstimo obrigacionista subscrito pelo Montepio Geral a SUMA assumiu Covenants associados, nomeadamente, o *negative pledge* e *cross default*.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente, como garantia para diversos financiamentos existem diversas livranças em branco subscritas, assim como garantias autónomas das Sociedades de Garantias Mútuas (Garval e Lisgarante).
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as contas-correntes caucionadas vencem juros no intervalo de taxas entre 2% e 3,25%, e são passíveis de ser renovadas por períodos sucessivos de três, seis meses e doze meses até denúncia por uma das partes. Adicionalmente, como garantia do integral cumprimento destes financiamentos, a Empresa subscreveu livranças em branco.

Em 2018 com a aquisição do Banco Popular pelo Santander Totta, o Descoberto Grupado Popular e a CCC Agrupada Santander foram revertidos para um Descoberto Grupado do Santander com efeitos a partir de 04 de maio de 2018 no valor e limite máximo e global de 13.100.000,00 Euros entre as empresas SUMA, SUMA Matosinhos, SUMA Porto, Siga, Rima, Triu e Triaza.

O descoberto bancário concedido pelo BPI, é um financiamento agrupado, com data de vencimento em abril de 2022, possível de ser renovado automaticamente por períodos sucessivos de seis e doze meses, sendo que em 2021 a Empresa tinha utilizado esta linha de crédito no montante de 1.209.309,73 Euros e em 2020 não tinha utilizado. Adicionalmente, as empresas do Grupo SUMA assumem, de forma solidária, a responsabilidade pelo cumprimento deste financiamento. Ao abrigo deste contrato de financiamento, as empresas obrigaram-se a manter a atual estrutura acionista.

Os restantes descobertos bancários são passíveis de serem renovados por períodos sucessivos de seis e doze meses, tendo sido dados como garante do seu integral cumprimento a subscrição de livranças em branco.

Para o papel comercial com a CGD e o Millennium BCP, o Grupo assumiu Covenants associados aos *negative pledge* e *Net Debt/EBITDA*, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo tinha *plafonds* de crédito aprovados e não utilizados nos montantes de, aproximadamente, 45,5 milhões de Euros e 34 milhões de Euros, respetivamente (Nota 37).

24.2. Locações

Locações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2021			2020		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Direito de Utilização de Infraestruturas	37.680.603	7.467.296	30.213.307	34.729.291	4.725.285	30.004.006
Edifícios e outras construções	1.829.203	1.037.456	791.747	1.829.203	952.331	876.872
Equipamento básico	1.810.487	785.751	1.024.736	1.744.002	602.162	1.141.840
Equipamento de transporte	27.361.127	8.743.384	18.617.743	22.912.419	6.812.532	16.099.887
Outros ativos tangíveis	396.943	226.672	170.271	488.193	163.301	324.892
	69.078.363	18.260.559	50.817.804	61.703.108	13.255.611	48.447.497

O Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados com a aquisição, essencialmente, de viaturas de transporte, diversos equipamentos de lavagem e gruas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades do Grupo por rendas vincendas de locação financeira, incluindo capital e juros, ascendem a 57.494.283 Euros e 47.902.624 Euros, respetivamente, e vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	13.848.047	245.520	14.093.567	5.902.979	165.241	6.068.220
Entre 1 ano e 5 anos	43.061.144	339.572	43.400.716	41.398.895	435.509	41.834.404
	56.909.191	585.092	57.494.283	47.301.874	600.750	47.902.624

Locações operacionais:

O Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com aquisição, essencialmente, de viaturas ligeiras.

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2021	2020
Até 1 ano	251.221	182.949
Entre 1 e 5 anos	192.046	184.698
	443.267	367.647

25. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Fornecedores", tem a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores, não conta corrente:		
Gerais	184.478	-
Partes relacionadas (Nota 26)	23.864	-
	208.342	-
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	31.840.687	27.152.787
Partes relacionadas (Nota 26)	8.252.946	6.869.657
Faturas em receção e conferência	734.746	619.318
	40.828.379	34.641.762

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outras dívidas a pagar", tem a seguinte composição:

	2021	2020
Outras dívidas a pagar, não corrente:		
Passivo Regulatório (a)	2.798.211	6.613.637
Fornecedores de investimento	-	297.541
Outros credores	239.384	25.006
Acionistas (Nota 26)	8.240.000	8.240.000
	11.277.595	15.176.184
Outras dívidas a pagar, corrente:		
Fornecedores de investimento	15.564.344	26.127.080
Partes relacionadas (Nota 26)	135.648	-
Adiantamentos de clientes	-	731
Acionistas (Nota 26)	1.018.716	432.656
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	14.291.333	11.781.365
Fornecimentos e serviços externos	1.030.941	938.721
Juros a liquidar de financiamentos	531.093	312.003
Gratificações de balanço / prémios ao pessoal (Nota 21)	200.000	200.000
Partes relacionadas (Nota 26)	2.037	204.816
Outros	4.135.711	5.866.900
Passivo Regulatório (a)	3.979.525	6.880.875
Outros credores gerais	4.259.231	4.344.536
Partes relacionadas (Nota 26)	5.205.752	5.013.089
	50.354.331	62.102.772

(a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nesta rubrica foi conforme segue:

	2021	2020
Saldo Inicial	13.494.512	22.096.570
Utilização	(6.716.777)	(8.602.058)
Saldo Final	6.777.735	13.494.512

O montante utilizado do Passivo Regulatório decorreu do facto de em determinadas concessionárias ter-se verificado uma variação anual das tarifas superior a 2 % dos proveitos anualmente permitidos (Nota 3.19).

26. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas mais relevantes para o Grupo pertencem ao Grupo SUMA e Grupos EGF, nomeadamente, a SUMA e a EGF, sendo também consideradas partes relacionadas todos os seus acionistas, administradores / gerentes e pessoal-chave da gestão e empresas por si controladas ou com influência significativa, bem com as empresas pertencentes aos Grupos Mota-Engil e Urbaser.

Acionistas:

Conforme mencionado na Nota 20, a Empresa é detida em 61,5% pelo Grupo Mota-Engil, e em 38,5% pela Urbaser (entidade sedeada em Espanha e inserida no Grupo ACS).

Pessoal-chave da gestão

Atendendo à estrutura de governação da Empresa e ao processo de tomada de decisão, a Empresa apenas considera "pessoal-chave da gestão" o Conselho de Administração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Conselho de Administração auferiu a remuneração de 417.195,92 Euros e 372.252,89 Euros, respetivamente (Nota 29).

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2021										
Partes relacionadas	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal (Nota 29)	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Águas de S. João e M, S.A.	-	-	-	542	-	-	-	4.957	-	-
Agrimota	-	-	-	-	116	32.215	-	-	-	-
Ambiohão EM	-	-	-	-	-	-	-	1.076.904	-	-
Aqualevel	-	-	-	810	-	-	-	64.663	-	-
Ascendi IGI	-	-	-	-	-	-	-	49.891	-	-
Ascendi Operadora DI	-	-	-	-	-	-	-	685	-	-
Ascendi Operadora BLA	-	-	-	-	-	2.082	-	-	-	-
Ascendi O&M, S.A.	-	-	-	176	-	-	-	-	-	-
APIN -E.I.A. PINHAL INTER.EIM, S.A.	-	-	-	1.554	-	90	-	751.531	-	-
Biosmart, S.A	-	-	-	60.000	-	-	-	5.107	-	-
Carlos Augusto P.Santos & Fil.,Lda	230.224	-	-	12.000	-	-	-	5.155	-	-
Ecolezíria	-	-	-	53	-	-	-	344.121	-	-
Equimetra,SA	-	-	-	2.625	-	-	-	3.877	-	-
Ecopaint, SA	-	-	-	-	-	-	-	1.234	-	-
Eco Eburnie	-	-	-	-	-	-	-	31.277	-	-
Ecoss Ambiental	-	-	-	-	47.973	15.749	-	-	-	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	-	-	-	21.418	-	164	-	1.371.715	-	-
Eurosol - Invest. Turisticos, Lda	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	-	-	-	-	-	-	-	1.319.272	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	-	-	-	-	-	-	-	18.217	-	-
Geres Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	691.760
Hidrovia,SA	-	-	-	12.050	-	-	-	-	-	-
Iberfibran	-	-	-	-	-	-	-	2.562	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	-	-	-	-	-	-	-	86.073	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	-	-	-	2.803	-	39	-	305.972	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	-	-	-	15.589	-	-	-	106.597	-	-
Indaqua Matosinhos	-	-	-	-	-	-	-	17.709	-	-
Indaqua Vila do Conde	-	-	-	4.262	-	-	-	5.123	-	-
Largo do Paço, Lda	-	-	-	191	-	-	-	-	-	-
Liscont Operadores Contentores, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	33.833	-	-
Liz On-Line, S.A.	-	-	-	1.299	-	-	-	-	-	-
Lena Eng. E construção, S.A.	-	9.273	-	-	-	-	-	9.273	-	-
Lena Agregados, SA	-	-	-	6.053	-	-	-	-	-	-
Lusoponte - Concessão Travessia Tejo, S.A.	-	-	-	141	-	-	-	78.752	-	-
Manvia	538.850	7.846	-	1.600.906	-	-	-	34.557	24.982	-
Manvia II	-	-	-	-	-	-	-	2.261	-	-
Manvia - Diagnósticos Eléctricos A.C.E.	432.547	-	-	197.330	-	-	-	-	-	-
Manvia II Condutas, Lda	-	-	-	173.633	-	-	-	-	-	-
Martifer	-	-	-	-	-	90	-	1.600	-	-
Metro Santos Sodré ACE	-	-	-	-	-	-	-	137	-	-
Mota-Engil - África	-	-	-	19.580	-	80	-	-	20.960	-
Mota-Engil, SGPS	-	-	-	311.574	-	460	-	93.397	1.177	132.173
Mota-Engil, Ambiente e Serviços	-	-	-	482.625	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Serviços Partilhados, S.A.	-	-	-	718.251	-	15	-	68.688	18.493	-
Mota-Engil Global Serviços Partilhados	-	-	-	284.920	-	444	-	-	-	-
ME Capital	-	-	-	125.717	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	470	-	-	3.531.938	-	2.753	-	75.816	1.311	-
Mota-Engil Polska	-	-	-	8.400	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Dominicana	-	-	-	-	75	-	-	-	-	-
Mota-Engil Europa	-	-	-	1.452.000	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Imob. e Turismo	-	-	-	13.899	-	89	-	13.586	-	-
Mota-Engil Real Estate SGPS,SA	-	-	-	218.452	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	-	-	-	-	-	-	-	140.797	-	-
Mts-Metro Transportes Sul,Sa	-	-	-	-	-	-	-	1.384	-	-
MRN - Manutenção de Rodovias	-	-	-	-	-	-	-	315	-	-
Municipios do Algarve	-	-	-	48.856	-	838	-	7.738.403	-	-
Municipios da Margem Sul do Tejo	-	-	-	41.340	-	232	-	13.310.579	1.155	-
Municipios do Litoral Centro	-	-	-	140.728	-	56	6.273	10.297.810	35.700	-
Municipios da Cova da Beira	-	-	-	124.213	-	2	-	2.222.873	2.850	-
Municipios do Norte Central	-	-	-	-	-	-	-	4.534.657	-	-
Municipios do Vale do Lima e Baixo Cávado	-	-	-	-	-	-	-	991.886	-	-
Municipios do Sul do Douro	-	-	-	-	-	-	-	3.200.287	-	-
Municipios do Norte Alentejano	-	-	-	17.056	-	-	-	5.496.183	8.517	63.453
Municipios da Alta Estremadura	-	-	-	4.025	-	102	-	3.616.909	-	-
Municipios do Vale do Minho	-	-	-	-	-	-	-	802.614	-	-
Municipios das Regiões de Lisboa e Oeste	-	-	6.439.735	1.183.413	-	1.985	-	16.201.476	5.257	3.079
S.S. Bioenergias, s.A.	-	-	-	-	-	-	-	40.937	-	-
SMAS Almada	-	-	-	386	-	-	-	46.261	-	-
Freguesia Vila do Bispo e Raposeira	-	-	-	-	-	-	-	234	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	-	-	-	(786)	-	-	-	1.307.381	-	-
Serv.Int.Águas e Resíduos Municipios Loures e Odivelas	-	-	820.095	360.489	-	20.603	-	5.019.639	1.223	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Concelho Nazaré	-	-	-	2.400	-	-	-	328.064	-	3.162
Socarpor Aveiro	-	-	-	-	-	-	-	212	-	-
Sotagus	-	-	-	-	-	-	-	24.831	-	-
Sunviauto	-	-	-	-	-	-	-	24.046	-	-
Taviraverde EM	-	-	-	73.790	-	53	-	682.834	-	-
Transitex	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-
Treciver	-	-	-	-	-	-	-	1.533	-	-
Urbaser	-	-	-	1.003.258	-	-	-	-	-	30.855
Urbaser (Sucursal)	-	-	-	300.000	-	-	-	-	-	-
Vibeiras	-	-	-	-	-	-	-	100.569	108	-
Vista Waste	-	-	-	-	-	-	-	4.288	-	-
Serv Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	-	-	-	-	-	-	-	773.871	-	-
	1.202.091	17.119	7.259.830	12.579.959	48.164	78.141	6.273	82.895.464	121.733	924.482

	2020										
Partes relacionadas	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Compra de inventários	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal (Nota 29)	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Águas de S. João e M, S.A.	-	-	-	-	489	-	39	-	4.702	-	-
Agrimota	-	-	-	-	-	-	-	-	489	-	-
Ambiohão EM	-	-	-	-	-	-	-	-	843.579	-	-
Aqualevel	-	-	-	-	-	-	-	-	465	-	-
Ascendi O&M, S.A.	-	-	-	-	107	-	-	-	-	-	-
APIN -E.I.A. PINHAL INTER.EIM, S.A.	-	-	-	-	2.680	-	66	-	760.109	-	-
Biosmart, S.A	-	-	-	-	61.836	-	-	-	10.118	-	-
Câmara Municipal da Lousada	-	-	-	-	202.144	-	9.714	-	-	-	-
Carlos Augusto P.Santos & Fil.,Lda	-	-	-	-	-	-	-	-	2.030	-	-
Clean Eburnie, SARL	-	-	-	-	-	-	-	-	1.434	-	-
Citrup	-	-	-	-	13.485	-	-	-	7.189	-	-
Elacec - Engenharia de Sistemas	-	-	-	-	-	-	276	-	-	98	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	-	-	-	-	20.640	-	235	-	1.053.667	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	-	-	-	-	-	-	-	-	1.051.691	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	-	-	-	-	-	-	-	-	10.940	-	-
GESAR - Gestão de Águas Residuais, ACE	-	-	-	-	-	-	-	-	29.896	125	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	-	-	-	-	-	-	-	-	59.713	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	-	-	-	-	2.710	-	49	-	221.123	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	-	-	-	-	11.531	-	-	-	69.416	-	-
Indaqua Feira	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	-
Largo do Paço, Lda	-	-	-	-	1.430	-	-	-	-	-	-
Liz On-Line, S.A.	-	-	-	-	1.229	-	-	-	11	-	-
Lusoponte - Concessão Travessia Tejo, S.A.	-	-	-	-	158	-	-	-	-	-	-
Manvia	411.666	20.299	-	-	1.007.463	5.175	575	-	-	-	-
Manvia II	-	-	-	-	247.389	1.725	-	-	-	-	-
Manvia - Diagnósticos Eléctricos A.C.E.	-	-	-	-	426.325	2.300	-	-	-	-	-
MANVIA MANT. DE INSTALAC. .SA	-	-	-	-	-	-	-	-	7.254	-	-
Marques, S.A.	-	-	-	-	115	-	-	-	-	-	-
Marques Britas	-	-	-	-	1.102	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - África	-	-	-	11.460	16.183	478	37	-	-	771	-
Mota-Engil, SGPS	-	-	-	-	154.697	5.995	-	-	-	63.100	83.648
Mota-Engil, Serviços Partilhados, S.A.	-	-	-	-	829.351	-	9.916	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	32.046	-	-	-	3.945.033	4.882	14.225	-	34.473	4.320	-
ME-Central Europe Polónia	-	-	-	-	4.200	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Europa	-	-	-	-	1.779.680	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Imob. e Turismo	-	-	-	-	9.355	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Real Estate SGPS,SA	-	-	-	-	213.664	-	-	-	261	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	-	-	-	-	1.973	-	-	-	-	-	-
Municipios do Algarve	-	-	-	-	41.286	-	1.001	-	6.007.948	25.114	-
Municipios da Margem Sul do Tejo	-	-	-	-	47.920	-	411	-	13.177.842	36.044	-
Municipios do Litoral Centro	-	-	-	-	179.881	1.309	143	10.596	10.030.934	16.158	-
Municipios da Cova da Beira	-	-	-	-	123.491	-	2	-	1.650.979	2.283	-
Municipios do Norte Central	-	-	-	-	-	-	-	-	3.567.241	-	-
Municipios do Vale do Lima e Baixo Cávado	-	-	-	-	172.768	-	-	-	231.548	-	-
Municipios do Sul do Douro	-	-	-	-	-	-	-	-	2.692.735	-	-
Municipios do Norte Alentejano	-	-	-	-	15.374	-	-	-	5.571.422	25.909	86.585
Municipios da Alta Estremadura	-	-	-	-	4.085	-	-	-	3.367.373	-	-
Municipios do Vale do Minho	-	-	-	-	-	-	-	-	403.099	-	-
Municipios das Regiões de Lisboa e Oeste	-	-	-	5.439.338	1.181.350	-	3.882	-	11.516.632	5.836	602
Portvias	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-
Prio Biocombustíveis, Sa	-	-	-	-	-	-	-	-	140	-	-
S.S. Bioenergias, s.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	34.168	-	-
SMAS Almada	-	-	-	-	547	-	-	-	46.271	111	-
Freguesia Vila do Bispo e Raposeira	-	-	-	-	-	-	-	-	281	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	-	-	-	-	6.715	-	-	-	434.587	-	-
Serv.Int.Águas e Resíduos Municipios Loures e Odivelas	-	-	-	883.813	366.230	-	17.533	-	3.394.049	862	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Concelho Nazaré	-	-	-	-	2.313	-	183	-	215.594	-	-
Scuvias	-	-	-	-	385	-	-	-	-	-	-
Sunviauto	-	-	-	-	-	-	-	-	170	-	-
Taviraverde EM	-	-	-	-	79.677	-	44	-	533.166	-	-
Transitex	-	-	-	-	2.455	-	-	-	-	-	-
Treciver	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-
Urbaser	-	-	-	-	910.509	-	-	-	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	-	-	-	-	300.000	-	-	-	-	-	-
Vercâlmega	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-
Vibeiras	-	-	-	-	16.875	-	-	-	923	1.080	-
Vista Waste	-	-	-	-	-	-	-	-	5.017.084	199.389	3.141
Vortal	-	-	-	-	5.734	-	-	-	-	-	-
ME Capital	-	-	-	-	126.038	-	-	-	-	-	-
Serv Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	-	-	-	-	-	-	-	-	512.063	-	-
	443.712	20.299	11.460	6.323.151	12.538.617	21.864	58.437	10.596	72.575.869	381.200	173.976

Os vários municípios acima identificados são considerados partes relacionadas em virtude de participarem no capital de várias empresas concessionárias.

Os termos ou condições praticados entre o Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2021									
Partes relacionadas	Clientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Acréscimos de rendimentos (Nota 17)	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)	Diferimentos
Aqualevel	9.207	-	-	-	-	996	-	-	-	-
Águas de São João e M, S.A.	1.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrimota	-	-	-	-	-	16.571	-	-	-	-
ASMI - Environment and Services, Lda.	-	-	-	-	-	115.455	-	-	-	-
Ambigere	-	-	2.534	-	-	2.306	-	-	-	-
Ambibatalha	35.771	-	-	-	-	-	-	-	-	29.082
Ascendi IGI	9.966	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ascendi operadora BLA	463	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Biosmart, S.A	2.681	-	-	-	-	73.800	563.705	-	-	-
Carlos Augusto P.Santos & Filhos	2.141	-	-	-	-	255.185	-	-	-	-
Clean Eburnie, SARL	1.434	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eco Eburnie,S.A.	90.880	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOLEZíRIA	45.219	-	-	-	-	56	-	-	-	-
Ecolife	-	44.471	-	-	-	-	-	-	93.106	-
ECOSS Ambiental	-	-	583.899	-	-	-	-	-	-	-
Efacec Energia-Maq. e Eq.Elétricos	28.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Construtora Brasil,SA	-	-	-	-	-	-	-	-	14.059	-
Equimetra, S.A.	2.942	-	-	-	-	461	-	-	-	-
Ecopaint, S.A	1.312	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gisa - Gestion e Innovacion	7.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lena Eng.E Construções, S.A	6.581	-	-	-	-	-	-	-	135.649	-
Iberibran, S.A.	1.553	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lena Agregados, S.A.	-	-	-	-	-	2.810	-	-	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	345.194	-	-	-	-	126	-	-	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	17.819	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	64.167	-	-	-	-	110	-	-	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	22.388	-	-	-	-	3.746	-	-	-	-
Ambibidão EM	282.822	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APIN -E.I.A. PINHAL INTER.EIM, S.A.	200.805	-	-	-	-	117	-	-	772	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	343.472	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	2.199	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesia Vila do Bispo e Raposeira	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusoponte-Conces.Travessia Tejo SA	7.051	-	-	-	-	15	-	-	-	-
Indaqua Matosinhos	2.441	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua V. Conde	1.059	-	-	-	-	83	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	-	17.538	-	-	-	-
Liscont	4.035	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Liz On-Line, S.A.	-	-	-	-	-	378	-	-	-	-
Manvia	64.490	-	-	-	-	1.825.722	-	2.037	1.358	-
Manvia II - Condutas, Lda.	9.720	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manvia - Diagnósticos Eléctricos A.C.E.	-	-	-	-	-	517.453	-	-	-	-
Marques Britas, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	891	-
Metro Santos Sodré ACE	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Serviços Partilhados	201	-	-	-	-	107.601	-	-	-	-
Mota-Engil África	4.921.868	-	-	-	-	95	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	44.158	-	325	-	-	277.795	5.067.600	-	34.837	-
Mota-Engil - SGPS	375.384	-	-	-	-	464.512	-	-	886	-
Mota-Engil Sucursal Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	712	-
Mota-Engil Europa, S.A.	-	-	-	-	-	984.000	-	-	-	-
ME Capital	25.781	-	-	-	-	11.868	-	-	-	-
Mota-Engil, Central Europe	-	-	-	-	-	12.600	-	-	-	-
Mota-Engil Dominicana	6.889	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	1.632.368	-	457	-	465	275.066	-	-	479	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.	192.416	-	-	-	-	913.750	-	-	163.038	-
Mota Engil Real Estate Portugal	3.512	-	-	14.560	-	404.003	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Panamá	11.952	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-Engil Latam Colombia SAS	27.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ME-Central Europe Polónia	-	-	-	-	-	36.946	-	-	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	287.999	-	12.299	-	-	3.099	-	-	-	-
Mota-Engil Global Serviços Partilhados	-	-	-	-	-	40.190	-	-	-	-
Municipios do Algarve	933.232	-	-	-	-	2.617	-	-	-	-
Municipios da Margem Sul do Tejo	2.032.075	-	-	-	-	467	-	-	-	-
Municipios do Litoral Centro	1.632.096	-	-	-	-	75.357	-	-	22.348	-
Municipios da Cova da Beira	678.045	-	38.577	-	-	1.310	-	-	397	-
Municipios do Norte Central	1.114.887	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipios do Vale do Lima e Baixo Cávado	575.258	-	-	-	-	-	-	-	1.450.464	-
Municipios do Sul do Douro	1.595.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipios do Norte Alentejano	960.988	-	-	-	-	506	-	-	-	-
Municipios da Alta Estremadura	383.650	-	-	-	-	240	-	-	-	-
Municipios do Vale do Minho	327.222	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipios das Regiões de Lisboa e Oeste	3.077.570	-	-	-	-	554.722	-	-	2.934.089	-
Municipio de Vizela	-	-	4.534	-	-	-	-	-	-	-
Operadora Douro Interior, S.A.	726	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.S. Bioenergias, s.A.	5.386	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Socarpor Aveiro	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sotagus	3.929	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sunvauto	3.815	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv.Intermunicip.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	1.082.422	-	58.500	-	-	98.326	-	-	263.485	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	258.359	-	567	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Municipalizados Câmara Municipal Concelho Nazaré	61.227	-	-	-	-	261	-	-	-	-
Serv Mun. Agua e Saneamento CM Caldas Rainha	78.046	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SMAS Almada	17.350	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Takargo,S.A.	17.537	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanzifco LLC	-	-	-	-	-	-	455.011	-	-	-
Taviraverde-Empresa Municipal de Ambiente, EM	165.226	-	-	-	-	22.332	-	-	-	-
Transitex	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbaser	292.663	-	600	-	-	1.067.810	3.172.400	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	300	-	342	-	-	61.500	-	-	-	-
Treciver, S.A.	182	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vibeiras	154.781	-	-	-	-	78	-	-	-	-
Vista Wate	13.628.546	-	313.843	-	-	2.947	-	-	224.830	-
	38.224.466	44.471	1.016.477	14.560	465	8.252.946	9.258.716	2.037	5.341.400	29.082

	2020									
Partes relacionadas	Clientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Acréscimos de rendimentos (Nota 17)	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)	Diferimentos
Aqualevel	13.805	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Águas de São João e M, S.A.	1.390	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrimota	95	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambigere	-	-	2.534	-	-	2.306	-	-	-	-
Ambibatalha	35.771	-	-	-	-	-	-	-	-	29.082
ASCENDI O&M SA	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Ascendi Grande Porto, A e do GP, S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ascendi IGI	8.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ascendi Operadora DI	726	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Biosmart, S.A	12.182	-	-	-	-	73.800	-	-	-	-
Câmara Municipal da Lousada	-	-	-	-	-	-	7.096	202.869	-	-
Carlos Augusto P.Santos & Filhos	3.519	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carmona - Gestão Global de Resíduos Perigosos, S.A.	-	-	-	-	-	29.519	-	-	-	-
CAPSFIL - Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos, S.A.	-	-	-	-	-	608.754	-	-	-	-
CITRUP	-	-	-	-	-	6.291	-	-	-	-
Clean Eburnie, SARL	1.434	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eco Eburnie,S.A.	59.602	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOLEZíRIA	36.513	-	-	-	-	-	-	-	102	-
Ecolife	-	44.471	480	-	-	-	-	-	95.510	-
Efacec Energia-Maq. e Eq.Elétricos	2.440	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efacec-Engenharia e Sistemas, S.A	1.047	-	-	-	-	-	-	-	106	-
Geres Participações S.A.	72.329	1.674.300	2.006.930	-	-	-	-	-	-	-
Gisa - Gestion e Innovacion	7.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iberibran, S.A.	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idambi	-	-	-	-	-	-	29.148	-	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	241.238	-	-	-	-	126	-	-	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	11.355	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	62.742	-	-	-	-	27	-	-	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	11.418	-	-	-	-	1.968	-	-	-	-
Ambibidão EM	199.098	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APIN -E.I.A. PINHAL INTER.EIM, S.A.	162.060	-	-	-	-	-	-	-	650	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	232.277	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	1.336	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusoponte-Conces.Travessia Tejo SA	16.218	-	-	-	-	17	-	-	-	-
Indaqua Matosinhos	1.516	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua Oliveira de Azeméis	160	-	-	-	-	651	-	-	-	-
Indaqua V. Conde	37	-	-	-	-	1.929	-	-	-	-
José Maria Ferreira & Filhos, Lda.	-	-	-	-	-	26.073	12.800	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	-	1.368	-	-	-	-
Liscont	4.606	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Liz On-Line, S.A.	12	-	-	-	-	305	-	-	-	-
Manvia	16.442	-	-	-	-	1.249.184	-	-	62.248	-
Manvia II - Condutas, Lda.	7.324	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manvia - Diagnósticos Eléctricos A.C.E.	-	-	-	-	-	294.309	-	-	-	-
Marques, S.A.	-	-	-	-	-	31	-	-	-	-
Martifer	1.802	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Serviços Partilhados	201	-	-	-	-	111.391	-	-	238	-
Mota-Engil África	4.922.211	-	-	-	-	15	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	44.158	-	344	-	-	-	5.067.600	-	34.772	-
Mota-Engil - SGPS	677.849	-	-	-	-	73.712	-	-	886	-
Mota-Engil Sucursal Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	712	-
Mota-Engil Europa, S.A.	-	-	-	-	-	1.792.725	-	-	-	-
ME Capital	-	-	-	-	-	25.975	-	-	-	-
Mota-Engil Cote D`Ivoire,Sarl	189.793	-	38.645	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Central Europe	-	-	-	-	-	4.200	-	-	-	-
Mota-Engil Dominicana	6.889	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	956.731	-	-	-	261	980.382	-	1.401	171.255	-
Mota Engil Real Estate Portugal	321	-	-	14.560	-	243.795	-	-	534	-
Mota-Engil Sucursal Panamá	11.952	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-Engil Latam Colombia SAS	27.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Renewing, S.A.	-	-	-	-	-	130.946	-	-	-	-
ME-Central Europe Polónia	-	-	-	-	-	29.706	-	5	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	139.136	-	-	-	-	1.755	-	546	-	-
Municipios do Algarve	635.865	-	25.115	-	-	2.927	-	-	-	-
Municipios da Margem Sul do Tejo	1.661.250	-	-	-	-	333	-	-	-	-
Municipios do Litoral Centro	1.517.852	-	13.902	-	-	81.493	-	-	27.311	-
Municipios da Cova da Beira	689.207	-	38.271	-	-	30.754	-	-	162	-
Municipios do Norte Central	1.037.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipios do Vale do Lima e Baixo Cávado	232.145	-	-	-	-	-	-	-	1.350.000	-
Municipios do Sul do Douro	678.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipios do Norte Alentejano	861.914	-	-	-	-	671	-	-	-	-
Municipios da Alta Estremadura	240.868	-	-	-	-	254	-	-	-	-
Municipios do Vale do Minho	272.890	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipios das Regiões de Lisboa e Oeste	1.335.285	-	-	-	-	106.114	-	-	2.979.102	-
S.S. Bioenergias, s.A.	6.857	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sotagus	2.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sunvauto	4.545	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suma Brasil Participações	106.331	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serurb Brasil Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	407	-
Serv.Intermunicip.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	765.992	-	58.500	-	-	100.728	-	-	319.885	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	173.000	-	-	-	-	672	-	-	-	-
Serviços Municipalizados Câmara Municipal Concelho Nazaré	37.793	-	-	-	-	176	-	-	-	-
Serv Mun. Agua e Saneamento CM Caldas Rainha	52.993	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SMAS Almada	19.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Takargo,S.A.	17.537	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanzifco LLC	-	-	-	-	-	-	383.612	-	-	-
Taviraverde-Empresa Municipal de Ambiente, EM	112.154	-	-	-	-	17.656	-	-	-	-
Transitex	-	-	724	-	-	-	-	-	-	-
Urbaser	261.808	-	-	-	-	770.000	3.172.400	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	200	-	342	-	-	61.500	-	-	-	-
Vibeiras	59.869	-	-	-	-	3.002	-	-	-	-
Vortal	-	-	401	-	-	554	-	-	-	-
Vista Wate	13.950.123	-	597.052	-	-	1.558	-	-	224.830	-
	32.936.992	1.718.771	2.783.240	14.560	261	6.869.657	8.672.656	204.816	5.268.715	29.082

O saldo a pagar registado na rubrica “Acionistas” corresponde essencialmente aos dividendos distribuídos pela SUMA aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 8.240.000 Euros. Este valor encontra-se classificado como não corrente.

27. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos pelo Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte composição:

	2021	2020
Tratamento de resíduos sólidos urbanos	106.245.327	96.119.105
Venda de energia	50.542.421	42.358.960
Material reciclável	61.301.655	52.786.779
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	39.763.935	33.253.690
Tratamento de resíduos industriais	24.137.637	19.369.601
Limpeza e varredura	17.073.366	14.708.255
Gestão de aterros / sistemas integrados	5.645.689	9.767.479
Manutenção de contentores	6.799.331	6.186.508
Recolha industrial	2.420.661	2.324.536
Outros	10.108.523	17.077.089
	324.038.545	293.952.002

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referem-se, essencialmente, ao tratamento e valorização de resíduos provenientes da recolha indiferenciada a clientes municipais. Foi incluído em 2021 a revisão extraordinária dos proveitos permitidos de 2019, 2020 e 2021 no montante de 20M de Euros e a correção do ajuste tarifário das CRR 2020 no montante de 12M de Euros (inclui anulação da estimativa dos valores de contrapartida de 2021).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram prestados serviços e efetuadas vendas a partes relacionadas nos montantes de 82.895.464 Euros e 72.575.869 Euros, respetivamente (Nota 26).

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Conservação e reparação	26.989.687	22.630.048
Trabalhos especializados	31.851.660	37.568.640
Combustíveis	22.194.579	21.853.379
Seguros	5.955.144	5.687.087
Rendas e alugueres	5.344.150	4.058.017
Vigilância e segurança	5.790.403	3.772.894
Transportes, deslocações e estadias	2.282.633	1.873.750
Subcontratos	3.088.417	2.152.962
Água e eletricidade	775.915	768.210
Comunicações	615.740	607.221
Comissões e honorários	322.800	300.641
Encargos de gestão	1.399.474	1.044.000
Outros fornecimentos e serviços	6.683.087	6.254.429
	113.293.689	108.571.278

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram obtidos serviços prestados por partes relacionadas nos montantes de 12.579.959 Euros e 12.538.617 Euros, respetivamente (Nota 26).

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

29. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações do pessoal	81.546.521	71.879.949
Encargos sobre remunerações	17.403.545	15.289.763
Seguros	2.982.727	3.032.157
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 26)	417.196	372.253
Indemnizações	280.308	78.885
Gastos de ação social	204.535	78.823
Outros	5.017.170	6.811.726
	107.852.002	97.543.556

O número médio de empregados ao serviço do Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	2021	2020
Empregados	8.032	4.822
Empregados cedidos pelas camâras municipais	7	7
	8.039	4.829

30. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de construção em direito de utilização de infraestrutura	35.366.847	63.389.333
Indemnizações associadas a sinistros	416.422	930.614
Juros de mora a clientes	1.495.045	351.429
Correções relativas a exercícios anteriores	29.072	282.182
Descontos de pronto pagamento obtidos	135.864	55.523
Subsídios à exploração	134.088	477.817
Ganhos com alienações de ativos fixos tangíveis	1.826.626	626.333
Actualização financeira das contas a receber de clientes (Nota 15)	19.179	-
Diferenças de câmbio	200.064	88
Reconhecimento do rendimento associado à alteração do modelo remuneratório	81.276	-
Ganhos em instrumentos financeiros	57	-
Outros rendimentos suplementares	2.030.722	4.586.444
	41.735.262	70.699.763

Em 2021 os rendimentos de construção em direito de utilização de infraestruturas foi inferior ao ano anterior, face à menor realização de investimentos pelas concessões do Subgrupo EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram obtidos outros rendimentos de partes relacionadas nos montantes de 121.733 Euros e 381.200 Euros, respetivamente (Nota 26).

31. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Gastos de construção em direito de utilização de infraestrutura	35.366.847	66.658.756
Impostos	2.347.051	3.155.685
Atualização cambial	12	1.678.581
Donativos e quotizações	223.831	276.126
Correções relativas a exercícios anteriores	158.099	234.009
Despesas não documentadas	532.763	205.086
Actualização financeira das contas a receber de clientes (Nota 17)	34.438	82.112
Penalidades contratuais	51.744	35.559
Perdas em alienações/abates de ativos fixos tangíveis	128.187	20.535
Descontos de pronto pagamento concedidos	954	9
Perdas Investimentos financeiros FCT	903	-
Dívidas incobráveis	50.060	-
Outros	(936.583)	2.024.548
	37.958.306	74.371.006

Em 2021 o DUI foi inferior ao ano anterior, face à menor realização de investimento.

O valor contra natura em outros gastos diz respeito ao impacto de uma diferença de estimativa dos valores da TGR-NR relativos a 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo suportou outros gastos com partes relacionadas no montante de 78.141 Euros e 58.437 Euros, respetivamente (Nota 26).

32. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	7.489.217	8.454.647
Ativos intangíveis (Nota 11)	38.213.708	37.867.604
Propriedades de investimento (Nota 9)	783	783
	45.703.708	46.323.034
Goodwill (Nota 10)	932.133	929.742
	46.635.842	47.252.777

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

33. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte composição:

	2021	2020
Juros obtidos:		
Depósitos e aplicações financeiras	1.345.712	271.481
Financiamentos concedidos a partes relacionadas (Nota 26)	123.825	173.976
Rendimentos similares obtidos:		
Outros	1.095.820	1.680.370
	2.565.357	2.125.827

34. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte composição:

	2021	2020
Juros suportados	12.296.530	11.962.100
Imposto do Selo	812.512	519.771
Outros	1.976.617	522.044
	15.085.659	13.003.915

35. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a entidades terceiras (nomeadamente a Câmaras Municipais e Associação de Municípios), por imposições contratuais, como se segue:

	2021	2020
BPI:		
Estado Português	2.839.524	2.839.524
DGGE	20.000	20.000
EDP - Distribuição	918	918
Câmaras e Associações Municipais	847.463	858.867
Banco Muscat (a)	0	593.798
Municipio de Montalegre	11.404	0
Tribunal do Trabalho de Santo Tirso	14.014	14.014
Tribunal de Trabalho de Leiria - 1º Juízo	8.222	8.222
EDP - Serviço Universal, SA	-	-
Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte	47.215	47.215
	3.788.760	4.382.558
BCP:		
Estado Português	3.911.154	3.911.154
Câmaras e Associações Municipais	607.690	735.825
Serviços de Finanças de Lisboa nº14	0	211.156
Trib. Jud. Comarca Porto Este -Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia 1º Juízo	3.224	3.224
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	100.000	100.000
Autoridade Tributária e Aduaneira	1.000	1.000
APA - Administração do Porto de Aveiro	-	-
Tribunal de Viana do Castelo	5.509	5.509
	4.628.577	4.967.868

	2021	2020
CGD:		
Câmaras e Associações Municipais	1.124.098	1.279.433
Banco Muscat (a)	-	788.436
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa	56.706	56.706
Musami, EIM	-	50.400
Lipor	45.000	45.000
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.	78.077	78.077
EPAL - Empresa Port. De Águas Livres	18.600	15.772
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	36.250	-
APA- Agência Portuguesa do Ambiente	22.041	17.590
Universidade de Aveiro	11.377	16.535
Ecoleziria	19.992	-
Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra	6.005	-
Universidade De Coimbra	9.985	-
	13.485	13.485
IAPMEI	98.360	98.360
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	1.613	1.613
SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.	5.485	5.485
SMCL - Santa Casa Misericórdia de Lisboa	4.360	4.360
DGGE	5.375	5.375
SIMAR	58.500	58.500
	1.615.309	2.535.127
Caja Duero:		
Câmaras e Associações Municipais	-	138.769
APA - Agência Portuguesa do Ambiente (RIMA)	90.913	90.913
	90.913	229.682
Garval		
Millennium BCP	-	1.200.000
MONTEPIO	600.000	600.000
	600.000	1.800.000
BPF - Banco Portugues Fomento SA		
EURO BIC	128.000	-
Norgarante		
BCP	-	377.143
Cosec:		
Ecoleziria	2.643	10.868
Câmaras e Associações Municipais	809.468	877.993
LIPOR - Serv. Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	-	1.895
	812.111	890.756
Santander Totta:		
Câmaras e Associações Municipais	20.854	20.854
Estado Português	1.732.307	1.732.307
Repsol, S.A.	500.000	500.000
	2.253.161	2.253.161
ABARCA - Companhia de Seguros, S.A.		
Câmaras e Associações Municipais	3.801.778	2.838.793
SIMAR Loures Odivelas	20.169	20.169
Lipor	19.411	28.253
Universidade de Coimbra	5.016	5.016
Resialentejo	4.692	-
APDL – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO	13.000	13.000
Águas do Vale do Tejo, S.A.	4.315	4.315
Ecoleziria	8.963	8.963
Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra	4.828	4.828
	3.882.172	2.923.337
Banco Muscat (a):		
Oman Environment Services Holding C.O. (S.A.O.C)	1.463.440	1.463.440
	1.463.440	1.463.440
Total Garantias Bancárias	19.262.443	21.823.072

a) No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa prestou contragarantias ao Banco Muscat, no âmbito da entrada em concurso para prestação de serviços à "be'ah" pela sucursal da Omã e do financiamento obtido pela sucursal no âmbito do contrato para a prestação destes serviços.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo tinha garantias bancárias financeiras como segue:

Garantias bancárias financeiras:	2021	2020	
Banco Europeu de Investimento	1.618.177	3.129.882	Santander Totta
Banco Europeu de Investimento	1.618.176	4.694.823	Montepio
Banco Europeu de Investimento	1.471.805	5.161.721	Millennium BCP
Banco Europeu de Investimento	981.205	5.161.721	CGD
Lisgarante	1.600.000	1.600.000	Millennium BCP
BCP	1.600.000	1.604.413	Outra instituição
Autoridade Tributária	1.090.636	1.090.636	Autoridade Tributária
Garval-Sociedadede Garantia Mútua	1.177.778	1.200.000	Millennium BCP
Direção Geral de Geologia e Energia	-	2.500	Millennium BCP
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua	1.600.000	1.600.000	CCAM
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua	1.177.778	1.200.000	Millennium BCP
	13.935.555	26.445.697	

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi determinado como se segue:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	12.897.243	13.241.015
Número de ações (Nota 20)	250.000	250.000
Resultado por ação básico e diluído	51,59	52,96

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o reembolso líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

37. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

O Grupo encontra-se exposto, essencialmente, aos seguintes riscos de financeiros:

Risco de taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. No entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração as principais projeções de *cash-flow* para 2022 e a estrutura e tipologia dos seus ativos, o Grupo não antevê dificuldades em liquidar a suas responsabilidades financeiras correntes.

Apesar de em 31 de dezembro de 2021, se apresentar fundo de maneio negativo no valor de 41 milhões de Euros salientamos que a esta data os montantes de crédito disponível e não utilizado de médio e longo prazo são de 99 milhões de Euros, *leasing* de 9 milhões de Euros e ainda contas correntes de 45,5 milhões de Euros.

Risco Regulatório

Os ganhos registados em cada exercício por cada concessionária resultam essencialmente dos pressupostos considerados pelo regulador ERSAR, na definição das tarifas reguladas para o setor do tratamento e gestão de resíduos.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da ERSAR. Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização, no sector dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expetativa que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o RTR - regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Este regulamento produziu efeitos em 1 de janeiro de 2016, e acarretou uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando-se de um modelo de custo de serviço (*cost plus*) para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), o qual remunera uma base de ativos ao custo de capital e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Ao longo dos anos 2016 e 2017, foram, entretanto, publicados três Documentos complementares ao RTR com clarificações acerca das metodologias regulatórias, e já em finais de 2017, foi publicitada uma Consulta Pública pela ERSAR, n.º 05/2017 do "Projeto de alteração do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos", tendo decorrido um período para envio de contributos à consulta entre 07 de novembro e 20 de dezembro de 2017. As alterações previstas neste documento foram muito significativas alterando conceptualmente o modelo regulatório então vigente. As concessionárias do Grupo EGF remeteram conjuntamente e em tempo útil, as suas pronúncias ao documento proposto pelo Regulador e aguardam, com expectativa, os resultados da mesma.

Já durante 2018, foi publicado pela ERSAR uma Revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, face à experiência do primeiro período regulatório se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições. A revisão ao RTR veio exigir a revisão e adaptação também dos modelos de reporte, assim, ainda em 2018 foram aprovados e revistos dois dos Documentos Complementares, a saber:

(a) Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril (1º Documento Complementar) com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais sendo revogado o anterior Documento complementar 1, Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto.

(b) Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho (3º Documento Complementar) onde se consagraram mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas.

Em virtude das alterações impostas pelos regulamentos acima, a ERSAR aprovou os proveitos permitidos e tarifas reguladas da Empresa para os períodos regulatórios de 2016-2018 e de 2019-2021. Tendo em consideração o impacto na atividade da Empresa decorrente destas decisões da ERSAR, que se afiguraram insuficientes para a prestação do serviço público de forma sustentável para a Empresa, as mesmas foram objeto de ação administrativa especial com pedido de impugnação em sede de Tribunal por parte da Empresa.

No seguimento das ações mencionadas no parágrafo anterior, em 2020 o regulador propôs à EGF, como forma de encontrar soluções equilibradas, sustentáveis e estáveis ao nível dos resultados das concessionárias da EGF, num quadro de eficiência operativa, a contratação de uma entidade externa (auditor) independente que identificasse as causas das variações de resultados das empresas entre 2018 e 2019 e as quantificasse, de forma a proceder a correções aos custos operacionais de referência do período regulatório de 2019-2021. Esse processo decorreu durante o ano de 2020 e 2021 com ajustes significativos a realizar em sede de CRR 2020 a 2022.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Em face dessa decisão, em 2021, o Grupo desistiu das ações administrativas referentes aos períodos regulatórios 2016-2018 e 2019-2021, acima referidas.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, foram submetidas as Contas Reguladas Reais referen-tes ao ano de 2021 em 29 de abril de 2022, sobre as quais a decisão da ERSAR não é conhecida. Também não existe uma decisão final por parte da ERSAR relativamente às CRP para o próximo período regulatório, tendo sido definida para 2022 uma tarifa de transição.

38. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SUBGRUPO EGF

As concessões em regime exclusivo por um período de 19 anos, com termo em 2034, da exploração e da gestão das áreas do Algarve, Sul do Tejo, Leiria, Litoral Centro, Beira Alta, Norte Central, Vale do Lima e Baixo Cávado, Sul do Douro, Norte do Alentejo, Vale do Minho e Lisboa e Oeste, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, foi atribuída às subsidiárias do Grupo EGF através da assinatura da reconfiguração do contrato de concessão a 30 de setembro de 2015.

A atividade objeto da concessão compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar às subsidiárias do Grupo EGF todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização da concessão é da competência da ERSAR, tendo esta a competência na definição das tarifas a aplicar, assim como na aprovação das Contas Reguladas e nos planos de investimento das subsidiárias do Grupo EGF.

A exploração e a gestão, anteriormente referida, compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade das Concessionárias.

As bases da concessão definem que as subsidiárias do Grupo EGF têm como atividade principal, a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares, as atividades que, não se se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. Os exercícios das atividades complementares dependem de autorização do concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;

- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;

- Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima;

- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;

- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que as Concessionárias sejam titulares;

- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração da concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

As subsidiárias do Grupo EGF devem elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos à concessão, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

As subsidiárias do Grupo EGF têm a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

As subsidiárias do Grupo EGF mantêm o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos revertem para uma Entidade Intermunicipal, Associação de municípios, o conjunto dos Municípios utilizadores, ou o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento à concessionária, nos termos previstos nas Bases e no contrato de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O regime remuneratório da concessão baseia-se no reconhecimento às Concessionárias dos proveitos permitidos, a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema. As Concessionárias são responsáveis pelos riscos inerentes à concessão nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. A Empresa é responsável pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas no contrato de concessão, assumindo os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proveitos permitidos anualmente às subsidiárias do Grupo EGF, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos ("Período regulatório"). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;

- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;

- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos à concessão, como incidência da remuneração do capital;

- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência;

- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues às subsidiárias do Grupo EGF.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pelas subsidiárias do Grupo EGF, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar às subsidiárias do Grupo EGF os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente às Concessionárias pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

O contrato de concessão em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, permite um equilíbrio contratual nas condições de uma gestão eficiente, promovendo um investimento mais racional e uma maior eficiência operacional, através do reconhecimento dos custos de investimento, de operação e manutenção e na adequada remuneração dos ativos afetos à concessão, a serem refletidos nas tarifas aplicáveis às subsidiárias do Grupo EGF, as quais permitem recuperar os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para os Municípios ou para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável às subsidiárias do Grupo EGF; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência das Concessionárias; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital das Concessionárias; oneração de participações no capital das Concessionárias em inobservância do disposto no contrato de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social das Concessionárias; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade das Concessionárias em retomar a concessão.

O concedente pode resgatar a concessão, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, mediante aviso prévio feito às subsidiárias do Grupo EGF, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, as subsidiárias do Grupo EGF têm direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, do valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

39. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os recentes acontecimentos geopolíticos na Ucrânia que culminaram na invasão militar em 24 de fevereiro de 2022 e na atual situação de guerra, levaram a um conjunto de respostas da União Europeia e dos Estados Unidos, na forma de sanções económicas, que vão afetar os mercados globais, as cadeias logísticas e de abastecimento, o preço e a forma de abastecimento de energia, com a consequente perspetiva de aumento da taxa de inflação e de taxa de juro, sendo que a expectativa de recuperação económica mundial para 2022 encontra-se condicionada pelos recentes acontecimentos. Esta situação enquadra-se como um evento subsequente não ajustável.

Estes acontecimentos irão certamente trazer um aumento significativo dos preços que poderão vir a ter impactos nos resultados de 2022, uma vez que a previsão aponta para um aumento da inflação, dos preços da energia e, consequentemente, do preço de todos os bens e serviços necessários para a operação da Empresa.

A Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta e diligente, a atual situação de incerteza para a atividade económica associada à guerra e irá monitorizar a sua estratégia face aos impactos decorrentes da atual situação.

Em fevereiro de 2022 a SUMAlab, SA antecipou o pagamento do empréstimo bancário contratado junto do BCP no montante de 378.572 Euros, referente a uma linha de financiamento no âmbito das linhas de Apoio-Covid.

Em abril de 2022, foi conhecido o Projeto de decisão da ERSAR da Suldouro, SA relativo aos custos de referência para 2022, o qual confirma o ajuste adicional ao OPEX associado ao projeto porta a porta para o período 2019-2021, estimado no montante de 1,4M Euros, o qual não foi incorporado nas contas da SUMA, SA em 2021.

Ainda em abril de 2022 foi comunicada uma Decisão final do POSEUR à Valorsul, SA, concluindo que o valor de subsídios inicialmente considerado fosse reduzido no montante de 839 milhares de euros, redução esta que não foi incorporada nas contas da Valorsul, SA e, consequentemente, nas contas da SUMA, SA.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

40. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que o Grupo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

SUMA · SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. E AS SUAS SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

PARECERES E CERTIFICAÇÕES

Sede
Rua Mário Dionísio, N.º 2 ▪ 2799-557 Linda-a-Velha
Tel.: +351 217 997 700 ▪ Fax: +351 217 997 763 ▪ Mail: sede@suma.pt
www.suma.pt

SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. | Capital Social 12.000.000 Euros | Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº único de matrícula e de pessoa coletiva 503 210 060

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o seu relatório e parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. ("Grupo"), preparados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

FISCALIZAÇÃO

O Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Grupo, a evolução da sua atividade através de reuniões formais e informais com a extensão que considerou adequadas, mantendo igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos informou da planificação das suas intervenções, do seu âmbito e natureza, bem como das conclusões dos trabalhos realizados. Foi ainda este Conselho Fiscal informado do desenvolvimento do processo de preparação e de divulgação da informação financeira consolidada, bem como da revisão das demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo naquela data, os quais mereceram a sua concordância.

Procedeu ainda à apreciação do Relatório Consolidado de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual, a exemplo do ocorrido no exercício anterior, contêm uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a impossibilidade de se concluir sobre a razoabilidade da responsabilidade registada para fazer face às obrigações presentes existentes, derivadas da obrigatoriedade da selagem e monitorização dos aterros em exploração por parte do Grupo, os mencionados documentos merecem igualmente a concordância do Conselho Fiscal.

Sede
Rua Mário Dionísio, N.º 2 ▪ 2799-557 Linda-a-Velha
Tel.: +351 217 997 700 ▪ Fax: +351 217 997 763 ▪ Mail: sede@suma.pt
www.suma.pt

SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. | Capital Social 12.500.000 Euros | Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº único de matrícula e de pessoa coletiva 503 210 060

No cumprimento das suas funções o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, dos Serviços do Grupo e do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, cobrindo a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, não tendo tomado conhecimento de violações à Lei ou aos Estatutos.

PARECER

Tendo em consideração o exposto acima, somos de parecer que sejam aprovados:

- O Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos Responsáveis do Grupo e, bem assim, do Revisor Oficial de Contas.

Linda-a-Velha, 22 de junho de 2022

O CONSELHO FISCAL

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - Presidente

Inês Maria Vaz Ramos da Silva Cunha Leão - Vogal

Pedro Miguel Pereira Gonçalves - Vogal

Marca Confiança Ambiente 2017 e 2018
ISO 9001 ISO 14001 OHSAS 18001
Sede e Centro de Serviços de Aveiro
Serviços de Formação

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 769.204.662 euros e um total de capital próprio de 223.072.016 euros, incluindo um resultado líquido de 12.897.243 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Nos termos da legislação em vigor e conforme divulgado na Nota 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tem a responsabilidade de selagem e monitorização dos aterros em exploração. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão constituída para o efeito ascende a 8.044 milhares de euros (7.319 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020). Até à presente data, a informação disponível referente ao saldo desta provisão não é suficiente para nos permitir concluir quanto à razoabilidade da responsabilidade registada para fazer face às obrigações presentes existentes e respetiva movimentação do exercício. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o efeito desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

b) elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

PARECERES E CERTIFICAÇÕES

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

22 de junho de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hugo Miguel Patrício Dias, ROC nº 1432
Registado na CMVM com o nº 20161042

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS 2021

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.
Rua Mário Dionísio, nº 2
2799-557 Linda-A-Velha C.A.E.: 38112 N.I.F.: 503210560
Mat. 503210560 de 1997.02.05 em Lisboa Cap.: EUR 12 500 000,00

ATAS

Folha 29

ACTA N.º 71

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, reuniu na sede social, sita na Rua Mário Dionísio, n.º 2, freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, concelho de Oeiras, a Assembleia Geral da sociedade anónima, com a denominação **"SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A."**, com o capital social, integralmente realizado, de doze milhões e quinhentos mil euros (€12.500.000,00) representado por 250.000 ações do valor nominal unitário de cinquenta euros (€50,00), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva quinhentos e três milhões duzentos e dez mil quinhentos e sessenta (503.210.560), com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

PONTO UM: Apreciar, discutir e votar, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de dois mil e vinte e um (2021), apresentados pelo Conselho de Administração, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas.-------

PONTO DOIS: Discutir e deliberar, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a Proposta de Aplicação de Resultados. ----------

PONTO TRÊS: Proceder, nos termos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 376.º e no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade. ----------

PONTO QUATRO: Apreciar, discutir e votar, nos termos do disposto no artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, sobre o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa, e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de dois mil e vinte e um (2021), apresentados pelo Conselho de Administração, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas.----------

PONTO CINCO: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º do contrato social da sociedade, sobre a fixação em quatro do número de membros

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.
Rua Mário Dionísio, nº 2
2799-557 Linda-A-Velha C.A.E.: 38112 N.I.F.: 503210560
Mat. 503210560 de 1997.02.05 em Lisboa Cap.: EUR 12 500 000,00

ATAS

Folha 30

que irá compor o Conselho de Administração da Sociedade para o período remanescente do mandato, em curso, correspondente ao triénio 2021/2023. -------
Assumiu a Presidência dos Trabalhos, na ausência da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 374.º do Código das Sociedades Comerciais, o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, secretariado pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Patrícia Maria Fernandes dos Santos. ---------
Antes da abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, que assumiu a presidência dos Trabalhos verificou pela lista de presenças, que estavam representadas ambas as acionistas da sociedade, ou seja, a totalidade do capital social, e que os documentos comprovativos dos poderes conferidos aos representantes destas acionistas, para os efeitos da reunião, satisfaziam o disposto no nº 3 do Artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais pelo que considerando ainda que a reunião não havia sido precedida de quaisquer formalidades prévias de convocação, indagou expressamente dos representantes das acionistas, se as suas representadas pretendiam e era de sua vontade que a Assembleia Geral se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos acima transcrita, independentemente do cumprimento dessas formalidades, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, o que foi também expressamente confirmado e aceite pelos representantes das acionistas.----------
Encontravam-se também presentes os membros do Conselho de Administração da Sociedade. ----------
Em consequência, o Senhor Presidente do Conselho Fiscal declarou estar a Assembleia Geral constituída e, aberta a sessão, pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral foi lida integralmente a Ordem de Trabalhos. ----------
Entrou-se, de imediato, no **PONTO UM** da Ordem de Trabalhos tendo, após análise e discussão sido aprovados, por unanimidade, todos os documentos de Prestação de Contas patentes à Assembleia no âmbito do Ponto Um da Ordem de Trabalhos. ----------
Entrando-se, de seguida, no **PONTO DOIS** da Ordem de Trabalhos, foi lida pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor: ----------
"Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2021, no montante de 12.897.243,10 EUR, tenha a seguinte aplicação: ----------

JUFIL – PORTO

PROCESSADO POR COMPUTADOR

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.
Rua Mário Dionísio, nº 2
2799-557 Linda-A-Velha C.A.E.: 38112 N.I.F.: 503210560
Mat. 503210560 de 1997.02.05 em Lisboa Cap.: EUR 12 500 000,00

ATAS

Folha 31

Reservas Livres: 12.897.243,10 EUR ----------

O resultado líquido do exercício de 2021 já contempla a distribuição de resultados aos colaboradores, no montante de 200.000,00 EUR.----------

Lisboa, 22 de junho de 2022----------

O Conselho de Administração". ----------

Colocada, então, à votação a proposta de aplicação de resultados supra transcrita, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

Entrados, então, no **PONTO TRÊS** da Ordem de Trabalhos, foi deliberado, por unanimidade, a atribuição de um voto de confiança e louvor à Administração e Fiscalização da Sociedade e a cada um dos seus membros, individualmente considerados. ----------

Passou-se, então, ao **PONTO QUATRO** da Ordem de Trabalhos, tendo, após análise e discussão, sido aprovados, por unanimidade, o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa, e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de dois mil e vinte e um (2021), apresentados pelo Conselho de Administração, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas.----------

Entrou-se, depois, no **PONTO CINCO** da Ordem de Trabalhos tendo, após análise e discussão deliberado, por unanimidade, fixar, com referência ao disposto no n.º 2 do artigo 22º do contrato social da Sociedade, em quatro o número de membros que irá compor o Conselho de Administração da Sociedade para o remanescente do período do mandato em curso, correspondente ao triénio 2021/2023. ----------

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Gera deu por encerrada a sessão pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Fiscal, porquanto o mesmo presidiu aos trabalhos e, bem assim, pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral. ----------

Carlos Afonso dos Santos

Patrícia Santos

JUFIL - PORTO

PROCESSADO POR COMPUTADOR